



---

**Um Mosteiro de cónegos regrantes em tempos medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)**

**Autor(es):** Gomes, Saul António

**Publicado por:** Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**URL persistente:** URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/11977>

**DOI:** DOI:[http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147\\_40\\_13](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_40_13)

**Accessed :** 10-Dec-2018 03:45:53

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



# 40

## Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 08/09

## **Um Mosteiro de Cónegos Regrantes em Tempos Medievais: S. Pedro de Folques (Arganil)<sup>1</sup>**

SAUL ANTÓNIO GOMES  
Faculdade de Letras de Coimbra  
Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa

1. O estabelecimento de uma comunidade monástica de cónegos regrantes de Santo Agostinho, em Arganil, no coração da Diocese de Coimbra, deve situar-se, de um ponto de vista cronológico, em finais da primeira metade ou por meados do século XII. Devemos sublinhar que o segundo terço dessa Centúria foi, em Portugal, um período particularmente benéfico para a expansão dos claustros regrantes agostinianos cujos professores estavam bem preparados tanto para o exercício sacramental dos *spiritualia*, quanto para associarem à sua implantação iniciativas estruturadoras de um povoamento organizado em territórios ainda pouco habitados ou que importava integrar no domínio dos senhores que protagonizavam a emergência do novo *Regnum portugalensium*<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O texto que aqui damos à estampa serviu de base à palestra proferida por nós na Câmara Municipal de Arganil, em 9 de Dezembro de 2002.

<sup>2</sup> Vd. José Martoso, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. V, Guimarães, 1982, pp. 288-294 (também inserido na obra *Portugal medieval: novas interpretações*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 1992, pp. 101-122); Bernardo Vasconcelos e Sousa (Dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 169 e seguintes. Permita-se-nos, ainda, a remissão para, entre outros, os seguintes nossos estudos: “Cónegos Regrantes de Santo

Fundadores de mosteiros em que se privilegiava, numa convivência claustral de modelo apostólico, o culto divino servido por uma liturgia rigorosa e solene, bem como por uma formação intelectual bastante apurada para os quadros eclesiais mais comuns nesses tempos<sup>3</sup>, mas também, e muito sensivelmente, de paróquias e de redes paroquiais, de unidades cenobíticas intermédias ou de pequena dimensão, senão de estruturas mais amplas e complexas, como os priorados e vicariatos, os cónegos regrantes de Santo Agostinho souberam desenvolver muito bem estratégias coerentes de actuação que lhes garantiram uma implantação bem-vista, estável e apreciada, em geral, nos territórios em que se fixaram<sup>4</sup>.

Ergueram, estes cónegos regrantes, os seus mosteiros quer paredes-meias com grandes centros urbanos, como sucedeu com Santa Cruz de Coimbra ou com S. Vicente de Lisboa<sup>5</sup>, mesmo com Grijó<sup>6</sup>, nas imediações de Vila Nova de Gaia e do Porto, e com Santa Maria da Oliveira (Vila Nova de Famalicão)<sup>7</sup>,

---

Agostinho”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 429-434; “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 181-206; “Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Tempos de Reforma: 1500-1530”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época. 24 a 27 de Outubro de 2001*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, Vol. II, 2004, pp. 255-281; “«Trado me ipsum...» Registos medievais de *traditio* monástica entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. 4, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 329-348.

<sup>3</sup> Vd. S. A. Gomes, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2006.

<sup>4</sup> Vd. S. A. Gomes, “Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos Séculos XII a XV”, in *Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Tomo IV, 2ª Série, Lisboa, 1992, pp. 163-310; Idem, “O Priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria do Século XII à criação da Diocese”, in *Catedral de Leiria. História e Arte* (Coord. de Virgolino Jorge), Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, 2005, pp. 13-46.

<sup>5</sup> Carlos M. C. Guardado da Silva, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Colibri, 2002.

<sup>6</sup> Robert Durand (ed.), *Le Cartulaire de Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1971; António Domingues de Sousa Costa, *O Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, Grijó, 1993.

<sup>7</sup> Maria Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria de Oliveira – Um domínio monástico do Entre Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996.

com S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), com Moreira da Maia (Maia)<sup>8</sup>, ou mesmo com Arganil, senão em lugares mais profundamente ruralizados e serranos, sem contarem com uma rede urbana preexistente tão relevante quanto aquela que se detecta no litoral português. Espaços, sublinhemo-lo, nos quais era necessário implementar, por parte de poderes dominiais laicos ou eclesiásticos, estratégias consolidadoras de povoamento e de ocupação do território, bem como de crescimento económico traduzido na afirmação de novas vilas e na multiplicação periférica de aldeias e de casais, a cujos moradores, foreiros de senhorio, sesmeiros ou herdadores, se confiava a exploração das terras disponíveis.

Tenhamos presente, ainda, que sendo detentores, por norma, de importantes cadastros patrimoniais, os cónegos regrantes, e não apenas em Portugal, enfrentaram oposições de poderosos interesses diocesanos – como também os coadjuvaram quando tal se impunha, fornecendo agentes e chefias à hierarquia eclesiástica secular –, ofereceram os seus espaços claustrais e galilés para uma memória vigilante dos fiéis defuntos seus familiares espirituais, recolhidos nos sagrados panteões que zelosamente administravam, ergueram claustros para recolhimento de donas, viúvas e donzelas, professoras ou não, geriram hospitais e albergarias com funções de solidariedade e de assistência social um pouco por toda a parte, formaram letrados e intelectuais que encontraram abundante oferta de saber nas suas bibliotecas e emprestaram os seus púlpitos à pré-dica de frades mendicantes e os seus altares à comemoração de velhos e novos mistérios religiosos e à devoção por arcaicas ou mais recentes figuras de exemplar santidade.

Nem sempre o devir das canónicas agostinhas portuguesas foi uma ribalta de grandezas e sucessos, é certo, mas há que reconhecer que se sabe ainda relativamente pouco acerca da sua história religiosa, particularmente daquela história que importa ao lado de dentro da vivência inter-geracional, em ambientes claustrais regulares, das dimensões do sagrado e da santidade cujas tendências poderemos tentar perceber na exploração de fontes que não apenas as da clássica tetralogia de doações, compras, vendas e escambos.

S. Pedro de Arganil, ou de Folques, parece-nos ser, por um conjunto de fontes arquivísticas que sobre este mosteiro chegaram até nós, não muito abundantes em quantidade, é certo, mas importantes pela originalidade dos conteúdos, ou das “histórias” que apresentam, um caso particularmente interessante para o

---

<sup>8</sup> Aires Gomes Fernandes, *S. Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no séc. XIV*, (Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Faculdade de Letras, 2004.

aprofundamento dos níveis de observação que, enquanto historiadores, podemos ter sobre o passado monástico de uma canónica regrante no interior serrano do Centro de Portugal medievo, como tentaremos verificar neste estudo onde propomos uma abordagem que, futuramente, esperamos poder vir a continuar e a ampliar.

2. Os cronistas crúzios dos séculos modernos, mormente D. Nicolau de Santa Maria, remetem a existência do Mosteiro de S. Pedro de Arganil a tempos muito remotos, chegando a equipará-lo, em antiguidade, ao Mosteiro de Lorvão<sup>9</sup>. O sobredito cronista, por exemplo, refere-se, citando informação disponibilizada pelo erudito D. Teotónio de Melo, prior de S. Vicente de Lisboa, a um diploma de 13 de Junho de 1086, segundo o qual o nobre Vermudo Pais, com sua mulher Elvira *Draiz*, teriam feito doação de certas herdades ao “*Sancto viro Goldofro priori de Arganil*”<sup>10</sup>.

Este diploma, cujo texto apenas conhecemos por esta lição cronística, é bastante suspeito na sua estrutura de notícia diplomática, uma vez que revela um formulário relativamente corrente em textos de finais do século XII e primeiros tempos da Centúria imediata, mas invulgar em finais do século XI. Acresce considerarmos que, por prudência de análise histórica, no antigo cartório de S. Pedro de Folques existiam documentos que respeitavam, efectivamente, a personalidades com os nomes citados, posto que de épocas mais tardias.

Conhece-se, por exemplo, um Paio Vermudes que, em 1155, possuía herdades em *Beligato*, no termo de Arganil<sup>11</sup>. Lembraremos, ainda, o caso de Elvira *Draiz*, benfeitora do Mosteiro como sabemos por carta testamentária da mesma lavrada em 1214<sup>12</sup>. O mencionado diploma de 1086 poderá perfeitamente ter sido engendrado, em data tardia, para dar corpo a algum indício de memória

---

<sup>9</sup> Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Segunda Parte, Lisboa, Of<sup>o</sup> de João da Costa, 1668, p. 158. Vd., sobre este Mosteiro, Augusto Nunes Pereira, “O Mosteiro de S. Pedro de Folques”, in *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX. Estudos no IX Centenário de S. Teotónio. 1082-1982*, Coimbra, Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, 1984, pp. 159-174; António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, pp. 15-16; Regina Anacleto, “Notas para a história do Mosteiro de S. Pedro de Folques”, in *Comarca de Arganil*, 1 de Janeiro de 1981; Idem, *Concelho de Arganil – História e Arte*, Arganil, Misericórdia de Arganil, 1983, pp. 69-75; Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, pp. 295-298;

<sup>10</sup> Nicolau de Santa Maria, *op. cit.*, p. 158.

<sup>11</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (doravante referido por TT) – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 3.

<sup>12</sup> TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 9.

oral, remanescente na própria comunidade dos cónegos arganilenses, acerca das origens remotas do seu claustro.

O estabelecimento de um cenóbio de cónegos regrantes junto a Arganil resulta certamente de duas esferas de interesses. Em primeiro lugar, como a história futura desta comunidade monástica virá a demonstrar e a esclarecer, essa fundação não pode deixar de respeitar um desígnio histórico dominial dos senhores de Arganil. Por outro lado, parece-nos também razoável admitir que o estabelecimento deste claustro arganilense deverá estar minimamente relacionado com a afirmação e expansão dentro de Portugal, sobretudo na sua zona centro, das propostas religiosas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado, como se sabe, em 1131.

Atentemos no facto de, em 1122, a Condessa D. Teresa ter doado à Sé de Coimbra e ao seu prelado, D. Gonçalo, e seus sucessores, os castelos de Coja e de Arganil com os respectivos termos que a carta de doação em causa enuncia<sup>13</sup>. Deve ter sido no contexto desta doação, cremos, que o bispo D. Gonçalo concedeu a conhecida “*karta de foros de Arganil (...) ad omnes homines populatores de Arganil*”, atribuída ao ano de 1114, mas cuja crítica histórica e diplomática não pode deixar de a relacionar, cremos, com a referida doação condal de 1122<sup>14</sup>.

Arganil localiza-se num território bem no Centro de Portugal. Território que tem, como limites maiores, a Norte, o Rio Mondego, e, a Sul, o Rio Zêzere. No entorno arganilense mais imediato, no entanto, levantam-se as paisagens serranas de S. Pedro Dias, a sudoeste, e do Açor, a Nordeste. Por outro lado, será no afeiçoamento a um eixo marcado pelo Rio Alva, que se conformarão, grosso modo, os desenhos dos termos administrativos de antigos concelhos medievais dessa região, como sucedeu, para além do próprio caso de Arganil<sup>15</sup>, com terras como Coja, Avô, Vila Cova do Alva, Lourosa, Pombeiro, Tábua, Oliveira do Hospital ou Góis, entre outros numerosos lugares que conheceram estatutos municipais medievos, mais perfeitos ou mais imperfeitos, à luz das tipologias devidas a Alexandre Herculano ou a Torquato de Sousa Soares, posto que traduzindo processos históricos concelhios ainda hoje mal conhecidos

---

<sup>13</sup> *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra* (Edição crítica. Texto integral com coordenação científica de Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa), Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999, Doc. 162, pp. 262-264.

<sup>14</sup> *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, Vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, Doc. 492. Vd. Patrícia Cláudia Nascimento de Sousa Barros, *Uma visão de Arganil através dos seus Forais*, Arganil, Câmara Municipal de Arganil, 1998, p. 59.

<sup>15</sup> Cf. Patrícia Cláudia Nascimento de Sousa Barros, *Uma visão de Arganil através dos seus forais*, Arganil, Câmara Municipal de Arganil, 1998.

dos historiadores. Interessará, finalmente, assinalar a importância geográfica e histórica do Rio Ceira, porquanto, em percurso sensivelmente paralelo ao Rio Alva, com este define as “fronteiras” regionais polarizadas por Arganil.

Na distância de uma centralidade bem servida pelo Rio Mondego, Coimbra capitalizou a gestão da ocupação e povoamento de todo este território de entre Mondego e Zêzere. As aristocracias conimbricenses medievais não abrirão mão de interesses dominiais por todo este território. Isso explica, em parte, o facto de não se assistir, na área de influência mais directamente sujeita a Arganil, à implantação de qualquer outro grande senhorio que não fosse o dos coutos da Sé e dos bispos de Coimbra. As Ordens Militares, por exemplo, confinaram-se mais no eixo do Zêzere e nos flancos fronteiriços da Serra da Estrela com Castela e Leão, como sucede com a quase hegemonia dos interesses dos Cavaleiros Templários neste espaço. Não tão forte, mas ainda assim de peso nas fronteiras deste território, assinalemos os interesses da Ordem do Hospital em concelhos circunvizinhos como Oliveira do Hospital, Sertã ou Pedrógão do Priorado (hoje do concelho de Pedrógão Grande), atestando a relevância das linhas de comunicação fluviais e terrestres deste espaço. Predominarão nestas terras, contudo, as raízes solarengas de uma aristocracia nobiliárquica beirã.

Neste contexto de ocupação do território, Arganil emergirá, em 1175, debaixo do senhorio de D. Pedro *Uzbertis*, filho de *Uzberto* ou *Uzberte*, cavaleiro franco que aparece em Portugal, em torno da corte de D. Teresa, já em 1128. Devemos lembrar que esta importante família nobilitada detinha interesses dominiais nas zonas de Anadia, Coimbra, Miranda do Corvo e Pedrógão Grande, para além, como vemos de Arganil. Atente-se, ainda, que estes cavaleiros se relacionaram intimamente com o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o qual beneficiaram piedosamente doando-lhe muitos bens e propriedades<sup>16</sup>.

Encontramos já D. Pedro *Uzbertiz* ou *Uzberte* a interessar-se por Arganil em 1155. Datam de Janeiro deste ano duas cartas de compra, justamente por Pedro *Uzberte*, de herdades em *Beligato* e em *Linhares*, junto a Arganil. Nessas cartas alude-se ao cativo sofrido, às mãos sarracenas, por alguns arganilenses, lembrando a relevância desse território central, ainda nesses anos, no palco da guerra contra os muçulmanos, quer disponibilizando combatentes para as hostes

---

<sup>16</sup> Veja-se José Mattoso, “A Região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”, in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 313-327: 320; Leontina Ventura e Ana Santiago de Faria, *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*, Coimbra INIC e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 57-58.



cristãs, quer sofrendo razias e ataques inimigos, ambas as situações deixando funda memória na comunidade regional arganilense<sup>17</sup>.

Foi em 1175 que D. Pedro *Uzbertiz* concedeu nova “*karta de foro (...) ad suos homines de Arganil (...) concilio de Arganil videntes et auditores*”<sup>18</sup>. Não deve ter sido ele, contudo, o responsável pelo estabelecimento da canónica regrante. Na verdade, data de Junho de 1177 uma carta de venda, feita justamente por este senhor, aos “*fratribus de Monasterio Sancti Petri*” da terça parte de “*toto Silvares*”, junto a Arganil<sup>19</sup>. Se D. Pedro *Uzbertes* fosse padroeiro ou fundador da canónica, decerto que não surgiria como vendedor de propriedades ao dito Mosteiro, mas antes como seu generoso benfeitor.

Face ao exposto, cumpre considerar que terá sido debaixo do domínio jurisdicional, temporal como espiritual, dos bispos de Coimbra que, necessariamente, se fundou a canónica de S. Pedro de Arganil. Sabemos, de facto, que os priores deste Mosteiro, por toda a Idade Média, sujeitarão regularmente os actos de gestão do respectivo património à aprovação episcopal coimbrã. Os *vidimus* que aparecerão em actos de aforamento dos séculos XIV e XV, como se pode verificar pela documentação arrolada, esclarecem este facto<sup>20</sup>.

Por outro lado, vemos, de quando em vez, os bispos de Coimbra a prescindirem de relevantes interesses materiais na zona para os transferirem para o domínio do Mosteiro de Folques, assim reforçando o património deste claustro. É o que aconteceu, por exemplo, em 8 de Novembro de 1289, quando o vigário geral desta diocese promulgou sentença contra os povoadores da aldeia de Ceira, definindo que deveriam pagar o dízimo do pão que ali semeassem e moessem à Canónica de Folques<sup>21</sup>. Devemos registar aqui, também, que o bispo D. Aimerico Eberard, em 1290, cedeu ao Mosteiro a terça pontifical das dízimas dos lugares de Folques, Póvoa, Monte Redondo, Cepos e Álvares, ainda que contra a permuta de cinco casais situados no termo de Coja<sup>22</sup>.

Por outro lado, as notícias certas mais remotas relativas ao cenóbio envolvem uma efectiva intervenção pastoral de alguns bispos conimbricenses. Tenhamos presente o conjunto de três registos de *traditio* eclesiástica efectuados por

---

<sup>17</sup> TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Docs. 3 e 4.

<sup>18</sup> *Portugaliae Monumenta Historica - Leges et consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856, p. 403

<sup>19</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante citado por AUC) – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 316-317.

<sup>20</sup> TT – Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, Documento com a cota antiga: “Maço 2, Doc. 5”.

<sup>21</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 149-150.

<sup>22</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 2vº-6.

Fr. Paio, Fr. Salvador e Fr. Odório, professores da *ecclesia* de S. Pedro de Arganil, nas mãos do bispo D. João, ao qual prometiam obediência, bem como a seus sucessores, “*secundum canonicam regulam Beati Augustini in perpetuum*”<sup>23</sup>. Um pouco mais tarde, em registo semelhante aos agora enunciados, datado do episcopado de D. Miguel Salomão (1159, 1162-1176), menciona-se a *traditio* de “*Frater Salvator, prior ecclesie Sancti Petri de Arganil*”, na qual este referia o seguinte: “*promitto obedienciam, secundum canonicam regulam beati Augustini, episcopo domno Michaeli, astantibus ibi archidiacono Petro Johannis, de Cogia, et Johanne, monaco de Midones, et magistro Martinho, et magistro Johanne.*”<sup>24</sup>

Num depoimento forense de um cônego de Santa Cruz de Coimbra, D. Pedro Eanes, a propósito das dissensões entre a Sé e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, registado em processo de cerca de 1200, refere-se, aquando da enunciação das igrejas e paróquias de Santa Cruz, que: “*De Arganil dixit quod fratres Sancte Crucis nichil inde recipiunt nec habent eam pro sua quamvis ibi moretur suus frater, qui se composuit cum heredibus illius ecclesie.*” Um outro cônego, D. Julião, reiterará, no seu testemunho, esta informação<sup>25</sup>.

Por ela, verificamos que, quanto à igreja de Arganil, Santa Cruz nada recebia nem a reclamava como sua, mas nela habitara um “*frater*” crúzio, o qual havia feito uma composição com os padroeiros dessa mesma igreja. Nela existiam, assim sendo, e não apenas informalmente, interesses pastorais crúzios, posto que sem assumirem um vínculo institucional claro. Por seu turno, o papa Inocêncio III, em 13 de Janeiro de 1204, pela bula *Ad hoc universalis*, dirigida ao prior D. Gonçalo e aos cônegos de Santa Cruz, tomando o Mosteiro debaixo da sua protecção apostólica, confirma-lhes, entre numerosas igrejas, a posse e domínio espiritual da “*hermidam de Arganil*”<sup>26</sup>, indicação evidente de que a comunidade regrante arganilense se relacionava de facto e de direito, num plano canónico, com Santa Cruz.

Que assim acontecia é ainda comprovado por uma outra bula do mesmo Sumo Pontífice, de 12 de Julho de 1207, a *Venerabili fratri nostro*, na qual se menciona um “*P(elagio) tunc prior de Arganil nunc preposito Sancte Crucis*”<sup>27</sup>, claro indicador da rotação e circulação de cônegos entre as casas de Coimbra e de Arganil, devendo sublinhar-se que a comunidade canonical arganilense, a avaliar

<sup>23</sup> *Livro Preto...*, Doc. 379.

<sup>24</sup> *Livro Preto...*, Doc. 379.

<sup>25</sup> *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, (edição de Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Marques), Coimbra, INIC, 1989, p. 131 e 133.

<sup>26</sup> *Bulário...*, p. 209.

<sup>27</sup> *Bulário*, p. 247.

pela informação que nos chega nos documentos em que se encontram alusões a nomes dos seus religiosos, nunca se caracterizou por elevado número<sup>28</sup>.

A comunhão espiritual e pastoral entre os cónegos arganilenses e outras canónicas regrantes era uma realidade efectiva. A consulta dos obituários dos Mosteiros de S. Vicente de Fora e de S. Jorge de Coimbra mostra a inscrição, nos róis das comemorações, das mortes de religiosos professos neste Claustro de Arganil. No Obituário de S. Jorge<sup>29</sup>, por exemplo, estão inscritos, num período cronológico criticamente datável do século XIII, os nomes de “*Petrus Menendi presbiter canonicus Sancti Petri de Arganil*” (fl. 9v<sup>o</sup>), “*Petrus Niger conversus Sancti Petri*” (fl. 12), “*Suerius presbiter canonicus Sancti Petri*” (fl. 12v<sup>o</sup>), “*Martinus Johannis ditus Fola presbiter canonicus Sancti Petri de Arganil. Era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>*” (fl. 14v<sup>o</sup>), “*Petrus presbiter canonicus Sancti Petri*” (fl. 16), “*Micael Iuliani prior Sancti Petri de Arganil*” (fl. 16), “*Pelagius conversus Sancti Petri*” (fl. 28) e “*Petrus Stephany presbiter canonicus Sancti Petri de Arganil et Dominicus Geraldus canonicus Sancti Petri de Arganil*” (fl. 28). Por seu turno, no Obituário antigo de S. Vicente de Fora<sup>30</sup> lemos dois outros registos, os de “*Fernandus canonicus de Arganil*” (fl. 2) e de “*Laurentius conversus Sancti Petri de Arganil*” (fl. 57). No Obituário novo de S. Vicente<sup>31</sup>, que assim designamos porque manuscrito de composição posterior ao anteriormente citado, encontramos maior número de anotações relativas quer aos priores de Arganil, a saber, Mendo (fl. 18v<sup>o</sup>), João Peres (fl. 26) e *Andreas* (fl. 46v<sup>o</sup>), quer aos cónegos João (fl. 7v<sup>o</sup>), Pedro Geraldus (fl. 37v<sup>o</sup>), Vicente Gonçalves (fl. 41), Bartolomeu (fl. 43v<sup>o</sup>), Domingos Martins (fl. 46) e Afonso Peres (fl. 64), quer, finalmente, ao converso Lourenço (fl. 42).

---

<sup>28</sup> De notar que a maioria das canónicas regrantes portuguesas, excepção feita às grandes casas, sobretudo Santa Cruz de Coimbra, se caracterizou sempre por reduzidas comunidades de conventuais. O caso de S. Simão da Junqueira, com a sua meia dúzia de religiosos em plena primeira metade do Século XIV, ou o de Arganil, que aqui documentamos, são elucidativos. Vd. S. A. Gomes, “A Relevância do Monaquismo Vilacondense na História das Ordens Religiosas em Portugal”, in *Actas do 2º Encontro de História. Vila do Conde. 1050 Anos de História. A Memória dos Séculos Monásticos*, Vila do Conde, C. M. V. C., 2004, pp. 113-145; Idem, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 429-434.

<sup>29</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto – Manuscritos de Santa Cruz de Coimbra, Ms. 81. (Deixamos os fólhos indicados junto das respectivas citações).

<sup>30</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto – Manuscritos de Santa Cruz de Coimbra, Ms. 707. (Deixamos os fólhos indicados junto das respectivas citações).

<sup>31</sup> Recentemente dado à estampa por Maria José Azevedo Santos, *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, p. 281 et passim.

3. Como se verificou, o estabelecimento da canónica arganiliana, envolvendo *in radice* a iniciativa de um professo crúzio, foi francamente apoiado e controlado pelos bispos de Coimbra desde logo aqueles que governaram o Bispado entre os anos de 1144 e 1176. Talvez derive desse empenho episcopal categórico, tanto quanto se atesta, o facto de se ter escolhido dedicar este novel claustro regrente ao Apóstolo S. Pedro. Lembremos que este hagiónimo pode relevar da pública afirmação, especialmente no seio do clero diocesano e dentre as células regulares que se integram em territórios de jurisdição episcopal eminente, da autoridade apostólica em cuja cadeia de transmissão, naturalmente, os bispos, unidos ao Sucessor de S. Pedro, desempenhavam um papel determinante para a *Ecclesia* e para a sua perenidade temporal e vida espiritual na terra.

O já citado cronista crúzio, D. Nicolau de Santa Maria, publica uma outra carta, de carácter fundacional, outorgada a S. Pedro de Arganil, atribuída ao bispo conimbricense D. Miguel Salomão, a qual foi datada, pelo erudito cónego, de Maio da Era de César de 1218, ou seja, do ano de Cristo de 1180, momento em que, efectivamente, D. Miguel Pais Salomão não era já prelado desta Diocese, mas antes D. Bermudo (1177-1182). No teor desse pretenso diploma autêntico, o Bispo dirige-se a: “*tibi Gondisalvo Priori de Arganil et omnibus Canonicis ibi secundum Regulam Beati Patris Augustini degentibus ut nouam Ecclesiam aedificetis in loco qui dicitur Matta de Folques, ad honorem Dei et Beati Petri Apostolorum Principis, et circa ipsam ecclesiam nouum Monasterium erigatis*”<sup>32</sup>.

Desta carta, no entanto, não conhecemos o original e teremos de admitir, mau grado as interpolações que ela possa ter sofrido, que é mais admissível um lapso de referência, por parte do editor, à leitura do nome do prelado conimbricense do que passarmos imediatamente à sua classificação como acto diplomático falso.

Não podemos ter dúvidas, de qualquer modo, quanto ao facto de que, na década de 1170, a comunidade de S. Pedro de Arganil atravessava um notável período de incremento, sendo perfeitamente aceitável que, por 1177, se avançasse para a construção de um novo edifício e que essa nova edificação pudesse significar a transferência de um local para outro, isto é, que de S. Pedro de Arganil, junto à vila – de que ainda hoje subsiste a igreja gótica que serviu, certamente, de templo aos primeiros cónegos regrentes desta vila<sup>33</sup> – se passou

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>33</sup> Vd. *Igreja de S. Pedro de Arganil*, Vol. 60 de *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1960.

à área mais rural regada pela Ribeira de Folques onde virá a fixar-se definitivamente este claustro.

Certo é, de qualquer modo, que o bispo D. Miguel Salomão protegeu clara e empenhadamente esta canónica regrante de Arganil, envolvendo, no acto solene da *traditio* do prior Salvador, o assentimento e testemunho de outras autoridades diocesanas como o arcebispo de Coja, D. Pedro Eanes, João, monge de Midões, e os Mestres Martinho e João.

Como observámos, quer D. João Anaia, quer D. Miguel Salomão, posto que tal se afigure mais relevante no governo deste último, protegeram e incentivaram a emergência e estabelecimento de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho na Diocese coimbrã<sup>34</sup>. Algo de semelhante sucedeu, também, com Santa Cruz de Coimbra, na sua afirmação institucional em tempos primevos, tanto quanto com a fundação de importantes pólos claustrais dessa Ordem, por exemplo, em Leiria, em Seia, em S. Romão, em Arronches e, naturalmente, em Arganil.

O primeiro daqueles bispos era filho de D. Anaia Vestrariz, de origem asturiana ou basca e antepassado do ramo nobiliárquico dos de Góis. A Condessa D. Teresa confiou-lhe a guarda dos castelos de Góis e de Bordeiro, entre 1113 e 1117. Uma sua filha, Maria, casou com D. Gonçalo Dias, alcaide de Coimbra entre 1126 e 1128<sup>35</sup>. Tratava-se, pois, de uma família com interesses patrimoniais nesta região beirã. A sua ligação à Igreja torna-se evidente quer pela assunção ao episcopado coimbrão de D. João Anaia, quer, ainda, pelo facto desta família dos Anaia ser a principal responsável pela fundação do Mosteiro das monjas beneditinas de Semide<sup>36</sup>.

O outro bispo e protector dos Cónegos Regrantes, D. Miguel Pais Salomão, parece ter pertencido, como o indicia o seu *cognomen*, a uma rica família moçárabe da região coimbrã. É amplamente conhecido e documentado o seu desvelo e apego aos cónegos de Santa Cruz de Coimbra, a cujo Mosteiro viria a recolher-se, depois da resignação ao bispado e a ser sepultado<sup>37</sup>. Não estranhará, assim sendo, que apareça igualmente associado aos primeiros tempos de vida do

---

<sup>34</sup> Sobre as famílias aristocráticas da região de Coimbra nesta recuada época, vide Leontina Ventura, "Introdução", *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Século XII* (edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria), Coimbra, INIC, 1990, pp. 9-69.

<sup>35</sup> José Mattoso, "A região de Arganil", p. 316.

<sup>36</sup> Cf. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo...*, cit., pp. 9-68: 49-51; Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Miranda do Corvo, Escher, 1992.

<sup>37</sup> Sobre este e alguns outros prelados conimbricenses, aqui citados, veja-se Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, (Dissertação de Doutoramento), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

Mosteiro de S. Pedro de Arganil. É-lhe atribuída, como verificámos, a carta de licença aos cónegos de Arganil, com data de Maio de 1180, para levantamento de uma igreja na Mata de Folques<sup>38</sup>, o que, aceitando a autenticidade diplomática do acto, nos indica que os religiosos se transferiram, por esse tempo, para um espaço ergonomicamente mais favorável ao estabelecimento e crescimento de um complexo monástico.

Os interesses temporais do Mosteiro de Arganil alargaram-se substantivamente no último quartel do Século XII. Em Dezembro de 1187, por exemplo, os *fratres* adquirem, por 11 morabitinos, uma herdade em Murta, no distante concelho de Alvaiázere<sup>39</sup>. Aí estabeleceram uma granja na qual vieram a edificar uma capela servida por um cónego capelão e alguns frades conversos<sup>40</sup>. Efectivamente, data de Maio de 1190 uma carta do bispo de Coimbra, D. Martinho Gonçalves, dirigida a, citamos, “*G(ondisaluo) priori de Arganil et omnibus canonicis ibi secundum regulam beati Augustini degentibus presentibus et futuris*”, autorizando-os a edificar uma igreja “*ad honorem Dei et beati Petri Appostolorum principis in loco qui dicitur Murta*”<sup>41</sup>.

Determina, esse diploma, que os cónegos deveriam respeitar, nessa nova igreja de S. Pedro de Murta, os direitos de jurisdição do prelado conimbricense, ficando, também, obrigados a entregar ao dito bispo e a todos os seus sucessores, a terça parte das décimas, primícias e mortuárias que recolhessem a partir desta igreja<sup>42</sup>, sinal de que se tratava, não de uma simples ermida em despovoado, mas antes de um centro religioso vocacionado para funções paroquiais ou quase-paroquiais.

Em Junho de 1194, o então bispo de Coimbra, D. Pedro Soares<sup>43</sup>, promulgou uma outra importante concessão episcopal sobre esta mesma igreja. Nela, para além de reiterar as disposições da carta anteriormente referida, consigna a renúncia ao direito de colheita que os Bispos conimbricenses ali deveriam ter. Como compensação, no entanto, D. Pedro Soares solicitava aos religiosos cónegos de Arganil que o lembrassem nas suas orações: “*nos in orationibus vestris comendatum habeatis et post obitum nostrum in uno quoque anno aniuersarium faciatis*”<sup>44</sup>. Era, então, prior do Mosteiro de Arganil, um tal

<sup>38</sup> D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes...*, p. 159.

<sup>39</sup> TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 7.

<sup>40</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 12, Doc. 36.

<sup>41</sup> Esta é a fórmula documental retomada, como se referiu, no diploma de D. Nicolau de Santa Maria, atribuído a D. Miguel Pais Salomão.

<sup>42</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorporação, Mº 12, Doc. 36.

<sup>43</sup> *Livro Preto...*, Doc. 237.

<sup>44</sup> TT – Sé de Coimbra, 1ª incorp., Mº 7, Doc. 35

D. Paio de Aguiar, que nos aparece a testemunhar um acto, lavrado no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, justamente em Outubro de 1194<sup>45</sup>.

Foi dentro deste contexto de legislação episcopal, que S. Pedro de Arganil obteve, do papa Celestino III (1191-1198), um importante ganho eclesiástico expresso na concessão da bula *Quotiens postulatur*, a qual chegou até nós inserida em sentença forense de 1222, posto que aí transcrita sem data objectiva. Por ela, o Sumo Pontífice comunicava a D. Paio, prior e aos demais cónegos “*Sancti Petri de heremita de Arganil tam presentibus quam futuris regularem vitam professis in perpetuum*”, que concedia o estatuto de protecção “*Beati Petri*” ao Mosteiro – à semelhança, aliás, do que o mesmo Vigário de Cristo faria para com os Mosteiros de Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, de S. Martinho de Castro, de Grijó e de S. Vicente de Fora<sup>46</sup> –, tomando-o debaixo da guarda da Santa Sé, bem como a todos os bens e rendimentos que a Canónica possuía nos lugares de Arganil, Silvares, Pombeiro e Murta.

Determinava Celestino III, ainda, o direito do Mosteiro a receber, em sepultura, todos os fiéis que houvessem expresso tal vontade, posto que obrigados à satisfação dos direitos de mortuárias às respectivas paróquias de origem, entre outras determinações favoráveis aos cónegos: “*salua Sedis Apostolice auctoritate atque ecclesie Sancte Crucis debitam Colimbrien(sis) obedienciam et reverenciam.*”<sup>47</sup> Esta bula consignava, finalmente, o pagamento, à Santa Sé, pelo Mosteiro, de dois bisâncios em cada um ano, a título de reconhecimento desta protecção.

Naturalmente que esta concessão acabaria por provocar controvérsias e tensões com o belicoso bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, as quais viriam a merecer o juízo arbitral forense, como se referiu, de D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228), “*Dei paciencia Bracharensis archiepiscopus*”, expresso em carta de sentença mandada lavar por este prelado, no claustro de Santa Cruz de Coimbra, a 30 de Setembro de 1222, na presença de D. Gonçalo, prior de S. Pedro de Arganil<sup>48</sup>.

4. O enraizamento dos cónegos regrantes em terras de Arganil, ao longo da segunda metade da Centúria undecentista, não pode, naturalmente, deixar de ser relacionado com uma activa política de ocupação e exploração económica

---

<sup>45</sup> Registado como: “*Pelagius de Aguiar prior de Argani*”. (TT – Santa Cruz de Coimbra, M<sup>o</sup> 13, Docs. 27 e 28).

<sup>46</sup> Cf. Carl Erdmann, *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, 1927, Docs. 125 a 135 e 144 a 149.

<sup>47</sup> TT – Sé de Coimbra, 1<sup>a</sup> incorp., M<sup>o</sup> 11, Doc. 6.

<sup>48</sup> TT – Sé de Coimbra, 1<sup>a</sup> incorp., M<sup>o</sup> 11, Doc. 8.

do território para a qual estes religiosos, porque seguidores de um modelo organizacional de tipo dominial muito idêntico ao que caracterizava o dos mosteiros beneditinos e cistercienses, mormente pela sua capacidade de recrutamento de conversos e gestão de granjas, se mostravam particularmente preparados<sup>49</sup>.

Cumpre considerar que o Mosteiro de Folques assinalava, em Arganil, um pólo similar ao papel desempenhado pelos Mosteiros de Santa Cruz ou de S. Jorge de Coimbra junto da cidade que os acolhia. Como nestes dois claustros coimbrãos, também o cenóbio arganilense poderia assumir a vocação de panteão de uma família patronal, no seu tronco principal, ou nas suas ramificações. Os primitivos senhores de Arganil, de qualquer forma, como demonstrou José Mattoso, integram-se numa plataforma de famílias nobiliárquicas beirãs que ascendem socialmente à sombra do apoio que prestavam a D. Afonso Henriques. Algumas dessas famílias ligar-se-ão a ramos nobres do Norte, mais antigos e poderosos, como os Ramirões, mas acabarão por desembocar na criação de casas senhoriais beirãs de que a dos Senhores de Tábua, de Pombeiro da Beira, dos Cunhas ou dos Redondos, estreitamente ligados à história desta terras, são exemplos configurados definitivamente entre os séculos XII e XIV.

Um senhorio nobiliárquico liga-se invariavelmente ao estabelecimento de uma instituição com vocação religiosa regular, como parece poder ser o caso de S. Pedro de Folques. Mas não seria apenas entre as oligarquias senhoriais que este género de instituições conventuais se disponibilizava para servir e criar mecanismos intervenientes na estruturação da memória de uma unidade genealógica. A sua acção estendia-se, ainda, à população restante que habitava este espaço.

População maioritariamente rural, serrana e pastoril, mas também com alguns pólos urbanos de pequena ou média dimensão, como Arganil, Coja, Avô, Lourosa, Oliveira do Hospital ou Tábua – embora povoações pertencentes a outros senhorios –, conquanto na maioria organizada em povoados dispersos e, frequentemente, de difícil acesso viário, mas ainda assim servida por uma importante rede hidrográfica, em que o Rio Alva, como se referiu anteriormente, ocupa papel preponderante, os moradores desta região encontrariam nos cónegos regrantes um importante apoio pastoral e espiritual. A devoção popular em torno

---

<sup>49</sup> Vd. Georges Duby, “Les chanoines réguliers et la vie économique des XI<sup>e</sup> et XII<sup>e</sup> siècles”, in *Hommes et structures du Moyen Âge*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984, pp. 203-212.



do famoso taumaturgo S. Goldofre<sup>50</sup> não pode deixar de ser relacionada com as estratégias pastorais destes cónegos regrantes, dentre os quais emergiam sacerdotes bem preparados na arte da prédica, bem como zelosos confessores e pastores de almas.

A partir de 1200, sensivelmente, as informações documentais sobre esta comunidade canonical arganiliana tornam-se mais frequentes, revelando a importância pastoral que o convento foi assumindo, quer enquanto centro de gestão dominial, quer, sobretudo, enquanto pólo de uma acção pastoral *ad gentes*, de *cura animarum*, característica da acção religiosa e catequética da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Na carta de foral de Cepos, de Outubro de 1237, as preocupações pastorais desta Canónica arganilense são explicitamente avocadas, uma vez que, nesse diploma, o respectivo prior se compromete com os moradores de Cepos, citamos: “*quod in quolibet mense cantetur vobis missa a fratre nostro vel a capellano. Et per totum annum fiat ibi ministerium Sancte Ecclesie scilicet insuflare, baptizare paruulos, visitare infirmos. Et mortuos sepelire.*”<sup>51</sup>

Os cónegos de Folques administravam, ainda, algumas igrejas, na maior parte com funções paroquiais ou quase-paroquiais, quer mais imediatas ao perímetro monástico, quer, mesmo, em terras consideravelmente distantes, podendo nomear-se as de Silvares (...1200), de Pombeiro (...1200), de S. Pedro da Murta (...1200) e S. Domingos da Murta (...1207) (c. Alvaiázere)<sup>52</sup>, de S. João de Manta in Collo, na Covilhã (...1240)<sup>53</sup>, de Figueiredo (...1249)<sup>54</sup>, de Arega (...1250) (c. Alvaiázere)<sup>55</sup>, e, em data que não conseguimos apurar, a matriz da Pampilhosa, para além dos direitos de padroado, compartilhados

<sup>50</sup> Sobre a devoção arganilense a este “santo”, deve ter-se presente a informação moderna compilada no Livro 2 do acervo de S. Pedro de Folques existente na Torre do Tombo.

<sup>51</sup> TT – Gaveta 15, Mº 7, Doc. 9; Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. do “Alm. 3º, maço 1, nº 1º”; *Portugaliae Monumenta Histórica – Leges*, cit., p. 628-629.

<sup>52</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. do “Alm. 6, maço 4º, nº 8º”; 2ª incorp., Mº 232, “Alm. 6º, maço 4, nº 7º” (1388); “Alm. 6º, maço 4º, nº 8º (1409); Pasta 40, Doc. “Alm. 6, maço 4, nº 13” (1417); S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I – Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, separata de *Estudos Medievais*, Porto, 1988, Doc. 86, pp. 175-176. Vd. Máro Rui Simões Rodrigues e S. A. Gomes, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 5 – Alvaiázere*, Coimbra, Palimage, 2007, pp. 197-221: 206-207, nota 240.

<sup>53</sup> TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Docs. 11 a 13 (1246), 16 (ca. 1255), 18 a 20 (ca. 1246).

<sup>54</sup> Biblioteca Nacional de Portugal – Reservados: PGS 19 P.

<sup>55</sup> TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Docs. 14 e 15 (1250); Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 19, Doc. 9; Id., 2ª incorp., Mº 232, Doc. do “Almario 6º, maço 4º, nº 4º” (de 1330).

com a família dos Redondos, sobre S. Gens de Arganil (...1321)<sup>56</sup>, bem como sobre outras povoações e aldeias de que o Mosteiro era donatário ou nas quais possuía importantes propriedades e homens seus, como sucedia em Álvares, Fajão, Seiroco (...1322)<sup>57</sup>, Pinheiro [de Papízios] e Papízios (...1322)<sup>58</sup>.

5. Os elementos apontados, entre outros, permitem-nos afirmar que a implantação pastoral dos Cónegos de Folques, nesta região central de Portugal, era efectiva e fecunda no dealbar de Duzentos, levando-os a estimularem uma rede social de apoio entre o laicado aqui residente. Integravam essa rede, para além de alguns conversos ocupados na exploração agrária de quintas e granjas, numerosos familiares e benfeitores, aos quais se pedia, a troco da solicitude espiritual dos Regrantes, a generosidade da dádiva de alguns bens ou mais pingues legados testamentários, em favor da Canónica, na *hora mortis*.

Sublinhemos esta solicitude assistencial dos “*fratres*” de Arganil em toda a região arganilense, documentada, por exemplo na aldeia da Castanheira, termo de Lourosa, cujos moradores visitavam, prestando-lhes solidariedade e dando-lhes conforto espiritual<sup>59</sup>. Anote-se, contudo, que o raio de acção e de interesses dos cónegos arganilenses atingia outros lugares igualmente remotos, alcançando Seia ou, mais junto a Coimbra, Almalaguês, posto que, nestes extremos, se detectem, por parte do Mosteiro, interesses essencialmente temporais.

Neste plano, deveremos citar a inédita inquirição promovida pelo prior do Mosteiro, muito provavelmente da segunda metade do século XIII, a propósito dos bens deixados por Garcia Peres, de Lourosa, de que o Convento reivindicada parte e, ainda, o sepultamento desse benfeitor no seu claustro.

A certo passo lemos:

“Bartolameus Fernandi frater de Arganil iuratus et interrogatus, pro Garsia Petri [dixit quod] iacebat cum suo sensu in ista infirmitate de qua fuit mortuus et dixit quod uenerat ad illum locum de Castineyra ubi Garsia Petri iacebat et mulier sua dixit ei “Cognacitis istos fratres qui uenerant uos uidere” et Garsia Petri dixit “Obe” et in illa ora ita iacendo habuit uoluntatem faciendi urinam et subleuabit pannes super se et fecit urinam suam et ipse Bartolomeus Fernandi dedit sibi maças et Garsia Petri comedit unam de illis et aliam precepit custodire. Et hoc audiuit ei dicere cum suo sensu et

<sup>56</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 9, Doc. do “Alm. 2º, maço 5º, nº 13” (1321).

<sup>57</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 2º incorp., Mº 8, Doc. do “Alm. 8, maço 3º, nº 4”.

<sup>58</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, Doc. “Alm. 5º, maço 2º, nº 5”.

<sup>59</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 21, Soc. 50. (Documento sem data mas da segunda metade do século XIII).

quandoque erat interrogatus pro aliis rebus non dabat responsum bonum nec malum.

Martinus Fernandi frater de Arganil et pro dicto Garsia Petri utram iacebat cum suo sensu in illa infirmitate de qua mortuus fuit et ipse dixit quod ueniat cum Bartolomeo Fernandi socio suo ad illum locum ubi iacebat Garsia Petri et quadam filia sua uocauit eum et dixit “Ecce fratres Monasterii qui uenerunt uos uidere”, et ipse dixit “Ubi sunt ipsi fratres” et illa dixit “Ecce dicunt quod estis familiaris Monasterii” et ipse dixit “Sum” et frater dixerunt ei “Uultis comedere quadam maçanam” et Garsia Petri dixit “Uolo”, et tunc fratres posuerunt, scilicet, maçanam in manu sua et ille comedit illam; et dixerunt fratres “Uultis comedere aliam”; et ille dixit “Non, custodiatis eam mihi pro alia ora.”<sup>60</sup>

Este é um passo, cremos, bastante elucidativo de um tipo de acção caritativa ou de assistência na doença que, envolvendo uma postura eminentemente cristã e de prática de obra de misericórdia, não deixa de elucidar o cuidado e a solicitude com que os “*fratres*” do Mosteiro de S. Pedro de Folques visitavam e procuravam saber dos seus benfeitores e *familiares*.

O impacto destes cónegos regrantes arganilenses deve ter-se estendido, ainda, à organização e controlo de movimentos confraternais religiosos nesta região, tanto quanto à propalação do culto de S. Goldofre, cujo corpo reclamavam estar sepultado no seu Mosteiro, bem como aos Mistérios próprios da devoção mariana, por todo este território beirão.

Parece-nos importante lembrar, ainda, que foi um senhor desta terra, D. Afonso Pires de Arganil, o qual, a pedido do infante D. Pedro Sanches, cerca de 1220, trouxe, para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, as relíquias dos famosos Cinco Mártires de Marrocos<sup>61</sup>. A legenda miraculosa, indica ter resultado de teimosia asinina a entrega, à guarda dos sacerdotes crúzios de Coimbra, de tão preciosas relíquias, mas, a história, mais objectivamente considerada, não pode deixar de assinalar esta mais que subjacente e natural predisposição de um Senhor de Arganil para os modelos espirituais e religiosos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, de que eram especiais protectores, como se entrevê, neste município.

---

<sup>60</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 21, Doc. 50.

<sup>61</sup> José Mattoso, *Op. cit.*, p. 320. Vd. *Tratado da vida e martírio dos Cinco Mártires de Marrocos* (texto arcaico reimpresso de harmonia com o único exemplar conhecido, com uma introdução, notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

6. A boa gestão do temporal monástico foi uma preocupação natural do governo dos sucessivos priores-mores desta canónica arganilense. Para além dos bens próximos da Serra da Aveleira e do vale dentre os Rios Ceira e Alva, S. Pedro de Arganil geria um considerável património disperso por vários lugares, localizados preferencialmente na envolvência geográfica das linhas de água dos Rios Alva, Zêzere e Mondego, os quais tinha adquirido por compra, por doação ou por escambo.

Datará de 1204 a concessão de carta de couto de Folques ao Mosteiro<sup>62</sup>. A 1 de Janeiro de 1210, por outro lado, o prior D. Mendo adquiriu a D. Egas Dias e sua mulher, Maria Dona, uma casa com a sua “*quintana et chousu*”, na “*villa de Pinenzus*” (Pinhanços), termo de Seia, por 1,5 morabitanos<sup>63</sup>. Pedro Álvares e sua mulher, Eugénia Gonçalves, em 1207, vendem aos frades de Arganil a sua quinta em Murta (Alvaiázere), património que será ampliado, por doação, de 1222, de Vicente Lourenço, tumulado no Mosteiro<sup>64</sup>. Em Abril de 1216, D. Fajão e sua mulher, D. Maria Ermíges, venderam os seus bens em Cabril de Ceira<sup>65</sup>, metade ao Prior de Santa Maria da Covilhã, e outra metade a D. M(endo) “*et fratribus Monasteri Sancti Petri de Arganil*”, pelo preço de 60 áureos<sup>66</sup>. Anos mais tarde, em 1227, O Mosteiro adquiriria a terça parte do Monte de *Torrozelos* (Torrozel), pelo custo de dois morabitanos<sup>67</sup>.

A administração directa dos domínios do Mosteiro levou-o a estabelecer alguns contratos consignativos com as gentes que colocavam nas suas terras coutadas. Data de Agosto de 1225, o contrato foraleiro de Folques, outorgado por D. Mendo, prior, e testemunhado pelos cónegos D. Honório, D. Ermígio e D. André, prior claustral e notário do acto, para além de D. Martinho Pires de Midões e de D. Fajão, testemunhas laicas, também aí presentes, pelo qual os dez povoadores do lugar deveriam pagar anualmente, ao Mosteiro, a décima parte do vinho, do linho, dos alhos, das cebolas e de todas as leguminosas que produzissem naquela terra, bem como uma fogaça de dois alqueires de trigo – o alqueire de Arganil – mais um capão ou uma galinha ou seis dinheiros por

<sup>62</sup> A. G. Matoso, *Ligeiras notas para a história do concelho de Arganil*, Arganil, 1968, p. 23, cit. por José Mattoso, “A região de Arganil”, p. 317.

<sup>63</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. “Alm. 3, maço 1, nº 8”.

<sup>64</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 86, pp. 175-176.

<sup>65</sup> Confrontavam estas terras com Cabeça de Cepos (*Cepole*), veia do Rio Ceira, foz de Seiroco, Carvalhal do Sapo, Cabeça de *Touta* e, de novo, Cabeça de Cepos (*Cepole*).

<sup>66</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 8, Doc. “Almº 3, maço 3º, nº 2”;

AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 153-154vº.

<sup>67</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. “Alm. 2, maço 5º, nº 12”.

ela. Ao mordomo do Mosteiro cabia aplicar o direito em questões de demanda ou de calúnia segundo o “*forum de Arganil*”. A transferência dos direitos contratuais em favor de algum outro povoador impunha a cada novo morador a aceitação do foro consuetudinariamente estabelecido<sup>68</sup>.

Em 1236, o prior e o convento de S. Pedro de Arganil promulgaram carta de foro colectivo a quatro povoadores de Monte Redondo, pagando a décima e uma fogaça de trigo “*de almude [de] Arganil*”, bem como uma galinha ou seis dinheiros por ela. Em matéria judicial, os moradores haveriam de regular-se “*per forum et per cartam Covilliane*”<sup>69</sup>.

Um pouco mais minucioso e desenvolvido foi o foral outorgado aos moradores de Cepos, em Outubro de 1237, ainda por D. Mendo, prior, na presença dos cónegos e sacerdotes do Mosteiro, D. Martinho Eanes, D. Mendo *Cordano*, D. André, dos “*fratres conuersi*” Pedro Mendes, Pedro Peres e Martinho Afonso e de outros “*multi clerici et laici quos non possumus numerare*”, no dizer do notário do acto Pedro Mendes, “*canonicus diaconus*”<sup>70</sup>. Os habitantes de Cepos e todo o seu “*semine*” poderiam ali plantar e edificar o que quisessem “*sicut boni populatores*”, dando de foro duas décimas do pão e dos legumes. Quem plantasse vinha, daria um décimo do produto nos primeiros quatro anos e um quarto nos seguintes, “*per mensuram de Arganil*”. Seguiam-se pesadas coimas penais de carácter judicial e objectivos de regulamentação de costumes e de comportamentos em comunidade.

Em 19 de Maio de 1231, o mencionado prior D. Mendo com o convento entregaram a sua herdade, “*tam cultam quam non cultam quam possidimus in Spááriz*”, ao bispo D. Pedro Soares, recebendo deste, em troca, o terço das décimas mortuárias que o prelado tinha na paróquia de Sabugueiro. O Mosteiro comprometia-se, ainda, a entregar todos os anos aos prelados de Coimbra, na Festa de Nossa Senhora da Assunção, uma libra de cera<sup>71</sup>.

De 1253, chega-nos uma notícia que relata ter um prior do Mosteiro, chamado D. Mendo Gonçalves *Farrão*, estando em Viseu, feito citação, junto do Arcebispo de Braga, de D. Teresa Pais e de seus filhos Pedro Feio, Martinho, João Peres, Domingos Peres, Elvira Peres e Estêvão Peres, a propósito de contenda sobre o lugar de S. Domingos de Murta (c. Alvaiázere), pertencente

---

<sup>68</sup> TT – Gaveta 14, Mº 2, Doc. 11; Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 2º” (traslados quatrocentistas).

<sup>69</sup> TT – Gaveta 1, Mº 7, Doc. 13.

<sup>70</sup> TT – Gaveta 15, Maço 7, Doc. 9; Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. “Alm. 3º, maço 1º, nº 1º” (cópia quatrocentista); *Portugaliae Monumenta Historica – Leges*, p. 628-629.

<sup>71</sup> TT – Sé de Coimbra, 1ª incorp., Mº 12, Doc. 9.

ao dito Mosteiro. Fez-se representar o prior pelo advogado e deão de Viseu, D. Gonçalo Fernandes.

Narra essa invulgar notícia que, certa vez, alguns homens da arguida chegaram a enclausurar, naquele lugar, o prior do Mosteiro, juntamente com o cónego D. Martinho Pais e alguns outros servidores, situação ultrapassada pela chegada de dois “*milites uicini terre et loci nominate Johanes Cendom et Petrus Fernandi Zouparel et posuerunt inter eos treugam et securitatem.*” Da composição estabelecida, o Mosteiro deveria ficar com metade de todas as oblações recebidas na ermida de S. Domingos de Murta, restando a outra metade para Estêvão Peres, clérigo, filho de *Petrelhi* e de D. Teresa Pais, em vida, passando ao Mosteiro depois da sua morte. Pagaria o usufrutuário anualmente a S. Pedro de Arganil onze morabitanos a título de préstamo, devendo-lhe ser garantida, sempre que se deslocasse ao Mosteiro, uma porção “*sicut unus de canonicus*”.

É possível que aquele cónego de nome Martinho Pais fosse parente próximo de D. Teresa Pais, razão por que tinha uma especial relação de propriedade sobre S. Domingos de Murta. Seria, de qualquer forma, irmão do bispo de Coimbra à época, D. Egas Fafes, mais tarde elevado ao sólio arquiépiscopal de Compostela, como o confirma, o documento citado, ao atribuir-lhe, adiante, o cognome familiar de “Fafes”. Tal cónego, aliás, vem mencionado no *Livro Velho de Linhagens* como homem “*que nom houve filhos*”, pertencendo à família dos Fafes de Lanhoso<sup>72</sup>.

A existência, neste nosso cenóbio de S. Pedro de Arganil, de um cónego irmão do prelado de Coimbra e originário da nobre família dos Fafes torna-se um elemento elucidativo acerca do recrutamento social de religiosos professos deste Mosteiro àquela época. E não apenas religiosos varões, porquanto o Mosteiro tinha também um anexo ou recolhimento para cónegas ou *sorores*. Entre aquelas que aí vestiram hábito canonical cita-se uma D. Justa nomeada por “*soror de Arganil*” no registo mais antigo do Obituário de S. Vicente de Fora de Lisboa<sup>73</sup> e, ainda, D. Teresa Pais, depois de enviuar de D. *Petrelhe*,

---

<sup>72</sup> Vd. *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. *Livros de Linhagens*, (ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, Ref<sup>o</sup>: 1AU10. (Esta informação e proposta de identificação genealógica foram-nos gentilmente comunicadas pelo Dr. Luís Rêpas, a quem agradecemos muito penhoradamente).

<sup>73</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto – Manuscritos de Santa Cruz de Coimbra, N<sup>o</sup> 707, fl. 81v<sup>o</sup>, registada no dia 25 de Novembro. (Note-se que o registo mais antigo deste Obituário deve datar de finais do Século XII ou dos alvares do Século XIII).

ligada ao processo de aquisição patrimonial de S. Domingos de Murta pelo Mosteiro, acontecimento que teve lugar antes de 1254<sup>74</sup>.

Na verdade, recorda o documento antes citado, que D. Teresa Pais:

“Recepit habitum religionis et fuit multis diebus soror Sancti Petri de Arganili. Et postea ipse Stefanus Petri clericus filius eius similiter recepit habitum religionis et fuit canonicus Monasterii. Et fuit prepositus Monasterii et tenuit ouencias intus et foris et fecit residenciam in ordine in Monasterio et in Murta per mandatum prioris, per duodecim anos et amplius etiam. Et ab ingressu siue introitu ordinis Monasterium de Arganil recepit et possedit et possidete illam medietatem quam consueuerat retinere Stefani Petri. Et postquam possederat Monasterium totum locum Sancti Dominici integre [et] fecit ipse prior domnus Menendus supradictus maiorem et magis largam ecclesiam in Sancto Dominico. Et totum istud contigit in uita sua (...)”<sup>75</sup>.

O Mosteiro viria a entregar a Quinta de S. Domingos de Murta a D. Martinho Pais Fafes, que a teve em vida, revertendo para a Canónica, aquando da morte do usufrutuário, mais 200 morabitanos que deixará aos cónegos, segundo conselho do filho de D. Afonso Peres, de João Ermíges e de D. Fernando Pinheiro e de Vicente Mendes, cavaleiros, padroeiros e herdeiros “*monasterii*”.

Parte daquele dinheiro, contudo, fora gasto pelo prior do Mosteiro, citamos:

“In camino Ecclesie Romane quando ibat illam contra milites filios Laurencii Fernandi de Euencia (?) quam perturbabant testamentum Vincencii Laurencii fratris carnalis eorum super hereditate de Almalages quam habebat Monasterium ex parte ipsius Vincencis Laurencii. Et de istis quam duxit Petrus Menendis canonicus Monasterii filius istius prioris unam mulam que custauit quadraginta morabitanos et uendit illam prior Petrus Menendi naturalis de Requiam pro quinquaginta morabitanos ad Gonsaluum Gonsalui comendatorem de Eega et duxit quadraginta morabitanos in denariis per manum domini Petri Roderici cantoris colimbriensis et domni Petri Gonsalui Zarco qui fuit postea episcopus Vicensis. Postea fuit episcopus domnus Egas Fafie Colimbriensis et iudicauit et considerauit quod male erat paratus locus Sancti Dominici per istum Martinum Pelagii et fecit cum illo quod recepit centum uiginti libras a Monasterio tempore prioris domni Andreez remansit locus Sancti Dominici in saluo Monasterio. Et de istis morabitanis

---

<sup>74</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Documento com a cota antiga “Alm. 6, Mº 4, Nº 8”.

<sup>75</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. “Alm. 6, maço 4, nº 8”.

uel libris persoluit Martinum Menendi <Farram> prior Monasterii triginta libras Martino Pelagi (...)<sup>76</sup>

Em 1290, D. Domingos Martins, “*priol do Moesteiro de San Pedro d’Arganil e o convento*”, deram a “*pobrar o nosso herdamento que é chamado Sementorta*”, junto a Álvares, a Francisco Martins e sua mulher, Maria Sebastiaões, com condição de pagar o foro anual de três teigas “*de pam, meio trigo e meio segunda per medida de Coimbra*”, em dia de S. Miguel, bem como uma teiga de pão por fogaça e duas galinhas de foro. As “*vozes coomas*” regular-se-iam “*per foro d’Alvares*”<sup>77</sup>.

Da gestão do património desta Canónica resultava um rendimento médio anual, em dinheiro, de 400 libras, por volta de 1321<sup>78</sup>. Era prelado do Mosteiro, nesse momento, D. João Peres, o qual obteve do colector diocesano, D. Afonso Eanes, prior da Azambuja, declaração de estar o Mosteiro livre de qualquer sentença de excomunhão, suspensão ou interdito por causa desta matéria<sup>79</sup>.

Trata-se de um rendimento médio-baixo em termos de comparação com alguns outros mosteiros portugueses desse tempo. S. Jorge de Coimbra, da mesma Ordem, ascendia às 900 libras, enquanto Santa Cruz ultrapassava largamente as 19 000 libras. O Mosteiro das Cónegas de Celas da Ponte de Coimbra ficava-se pelas 250 libras, o então recentemente fundado convento de Santa Clara de Coimbra atingia as 225 libras, enquanto as monjas do vizinho Mosteiro de Semide subiam às 400 libras. Mosteiros Cistercienses como o de Seixa, que atingia as 5 560 libras, o de S. Paulo de Almaziva, com 500, o de Celas de Guimarães, com 1 000 e o de Lorvão com 5 000 libras, mostram idênticas simetrias às das casas canonicais regrantes<sup>80</sup>.

7. O Mosteiro de Arganil atraiu a atenção do rei D. Dinis em diversos momentos. Em 1309, o rei privilegiou-lhe os homens que moravam nas suas herdades, em atenção ao serviço que lhe haviam feito aquando do casamento do Infante D. Afonso<sup>81</sup>. Em 1310, o dom prior protestava contra os oficiais régios que pretendiam cobrar jugadas aos homens que trabalhavam, continuamente,

<sup>76</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. “Alm. 6, maço 4, nº 8”.

<sup>77</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 209 – A. Doc. “Alm. 4, maço 3º, nº 20”.

<sup>78</sup> Cf. Censo de 1321. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres), Vol. IV, Porto, Livraria Civilização, 1991, pp. 123.

<sup>79</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 6”.

<sup>80</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal...*, p. 123.

<sup>81</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 41, pp. 112-113.



nas terras e aldeias do Mosteiro, protesto que o Rei Trovador atenderia e faria emendar<sup>82</sup>.

A cobiça de alguns senhores laicos pelo património da canónica, no entanto, manter-se-á nos anos seguintes. Em Setembro de 1317, D. Dinis ordena aos juizes de Arganil que constranjam o alcaide que Fernão Rodrigues tinha por si na vila, a respeitar os direitos e isenções dos homens do Mosteiro no concelho, evitando as prisões e demais arbitrariedades com que os fustigava<sup>83</sup>. Do ano de 1320, há notícia do Infante D. Fernão Sanches ter filhado alguns casais da Canónica na aldeia de Pinheiro<sup>84</sup>.

Sabemos que a comunidade de S. Pedro de Folques vivia, então, com algumas limitações materiais. É assim que, num sábado, 24 de Julho de 1322, D. João Peres, prior do Mosteiro, perante os cónegos Domingos Mendes, Vasco Pires, Domingos Esteves, João Pires e Estêvão Miguéis, os homens do prior, Durão Pires e João Vicente, e “*outros muytos*”, se compromete a repartir com eles as rendas das aldeias da Fajão e Seiroco, até então da enfermaria monástica, mas que, doravante, se aplicariam antes à vestimenta dos cónegos, considerando-se:

“Que a vestimenta do Convento era pequena e não se podiam manter em ela assim como deviam e lhes era mister eem Deus e com hordem tivemos todos por bem de darmos em acrescentamento a dita vestimenta a nosa aldeya de Fajã e de Seyroco as quaaes aldeyas antes eram da nosa enfermaria que era de comum do Priol e do Convento por tal que departisemos dante nos contenda que aviamos per razom da vestimenta e destas aldeyas de susoditãs de Fajã e de Seyroco deve d aver o priol e os outros seus socessores dous quinhões come dous coonigos de totalas cousas que renderem as dictas aldeyas de Fajã e de Seyroco e em todos seus termhos e o ditõ priol nom deve a aver de totalas outras cousas que a vestimenta ha nos houtros logares salvando os de susoditõs dous quinhões das ditãs aldeyas de Fajã e de Seyroco e destas ditãs aldeyas devem de filhar trinta libras em cada huum ano pera a enfermaria e ho priol deve de meter juiz asy come nos outros logares da vestimenta e deve comer o serviço e nom se deve d estender mays hem nenhuãs das houtras cousas que perteeçem aas dictas aldeyas nem o seus termhos e

---

<sup>82</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 38, Doc. “Alm. 2º. Maço 1º, nº 18”. (Traslado de 1331).

<sup>83</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 50, pp. 125-126.

<sup>84</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 54, pp. 129-130; AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 381-382vº.

esto fazemos tambem por nos come por todos aqueles que depos nos veerem que seja firme e estavel pera todo senpre”<sup>85</sup>.

Esta composição foi aprovada por *vidimus* de D. Raimundo, bispo conimbricense, estando em Nogueira (do Cravo (?)), em 9 de Agosto de 1322<sup>86</sup>, o que não pode deixar de evidenciar que, ainda então, os prelados diocesanos mantinham sobre o Mosteiro importantes laços jurisdicionais. Um outro *vidimus* deste antistite foi aposto no emprazamento feito pelo Mosteiro, com sua “*lecença e outorgamento*”, a 5 de Junho de 1328<sup>87</sup>, de certos casais nas aldeias de Pinheiro e de Papízios, o que vem reforçar a ilação exposta quanto ao peso institucional exercido ainda no Século XIV pelos bispos de Coimbra na vida administrativa desta casa.

S. Pedro de Arganil, por seu turno, procurará afirmar sempre e o mais possível a sua autonomia. Em 20 de Dezembro de 1326, por exemplo, encontramos o mencionado prior, D. João Peres, a deslocar-se a Coimbra, para aqui proceder a uma declaração pública, no adro de Santiago, diante de Pêro Lopes e Garcia Martins, procuradores e colectores do Arcebispo de Braga, pela qual afirmava que o Mosteiro de Arganil, intimado a pagar ao Ordinário bracarense uma colheita de 25 libras: “*nunca dera colheita ao bispo mays de dazaseys libras e disse o dicto prior aos sobredictos procuradores do dicto arçebispo que se s’eles tevessem por contentes das dezaseys libras e ho dessem por quite delas que el prestes era pera as pagar logo con as quaees o dicto priol frontou logo aos sobredictos perdante mim dizendo que nom renunciava a apelaçom nem se desenparava dela pola moyoriã nem do sosidio em que avia apelado com no cabidoo e con a clerizia*”<sup>88</sup>.

Com o Senhor de Góis, D. Gonçalo Vasques, compôs-se S. Pedro de Folques, em 1331, dele recebendo a doação de quatro casais em Fajão mediante compromisso de os cónegos celebrarem uma missa de aniversário, em dia de S. Miguel de Setembro, pelas almas de D. Afonso Pires e de D. Vasco Pires, pai e tio, respectivamente, do dito benfeitor<sup>89</sup>.

Não foi muito suave o reinado de D. Afonso IV para esta Canónica arganiliana. Em 1336, D. Afonso IV reconhecerá ao Mosteiro os seus

<sup>85</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 8, Doc. “Alm. 3º, maço 3º, nº 4º”; AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 220-222.

<sup>86</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 8, Doc. “Alm. 3º, maço 3º, nº 4º”.

<sup>87</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, Doc. “Alm. 5º, maço 2º, nº 5”. (De 1328).

<sup>88</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 7”.

<sup>89</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 155-159vº.

direitos nas aldeias de Fajão, Álvares e Silvares<sup>90</sup>, mas, por cartas de 1344, proíbe ao Mosteiro o exercício de jurisdição senhorial em S. Domingos de Murta (Alvaiázere), interditando-o, ainda, de poder mandar prender ou levar carceragens em Folques<sup>91</sup>. Registaremos, finalmente, nova contenda entre a Coroa e o Mosteiro, por 1353<sup>92</sup>, e a decisão régia de ordenar, por carta de 1354, ao almoxarife de Arganil que largasse aos cónegos o montado e o gado do vento que lhes tomara em Fajão<sup>93</sup>.

Com D. João I, o Mosteiro conhecerá tempos de maior protecção e mesmo, mau grado a fase comendatária que atravessava, de algumas melhorias de gestão do seu património. É assim que, em 1403, D. Álvaro Gonçalves, prior, pelo seu ouvidor, Fernão Domingues de Miranda, procedeu à avaliação das terras de Silvares a fim de apurar o que cada caseiro nelas residente deveria pagar ao Mosteiro<sup>94</sup>. Em 1410, por seu turno, o Monarca da *Boa Memória* ordenará ao seu almoxarife em Alvaiázere a devolução ao Mosteiro dos bens que penhorara indevidamente na Quinta de S. Domingos de Murta<sup>95</sup>. Idêntica atitude proteccionista teve o Regente D. Pedro, em 1441, ao fazer entregar ao Mosteiro essa mesma propriedade, a qual havia sido inapropriadamente tomada, anos atrás, pelos oficiais da casa da rainha D. Leonor, mãe de D. Afonso V<sup>96</sup>.

**8.** Com maiores ou menores dificuldades, no entanto, as rendas de S. Pedro de Arganil revelavam-se sempre atractivas e cobiçadas. O Mosteiro procurou gerir e administrar o seu património do melhor modo que pôde, o que obrigava os seus senhores a desenvolverem contactos e iniciativas apropriadas sempre que tal se revelasse imperioso. Não estranha que, por essa ou outras razões atinentes à vida religiosa na Canónica, se vão testemunhando presenças de cónegos arganilenses na cidade de Coimbra. Nesta cidade, por exemplo, se encontrava, em 19 de Outubro de 1368, o prior-claustal, D. Garcia Gonçalves,

---

<sup>90</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, (Dir. A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias), Vol. II, (1336-1340), INIC, Lisboa, 1992, Doc. 39, pp. 85-87.

<sup>91</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, Vol. III, (1340-1344), INIC, Lisboa, 1992, Docs. 413 e 417, p. 320-322 e 326-327.

<sup>92</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 65, pp. 148-149.

<sup>93</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 150vº-153.

<sup>94</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 305-308vº.

<sup>95</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 86, pp. 175-1776.

<sup>96</sup> S. A. Gomes, *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra...*, cit., Doc. 94, pp. 184-186.

testemunhando actos de empraçamento envolvendo a Sé de Coimbra e, decerto, resolvendo assuntos do interesse da sua Canónica<sup>97</sup>.

Como se viu, o património de S. Pedro de Folques atraiu cobiças de senhores laicos, em especial nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV. Há que atentar que tais interesses sobre o património e riqueza da Canónica se estenderam também ao plano jurisdicional canónico. Podemos escrever, de facto, que S. Pedro de Folques conheceu bastante cedo o seu ciclo de prelados comendatários.

Documento de 30 de Junho de 1377, lavrado em Arganil pelo tabelião da vila Domingos Martins, refere que ali se apresentara um tal D. Gilete, procurador do Cardeal D. Guilherme, antigo bispo de Mende<sup>98</sup>, aí declarando que o:

“Priol deste Monsteiro de Sam Pedro de Folques e em nome do dicto senhor Dom Gilhelme arrendo a vos Affonso Eanes coonigo regente do dicto Monsteiro por quatro anos cumpridos e acabados pella gissa que os <vos> trouxestes en renda o dicto Monsteiro de Sam Pedro de Folques com todollos direitos que o dicto monsteiro ha e de directo deve d aver e a el som theudos de os aver. E vos Affomso Anes pollas rendas e directos que avedes d aver do dicto Monsteiro e das cousas que a el perteecem nos dictos quatro anos vos daredes de renda por elles en cada huum ano em paz e em salvo ao dicto Cardeal ou a quem vos seu poder mostrar lhe dardes em Coinbra no paço do daiam cento e viinte gentiis d ouro dos sem pontos. E vos pagardes estes gentiis en cada huum ano por diia de Sam Babtista (...). E pera estes gentiis pagar deu por fiadores e principaaes devedores Joham Vicente alffaiate e Johane Anes çapateiro anbos d Arganil (...)”<sup>99</sup>.

Cumpria a Afonso Eanes, cónego e rendeiro do Mosteiro, ter particular cuidado com o amanho das vinhas do património claustral, mencionando-se que “*em caso que as vinhas ficarem desffaleçudas dos adubos que acabada a dicta renda pagardes poreem ao dicto Cardeal dez floriis*”. O contrato foi testemunhado pelos cónegos conventuais D. Álvaro Gonçalves, Vicente Afonso

<sup>97</sup> TT – Sé de Coimbra, 2ª incorp., Mº 71, Doc. 2701.

<sup>98</sup> Trata-se de Guilherme de Chanaco, originário da Ordem de S. Bento, bispo mimatense ou de Mende, diocese sufragânea de Bourges, desde 16 de Março de 1362, elevado ao cardinalato pelo papa Gregório XI em 30 de Maio de 1371, Avinhão, com o título de S. Vital. Faleceu em Avinhão a 30 de Dezembro de 1383. (C. Eubel, *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum S. R. E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum series. Vol. I. Ab anno 1198 usque ad annum 1431 perducta*, 1913, Munster, pp. 22, 48 e 342).

<sup>99</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 10”.

e João Domingues, pelo Abade de Santa Maria da Torre de Moncorvo, Rodrigo Eanes e por Gonçalo Vasques, alfaiate de Arganil<sup>100</sup>.

Em 1388, o Mosteiro via-se solicitado pelo prelado da Colegiada de S. João da Almedina, de Coimbra, no seguimento, aliás, de algumas outras contendas anteriores à data mencionada<sup>101</sup>, a pagar dízimos da paróquia de S. Pedro de Murta, o que, sendo negado pela Canónica, motivaria processo sentenciado na Audiência de Braga, em favor das pretensões dos cónegos arganilenses<sup>102</sup>.

Nos inícios do século XV, S. Pedro de Folques era administrado por D. Lopo, bispo *in partibus* com o título de Salmaça<sup>103</sup>. Em 13 de Outubro de 1419, por exemplo, este prelado com João Domingues, prior de Arega, João Eanes, prior de S. Domingos de Murta e Álvaro Afonso, todos cónegos de Arganil, estabeleceram um contrato de emprazamento, por 19 anos, com João *Pellas* e seu genro, Pedro Eanes, da Quinta da Murta, pelo foro de sete quarteiros de pão, 2/3 de trigo e 1/3 de cevada<sup>104</sup>.

A 18 de Janeiro de 1421, em Arganil, D. Fernando Coutinho, bispo de Coimbra, a pedido justamente de D. Fr. Lopo, bispo de Salmacia, faz pública-forma da carta de sentença pronunciada por Geraldo Peres, noutro tempo vigário da Diocese de Coimbra, sobre seis quarteiros de pão e seis puçais de vinho que o Prior de S. Gens de Arganil alegava dever receber, anualmente, do Mosteiro de S. Pedro de Folques<sup>105</sup>. Ainda em 11 de Setembro de 1422, D. Lopo se intitula “*Regedor do Moesteiro de Folques*”, qualidade em que afora a João Gonçalves, morador na Quinta de S. Domingos de Murta, essa mesma quinta, por 19 anos, com o foro de um quarteiro de trigo e 18 alqueires de cevada em cada ano<sup>106</sup>. Em 17 de Março de 1425, ainda D. Lopo se intitula perpétuo administrador do Mosteiro de S. Pedro de Folques, estabelecendo, nessa data, foro do Casal de Monsalativa a Afonso Domingues e sua mulher, Margarida Anes, moradores na Póvoa de Montalto<sup>107</sup>.

---

<sup>100</sup>TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 10”.

<sup>101</sup>Caso das sentenças de 7 de Julho de 1314 e de 19 de Maio de 1379 relativas a conflitos entre a Colegiada de S. João da Almedina de Coimbra e o Mosteiro de S. Pedro de Arganil. (TT – Colegiada de S. João de Almedina, Caixa 1, Mº 1, Docs. 12 e 37).

<sup>102</sup>TT – Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorp., Mº 232, Doc. “Alm. 6, maço 4, nº 7º”.

<sup>103</sup>TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 25.

<sup>104</sup>TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Doc. “Alm. 6º, maço 4, nº 13”.

<sup>105</sup>TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 31.

<sup>106</sup>TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 40, Documento sem numeração.

<sup>107</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 78vº-80.

Por outro lado, em 10 de Junho de 1430, o priorado conventual do Mosteiro de S. Pedro de Folques, vacante nessa data, foi concedido pelo papa Martinho V, ao cónego regrante D. Gil Vasques de Rebelo<sup>108</sup>. Pouco depois, em 17 de Outubro do mesmo ano, este cónego solicitaria a prorrogação do prazo para a expedição das letras apostólicas relativas à provisão do dito Mosteiro, sendo-lhe concedido, para o efeito, todo o mês de Novembro<sup>109</sup>. Sabemos que este prior se manterá à frente dos destinos da Canónica de Arganil por largos anos. Surge como prior do Mosteiro, ainda, em contratos de 1452<sup>110</sup> e de 1455<sup>111</sup>. Em 24 de Setembro de 1464, encontramos-lo a aforar um casal em Gache (Seia), a um tal Vasco Gonçalves<sup>112</sup> e, em 16 de Maio de 1467, estando no lugar de S. João de Areias, a contratar, com os possuidores da Quinta de Silvas, a nomeação de um “pessoeiro” para cobrar dos foreiros aí moradores nove quarteiros de pão terçado que deveria ser pago em Folques<sup>113</sup>. D. Gil Vasques de Rebelo terá renunciado ou sido destituído da prelatura pouco depois, mas não se afastará do claustro.

Sabemos, na verdade, que, já antes de 15 de Março de 1469, ocupava o sólio prioral de Arganil um novo prelado, D. João Monteiro<sup>114</sup>. Um contrato de emprazamento lavrado em 25 de Outubro de 1477, em favor de Gonçalo de Figueiredo, escudeiro, de um casal do Mosteiro no sítio dos Outeiros, foi estabelecido justamente por este D. João Monteiro, prior da Canónica, estando presentes, entre outros, o conhecido D. Gil Vasques de Rebelo, ora intitulado

---

<sup>108</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana. IV. Súplicas do Pontificado de Martinho V (Anos 8 a 14)*, edição de António Domingues de Sousa Costa, Braga, Editorial Franciscana, 1970, doc. 1572.

<sup>109</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana. IV*, doc. 1618

<sup>110</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. do “Alm. 5º, mº 1º, nº 2º” (prazo de um casal em Vinho (termo de Gouveia); Ibidem, doc. do “Alm. 5º, mº 1º, nº 12” (prazo em favor de João Gonçalves de um casal situado no sítio de Fonte Mourinha, datado de 3 de Abril de 1452, em Seia, tendo sido estabelecido por Martim Fernandes, escudeiro e procurador do prior de S. Pedro de Folques).

<sup>111</sup> Aparece em 25 de Maio desse ano de 1455, em Coja, aforando um casal a Martim Lourenço e sua mulher, moradores em Cepos. (TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. do “Alm. 3º, mº 1º, nº 4º”).

<sup>112</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. “Alm. 5º, mº 1º, nº 13”. (Documento lavrado por Lopo Fernandes, tabelião nas terras da Beira pelo infante D. Fernando).

<sup>113</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, Doc. do “Alm. 5º, Mº 4º, nº. 8º”; AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 311vº-315vº.

<sup>114</sup> AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 277vº-280vº.

de “prior velho”, bem como os cónegos João Gonçalves, Gonçalo Eanes e Fernão Afonso<sup>115</sup>.

Trata-se, naturalmente, de uma concessão de tipo comendatário. O Mosteiro viu acentuar a condição de cenóbio comendatício nos restantes anos do Século XV e por toda a primeira metade de Quinhentos<sup>116</sup>. Há que reconhecer, contudo, que, à luz da documentação subsistente, a administração do seu património monástico se revela, nos dois terços finais de Quatrocentos, minimamente atenta e cuidadosa, em especial nos priorados dos citados D. Gil Vasques de Rebelo (ca.1452-1467)<sup>117</sup> e de D. João Monteiro (ca.1468-1484)<sup>118</sup>.

Alguns desafogo sentia a Canónica nos finais da década de 1470, decidindo-se o prior de então a programar obras de renovação e ampliação do edifício, em especial da igreja. No ano de 1479, efectivamente, D. João Monteiro contratava a realização de obras de vulto em toda a estrutura conventual, chamando os fregueses de Folques ao custeamento das despesas<sup>119</sup>, prenunciando, este gesto, de algum modo, os tempos reformistas que atingirão os claustros de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em Portugal, no primeiro quartel de Quinhentos. Algumas públicas-formas, datadas dos anos de 1470, de documentação antiga do cartório monástico trazem a assinatura autógrafa deste prior<sup>120</sup>, o que indicia que a sua residência no Mosteiro foi, ao contrário de muitos comendatários, uma realidade.

<sup>115</sup>TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. do “Alm. 5º, mº 3º, nº 2º”; AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 378-380vº.

<sup>116</sup>Não encontramos documentação para sustentar a informação de D. Nicolau de Santa Maria, segundo o qual o rei D. Afonso V, em 1472, concedeu o título de conde de Álvares e de Fajão a D. Miguel Pires da Silva, que seria então, segundo o mesmo Cronista, prior da Canónica arganiliana, tornando-se título transmissível aos demais prelados deste claustro. (D. Nicolau de Santa Maria, *Op. cit.*, p. 159).

<sup>117</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 202vº-205, 270vº-277, 309-315vº, 378-380vº, 405-411vº, 413vº-418vº, 427-428vº.

<sup>118</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 266-268vº, 277vº-280vº, 299-304vº, 378-380vº, 393-398, 419-428vº.

<sup>119</sup>“*Logo pelo dito senhor prior foi dito que elle prazendo a Deus queria fazer de novo o corpo da igreja do dito mosteiro, a qual estava deribada, e esto por serviço de Deus e sua devação, e isso mesmo tinha vontade de fazer o campanario de novo e hum alpendere e de teer agoas ante a porta principal da igreja, onde soya d estar a gualile, cujo reparo e corregimento do campanario e sino e galilee perteence aos freguezes do dito mosteiro ou // [Fl. B] do dito alpendere se refazer em ves de galilee (...).*” (TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, caderno de cópias setecentistas de documentos de S. Pedro de Folques sem número nem numeração de fólhos; documento de 28 de Março de 1479).

<sup>120</sup>V. g., TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 11, Doc. “Alm. 3º, maço 1º, nº 1º”; Pasta 40, Doc. “Alm. 2º, maço 1º, nº 2º”; Gaveta 14, Maço 2, Doc. 11.

Tal residência poderá justificar o interesse deste prior em obras de melhoramento do edifício conventual. Pensamos que essas obras não se deveriam afastar muito dos cânones construtivos arquitectónicos correntes em Portugal, em geral, e na zona coimbrã, em especial, no último terço de Quatrocentos, marcadas pelas influências estéticas do gótico batalhino e do vocabulário construtivo e decorativo que caracterizará o reinado de D. Afonso V que encontrou, no extenso espaço da Diocese de Coimbra, um campo fértil de ensaio e expansão. Desse período datarão as imagens de S. Pedro e da Senhora da Piedade ainda hoje nos altares da velha igreja conventual<sup>121</sup>.

Sabemos que, em 1513, já D. Fernando de Vasconcelos, sobrinho del-rei e deão da capela real, era prior comendatário de S. Pedro de Folques. No ano mencionado, na verdade, D. Fernando de Vasconcelos, por seu procurador, “*Fernam Gonçallvez, escudeiro e vedor da senhora a Senhora Condessa de Penella*”, arrendará as dízimas da igreja da Pampilhosa, pertença do Mosteiro, a Martim Eanes de *Pescaneco*, por 23 mil reais<sup>122</sup>.

Em 1537, S. Pedro de Folques era trazido em comenda por D. António Carneiro, o poderoso secretário régio, administrando este a Canónica por feitor próprio, o cavaleiro Tomé Curado, e pelo prior claustral<sup>123</sup>. A 23 de Outubro de 1544, nas “*Crastas e Cabido*”, o referido feitor Tomé Curado emprazará, em nome do Mosteiro, certas casas, em Vila Cova do Alva, a Inês Sebastião, filha de Sebastião Pires<sup>124</sup>. A 22 de Maio de 1552, no entanto, era já comendatário do Mosteiro D. Francisco Carneiro, do conselho régio, trazendo este por feitor ao seu criado Pedro Velês<sup>125</sup>.

Em 1595, o Mosteiro de S. Pedro de Folques, feita a renúncia à sua posse pelo novo comendatário, D. Luís Carneiro, uniu-se formalmente à Congregação dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, vindo parte das suas rendas a ser aplicadas ao Colégio de Santo Agostinho de Coimbra<sup>126</sup>. Cerca de 1668, habitavam, ainda, esta Casa Regrante de Folques, um prior e seis cónegos regulares, sinal de que a canónica mantinha vida regrante, dentro, aliás, da tradição medieva de ser casa de acolhimento de uma comunidade monástica relativamente pequena<sup>127</sup>.

<sup>121</sup>Vd. Pedro Dias, *A arquitectura gótica*, cit., pp. 295-299.

<sup>122</sup>TT – Corpo Cronológico, Parte 1, M<sup>o</sup> 13, Doc. 23; AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 398v<sup>o</sup>-403.

<sup>123</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 224-230v<sup>o</sup> e 284v<sup>o</sup>-291v<sup>o</sup>.

<sup>124</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 231-237.

<sup>125</sup>AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 134v<sup>o</sup>-139.

<sup>126</sup>D. Nicolau de Santa Maria, *Op. cit.*, p. 159.

<sup>127</sup>D. Nicolau de Santa Maria, *Op. cit.*, p. 159.



A história do Mosteiro de S. Pedro de Folques, no seu período medieval, de que aqui apresentámos apenas alguns esboços mais documentados, deverá merecer, até pelas características algo originais das fontes arquivísticas que informam o seu passado, mormente os inquéritos forenses ducentistas, maior desenvolvimento e aprofundamento. Neste estudo, limitamo-nos a deixar apenas alguns elementos de reflexão sobre a história dessa instituição religiosa regrante agostiniana do Centro de Portugal, a qual revela ser um caso paradigmático das tipologias mais comuns dos claustros monásticos nacionais dos tempos medievais. Nisso, obviamente, colhemos a razão da importância do estudo do Mosteiro de Cónegos Regrantes de S. Pedro de Arganil, cuja beleza artística e enquadramento natural no vale de Folques constituem, ainda hoje, uma visão impressionante e poderosa do espírito monástico dos séculos de antanho.

## Anexo Documental<sup>128</sup>

### Doc. 1

[1147-1155 e 1162-1176] – *Registos das profissões solenes de alguns Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, professores do Mosteiro de S. Pedro*

---

<sup>128</sup> Compreensíveis limitações de espaço editorial não nos permitem deixar ao leitor, aqui, todo o diplomático medieval que lográmos compilar relativo ao Mosteiro de S. Pedro de Folques. Deixamos a sua edição para posterior oportunidade. Publicamos ora, contudo, apenas alguma documentação exemplificativa do interesse histórico que o arquivo deste instituto arganilense detém. Observámos os seguintes principais critérios de transcrição e de edição:

- 1) Transcrição do documento em linha contínua.
- 2) Respeito pela ortografia do texto original, mas normalizando o emprego de maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrassem separadas.
- 3) Desenvolvem-se as abreviaturas, sem assinalar as letras restituídas, mantendo-se a forma dos numerais.
- 4) Colocação entre parênteses rectos de tudo o que tenha sido interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [*sic*] a seguir aos erros do próprio texto.
- 5) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...].
- 6) Colocou-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas ou entrelinhadas.
- 7) Remete-se para nota de rodapé todas as indicações pertinentes que ajudem à leitura do documento.
- 8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?).

Quanto a critérios de edição, optou-se por fazer sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local). No fim assinala-se a cota documental. Cópias vão antecedidas da inicial B -. Quando útil, introduzem-se observações pertinentes ao quadro da tradição diplomática.

*de Arganil, efectuadas com promessa de obediência aos Bispos de Coimbra, D. João [Anaia] e D. Miguel Pais Salomão.*

TT – Casa Forte: Livro Preto da Sé de Coimbra, fl. 159.

Pub.: *Livro Preto...*, Doc. 379.

Subjectio Pelagii fratris facta ad episcopum Domnum Johannem de ecclesia de Arganil que sita est infra cautum et terminum castri Cogia.

Ego frater Pelagius offerens trado me ipsum ecclesie Sancti Petri <de Arganil> et promitto obedienciam secundum canonicam regulam Beati Augustini, domino episcopo Johanni et successoribus eius.

Ego frater Salvador offerens trado me ipsum ecclesie Sancti Petri de Arganil et promitto obedienciam secundum canonicam regulam Beati Augustini domino episcopo Johanni et successoribus eius <in perpetuum>.

Ego frater Odorius offerens trado me ipsum ecclesie Sancti Petri de Arganil et promitto obedienciam secundum canonicam regulam Beati Augustini domino episcopo Johanni et successoribus eius.

Ego frater Salvator prior ecclesie Sancti Petri de Arganil promitto obedienciam secundum canonicam regulam beati Augustini episcopo Domno Michaeli astantibus ibi archidiacono Petro Johannis de Cogia et Johanne monaco de Midones et Magistro Martino et Magistro Johanne.

## Doc. 2

1155 JANEIRO, s. 1. – *Paio Vermudes e sua mulher, Gontinha Peres, com Gontinha Gonçalves vendem a Pedro Usberto uma herdade em Beligato, no termo de Arganil.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 3

In Christi nomine. Hec est carta vendicionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Pelagius Vermuiz et uxor mea Gontina Petriz et ego Gontina Gunsalviz tibi Petro Uzbertz de hereditate nostra propria que habemus in terminos de Arganile in loco qui vocatur Biligatus. Vendidimus et concedimus tibi illam scilicet unusquisque partem suam ad se pertinentem, ego Pelagius et uxor mea Gontina Petriz mediam partem et Gontina Gunsalviz aliam medietatem quam dedit in adiutorium captivitatis mee, pro precio quod a te pariter accepimus unam vaccam obtimam que antea havisti ex labore tuo quod

in ecclesia Arganil habitasses, tantum nobis et tibi bene complacuit et de precio apud te nichil remansit. Cuius vero isti sunt termini: in oriente tu Petrus Uzberte, in occidente fontanus de Biligato, in aquilone Gunsalvus Arufiz et quomodo dividitur cum filiis Fernando Captivo, in africa parte Didagus Suariz et Rebexus. Habeas tu supradictam hereditatem sicut terminata est et omnis posteritas tua im perpetuum. Sed si forte aliquis ex nobis vel extra nostra progenie aut non potuerimus tunc simus constricti a vicario terre donec reddamus tibi illam hereditatem duplatam et quantum fuerit melioratam et domino patrie aliud tantum.

Facta vendicionis carta et firmitudinis mense Ianuarii. Era M. C. LX(XXX)<sup>a</sup>. III<sup>a</sup>.

Nos prefati qui hanc cartam scribere iussimus coram bonis hominibus manibus nostris (*signa*) roboramus et hec signa fecimus.

Qui presentes fuerunt:

(Col. A) Alfonsus ts. G. Arias ts. Dezanus (?) Pelaiz ts.

(Col. B) P. Godiniz ts. Cazapus ts. Martinus pelaiz ts.

Suarius notauit.

### Doc. 3

1155 JANEIRO – *Venda que fazem Monia Eanes com os seus filhos, Martinho, Pedro, Salvador, Maria, Paio e Elvira, a Pedro Uzberte de uma courela de terra em Linhares, junto a Arganil.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 4

In Christi nomine. Hec est carta venditionis et firmitudinis quam iussimus facere ego Monia Johannis una cum filiis meis Martinus et Petrus et Salvator et Maria <et Pelagius> et Elviri tibi Petro Uzberte de una quaerela de terra que habemus intus Arganil in loco predicto qui vocatur Linares. Et sunt termini eius: ad orientem fluvius Arganil, ad occidentem Domnus Petrus Uzberte, ad aquilonem Maria Faldreiz, in affrica Gonsalvo Gōdiniz. Vendimus et concedimus tibi illam hereditatem cum suis ficulneis pro precio quod a te accepimus unam vacham <pregnatam> que dedisti Martino et dedit eam in adiutorio captivitatis sue, et II<sup>os</sup> quartarios de pane, quia tantum nobis et tibi bene complacuit et de precio inde apud te nichil remansit.<sup>129</sup> Igitur ab hac die habeas tu <eam> firmiter in perpetuum et omnis posteritas tua. Set si forte aliquis ex nobis

<sup>129</sup>Subpontou aqui a frase: “Set si forte al”.

vel ex nostra probenie vel extranea tibi inde aliquid inquirere et hoc nostrum factum irrumpere quesierit et nos in conclio autorizare noluerimus aut non potuerimus, tunc [si]mus constricti a vicario terre. Donec reddamus tibi <eam> duplatam et quantum fuerit melioratam et domino patrie aliud tantum.

Facta venditionis carta et firmitudinis mense Ianuarii. Era M<sup>a</sup> C. LX(XXX)<sup>a</sup>.  
III.

Nos supranominati qui hanc cartam scribere iussimus coram idoneis testibus manibus nostris r(*signa*)oboramus et hec signa fecimus.

Qui presentes fuerunt:

(col. A) Gonsalvo Petriz ts. Suario Menendiz ts. Petro Tauroniz ts.

Gonsalvus notauit.

(Col. B) Gonsalvus Gonsalviz ts. Didago Rooriguiz ts. Menendo Faber ts.

#### Doc. 4

1177 JUNHO, s.1. – *Pedro “Uzbitris” vende ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil, por trinta morabitanos, a terça parte que tinha na herdade de Silvares.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 316-317.

In Dei nomine. Haec est carta venditionis et firmitudinis quam iussi facere ego Petrus Uzbitris<sup>130</sup> vobis fratribus de Monasterio Sancti Petri de ipsa tertia parte de toto Sylvarez, si quomodo ego nunquam melius habui. Vendo vobis ipsa hereditate pro precio quod de vobis accepi scilicet triginta morabitanos qui mihi et vobis tantum complacuit et de pretio apud vos nichil remansit; habeatis vos ipsam hereditatem firmiter et omnis posteritas vestra, et si aliquis homo venerit vel veniri tam de meis propinquis quam de extraneis qui hoc factum nostrum voluerit irrumpere, quantum inquisierit tantum in duplum componat et domino terre aliud tantum. Et ego si in concilio non potuerit aut noluerit auctorizare vel divindicare similiter faciat.

Facta carta mense Junii, Era milissima ducentessima decima quinta.

Et ego supradicti qui hanc cartam iussi facere coram idoneis testibus manibus meis (*signum*) roboro et hoc signo facio.

Qui presentes fuerunt pro testibus haec sunt: Michael notarius. Menendus ts. Petro ts. Johanes ts. Bernaldus ts. Suarius ts. Gundisalvus ts. Nonius ts. Martinus ts. Pellagius ts.

<sup>130</sup>Sic. Trata-se seguramente do conhecido D. Pedro Uzberte ou Uzbertis.

Doc. 5

1180 MAIO, s. 1. – *D. Miguel Salomão, bispo de Coimbra, concede a D. Gonçalo, prior do Mosteiro de Arganil, licença para levantar uma igreja e mosteiro na Mata de Folques, junto a Arganil.*

Pub.: Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Segunda Parte, Lisboa, Ofª de João da Costa, 1668, p. 159.

In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti Amen. Ego Michael Dei gratia Colimbriensis episcopus vna cum consensu Canonicorum meorum, ad notitiam futurorum facio chartam conuentionis, et firmitudinis tibi Gondisalvo priori de Arganil et omnibus canonicis ibi secundum regulam Beati Patris Augustini degentibus ut nouam Ecclesiam aedificetis in loco qui dicitur Matta de Folques, ad honorem Dei et Beati Petri Apostolorum Principis, et circa ipsam ecclesiam novum Monasterium erigatis, etc<sup>a</sup>.

Facta Charta mense Mayo in Era M. CC. XVIII.

Doc. 6

1187 DEZEMBRO, [Folques] – *Pedro Alvarinho e sua mulher, Eugénia Martins, vendem ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil a herdade da Murta, no território de Coimbra, pelo preço de II morabitanos.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 7.

In Dei nomine. Hec est karta vendicionis et firmitudinis quam iubsimus facere ego Petrus Alvarinus et uxor mea Eugenia Martiniz vobis fratribus Sancti Petri de Arganil de nostra hereditate quam habemus in territorio Colimbrie in loco qui dicitur Murta, quanta habemus de compra de ea et de nostra matre Ousenda Gundisalvi rupta et inrupta. Quomodo dividit in oriente per illam comeneiram de Monsalude. In occidente cum hereditate de Gundisalvo Monaco. Contra aquilone cum hereditate Sancti Petri. In africo cum Martino Cendoniz et com Petro Filio.

Damus vobis ipsam hereditatem pro precio quod a vobis accepimus scilicet XI morabitanos tantum nobis et vobis complacuit et de precio apud nos nihil remansit in debitum pro dare. Igitur ex ac die habeatis eam firmiter. Et si forte aliquis homo venerit vel venerimus tam de nostris propinquis quam de extraneis

non sit ei licitum sed pro sola tentacione quamtum inquisierit tantum in duplum vobis componat et domino terre aliud tantum. Et si nos eam in concilio vobis noluerimus aut non potuerimus concedere, tunc simus nos constricti de domino terre donec reddamus vobis ipsam hereditatem duplatam et quantum fuerit melioratam et domino terre aliud tantum.

Facta karta mense Decembris. Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> V<sup>a</sup>

Nos supranominati qui hanc cartam iussimus facere coram idoneis testibus roboramus.

Qui presentes fuerunt hi sunt: Petrus Martiniz ts. Petrus Martiniz filiz Menendi Sebastiani, ts. Salude, ts. Johanes Saludiz, ts. Magister Gundisalvus, ts. Martinus Vermuiz, ts. Gundisalvus Petriz, ts. Petro Onorigiz, ts. Alfonsus Suerii, ts. Petrus Suerii, ts. Dominicus Johanis, ts. Galego, ts.

Frater Benedictus subdiaconus notauit.

#### Doc. 7

1190 MAIO (?), [Coimbra] – *D. Martinho, bispo de Coimbra, com o consenso dos Cónegos do Cabido diocesano, concede ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil o direito a edificar uma igreja no lugar de Murta, em honra de S. Pedro, ficando obrigado a pagar à Mitra a terça parte das primícias, mortuárias e décimas, renunciando o Ordinário ao direito de colheita.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, 1<sup>a</sup> incorp., M<sup>o</sup> 12, Doc. 36.

#### ABCDEFGHIJKLMNLOPQR

In nomine Patris et Filii et Spiritu Sancti amen. Ego Martinus Dei gratia Colinbriensis episcopus una cum consensu canonicorum meorum. Ad noticiam futurorum facio cartam conuentionis et firmitudinis tibi G. priori de Arganil et omnibus canonicis ibi secundum regulam beati Agustini degentibus presentibus et futuris; ut edificetis ecclesiam ad honorem Dei et beati Petri Apóstolorum princepis, in loco qui dicitur Murta; et secundum consuetudinem aliarum nostrarum ecclesiarum de decimis primiciis et morturiis mihi et successoribus meis; terciam partem fideliter persoluatis, excepto quod a uobis ut ab aliis collectam nolo exigere. Si autem euenerit me uel successores fecisset transitum per partes ellas, pro facultate uestra et iuribus; non prouideatis. Facta karta mense Maio<sup>131</sup> (?). Era. M<sup>a</sup>. CC<sup>a</sup>. XX<sup>a</sup>. VIII<sup>a</sup>.

<sup>131</sup> Palavra de difícil leitura, dado o mau estado do documento; eventualmente aceitar-se-á a leitura de “ionio” (?).

Ego M(artinus) Dei gratia Colinbriensis episcopus qui hanc cartam scribere iussi propriis manibus roboro atque confirmo. Quicumque igitur hoc factum nostrum uiolare temptauerit anathema sit.

## Doc. 8

1194 JUNHO, [Coimbra] – *D. Pedro Soares, bispo de Coimbra, com o consenso do Cabido da Sé, concede nova licença ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil para poder edificar uma igreja dedicada a S. Pedro no lugar de Murta, da qual seriam dadas, à Mitra, as terças das primícias, das décimas e das mortuárias. O Bispo renunciava ao direito de colheita nessa igreja, conquanto o Mosteiro lhe fizesse um aniversário todos os anos por sua alma.*

TT – Sé de Coimbra, 1ª incorp., Mº 7, Doc. 35.

## ABCDEFGHIJKLMNOSTVXZ

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti amen. Ego Petrus Dei gratia Colinbriensis episcopus una cum consensu canonicorum nostrorum ad noticiam futurorum facimus kartam conventionis et firmitudinis vobis P. priori Sancti Petri de Arganil et omnibus canonicis ibi secundum regulam Beati Augustini morantibus presentibus et futuris in perpetuum, ut edificetis ecclesiam ad honorem Dei et Beati Petri apostolorum principis, in loco qui dicitur Murta; et secundum consuetudinem aliarum nostrarum ecclesiarum; primiciarum, decimarum et mortuorum nobis et successoribus nostris; terciam partem fideliter persolvatis. Excepto quod a vobis ut ab aliis collectam noluimus exigere. Si autem evenerit nobis vel successoribus nostris fecisse transitum per partes illas; pro facultate vestra et iuribus; nobis provideatis et nos in orationibus vestris comendatum habeatis et post obitum nostrum in unoquoque anno anniversarium faciatis.

Facta karta mense Iunio. Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> II<sup>a</sup>.

Ego Petrus Colinbriensis episcopus qui hanc kartam cum canonicis nostris facere iussimus; propriis manibus roborauimus et confirmamus. Quicumque igitur hoc nostrum factum violare temptauerit, anathema sit.

Gunsalvus notuit.

Petrus ts., Pelagius ts., Suarius ts., Menendus ts., Martinus ts.

## Doc. 9

1199 e 1230 MAIO, 16, Góis – *Notícia sobre a contenda havida entre S. João de Coimbra e o Mosteiro de S. Pedro de Arganil acerca das décimas*

*na igreja de S. Pedro de Murta. Inseire carta de composição, entre as mesmas partes, de Setembro de 1229 e confirmação episcopal de 16 de Maio de 1230.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 8

In Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> VII<sup>a</sup> regnante illustrissimo rege nostro Domno Sancio, Domno Petro Colimbriensi episcopo Romana civitate pro negociis Ecclesie sue existere, sopita est questio que vertebatur inter Domnum P. priorem ecclesie Sancti Petri de Arganil et Domnum F. ecclesie Sancti Johannis de Colimbria priorem super quibusdan decimas de Murta quas predictus F. iuri ecclesie sue vindicare inte[n]tebatur intervenientibus itaque Domno M. ecclesie Sancte Juste et Domno M. ecclesie Sancti Iacobi atque Domno P. Iuliani ecclesie Sancti Cristofori prioribus Innocentii III super infra questione iudicibus delegatis amicabili compositione utraque pars adquiens ut Martinus Cendoniz et P. Filius medietatem decimarum de hereditate quam habent in Murta ecclesie Sancti Petri de Arganil persolverent et alteram medietatem ecclesie Sancti Johannis prenominate qui duo milites eiusdem ecclesie antea fuerunt parrochiani. Et non solum ipsi duo predicti milites sed etiam quicumque laycus predictas hereditates ipsorum laborauerunt ubicumque casas habuerit seu habitauerit decimam ipsarum herediz cum inter ipsas supradictas ecclesias et clericis sine diminutione similiter dividant et in pace addicimus postera qui si aliquis vel aliqui homines in hereditate supradictorum habitauerint et aliorum hominum hereditates laborauerint illorum hereditatum decimarum integrum et sine diminutione ecclesie Sancti Petri de Arganil tantum persolvant.

Notum sit omnibus presentes literis inspecturis quod super decimis prediorum que fuerunt Martini Cendoni et Petri Filii de Murta parochianorum ecclesie Sancti Johannis de Colimbria habitantium in Murta super quibus inter Domnum P. priorem Monasterii Sancti Petri de Arganil et Domnum F. ecclesie Santi Johannis de Colimbria priorem per Domnum M. ecclesie Sancte Juste et Domnum M. ecclesie Sancti Iacobi et Domnum P. Iuliani ecclesie Sancti Cristofori priores in causa ipsa a Domino Innocentio papa tercio felicis recordationis iudices delegatis compositio facta fuerat talis videlicet ut prior Monasterii de Arganil medietatem dictarum perciperet decimarum et aliam medietatem prior et clerici ecclesie Sancti Johannis perciperent sicut in duobus instrumentis per alfabetum divis ~~is~~ compositioni ipsi confecis quorum unum est penes Monasterium de Arganil et aliud penes ecclesiam Sancti Johannis plenius continetur iterum inter nos M. Gondisalvi priorem et conventum Monasterii Sancti Petri de Arganil ratione ecclesie vestre Sancti Petri de Murta et nos F. Salvati priorem et clericos



ecclesie Sancti Johannis iam dicte per P. Roderici et P. Gondisalvi canonicos Colimbriensibus tunc temporis vicarios domini episcopi Colimbriensis talem compositionem intervenit videlicet quod nos prior et conventus Monasterii Sancti Petri de Arganil annuatim a festo Sancti Michaelis usque ad festum Sancti Martini I modium tritici maurisci et I quartarium ordius quantumque dicti clerici primum primo pro eis miserint sine contradictione aliqua persolvamus et quartarius debet esse de XVI alqueires pro mensuram Colimbrie et debemus hominibus in dictis hereditatibus commorantibus in spiritualibus providere et ad hoc ecclesiam Sancti Petri de Murta et nostrum Monasterium obligamus et etiam obligamus nos vero prior et clerici Sancti Johannis concedimus dicto priori conventui percipere decimas dictorum prediorum ad nos spectantes in perpetuum ita quod dictam pensionem annis singulis solvent nobis et tam nos quam ipsi iurauimus ad Sancta Dei Evangelia compositionem iam dicta omni tempore inviolabiliter observetur presentem cartam sigillo domini episcopi Colimbriensis fecimus communiri.

Actum Colimbrie, mense Sebtembris. Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LX<sup>a</sup> VII<sup>a</sup>.

P(etrus) Colimbriensis episcopus minister humilis licet indignus. Universis presentes litteras inspecturis salutem in Domino. Noveritis quod inter prior Monasterii de Arganil stare rasmus recusaret cuidam compositionis que inter ipsum et conventum suum ex una parte et priorem et clericos<sup>132</sup> ecclesie Sancti Johannis de Colimbria ex altera per nos fuerat celebrata super decimis quarumdum hereditatem de Murta que fuerunt Martini Cendini et Petri Filii de Murta parrochianorum eiusdem ecclesie Sancti Johannis super compositione ipsa ut eidem stare sicut promiserat integretur partibus quod in nostra presentia constitutus dictus prior de Arganil dictam compositionem facisse cum prefatis priore et clericis coram nobis super decimas recognouit supradictis et sicut utraque partium asserebat et in aliis licteris vestris continebatur de consensu partium confectis super ipsa compositione; compositio tam ... prenominate prior et conventus Monasterii de Arganil ratione ecclesie Sancti Petri de Murta obligantur sese priori et clericis Sancti Johannis et ipsam ecclesiam Sancti Petri ut ipsi et successores sui solvant ecclesie Sancti Johannis prenominate de ecclesia Sancti Petri de Murta unum modium de tritico maurisco et unum quartarium ordei et hoc tantum in perpetuum annuatim sine aliqua difficultate a festo Sancti Michaelis usque ad festum Sancti Martini quando primum dicti prior et clerici pro eis miserint et propter hereditatem Sancti Petri de Murta debet

---

<sup>132</sup>Subpontou: "Sancti Johannis".

recipere decimas de hereditatibus supradictis et hominibus ibidem hereditatibus spiritualia ministrare et tandem ambas partes habuerunt eadem compositionem ratam in nostra presentia habuerunt et ad sacra Dei evangelia promiserunt se enim semper servituros. Et ut compositio ista in perpetuum firmum robur obtineat nec ab aliqua partium valeat violari sigillum nostrum presentibus lictis fecerunt apponi et sigilla sua prior et conventus Monasterii de Arganil et capitulum Sancti Johannis apponi fecerunt nichilominus in eisde. Et etiam statuerunt quod quantumque partium contra istam compositionem nostram venerit adverse parti solvat X aureos monetarie. Compositione ista nichilominus suo robore valitura. Et etiam P. Menendi qui tunc constituimus vicarium perpetuum in eodem ecclesie Sancti Petri de Murta cunctus Monasterii de Arganil eandem compositionem similiter aprovit semper tempore servaturum.

Actum apud Goes XVII kalendas Junii, Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LX<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup>.

#### Doc. 10

1205 DEZEMBRO, s. 1. – *Raimundo Gonçalves vende a Martinho Peres e a sua mulher, Elvira Peres, um casal de herdade em Nabais, no qual habitava Paio Mendes e sua mulher, Maria Martins, pelo preço de 12 morabitinos e dois soldos.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 5.

In Dei nomine. Hec est karta vendicionis et firmitudinis quam iussi facere ego Reimundus Gunsali[z] tibi Martinus Petri et uxore tue Helvira Petri de uno cassal de heredita quod ego habeo hen Nabales et morabat ibi Pelagius Menendi et u[x]or sua Maria Martini dou vobis ipso cassal pro precio quod de vobis accepi scilicet XII morabitinos et II solidos quia tantum nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit in debitum. Habeatis vos ipso cassal intrego quomodo ego illi habuit quando parti com meos germanos temporibus seculorum et si aliquis homo venerit vel venerimus tam de meis propinquis quam de extraneis qui hanc factum meum irumpere cum voluerit quantum inquisierit tantum in duplum componat et domino terre aliud tantum et ad iudicem sint iudicatum et ad alcaldes C solidos et in super sedeat maledictus et excommunicatus.

Facta karta mense Decenbris, sub Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> X(XXX)<sup>a</sup> III<sup>a</sup>.

Rodrigo Menendi senior de Gaudela per manus de nostro rege. Didacus Lauzanus et Petrus Garsee, alcaldes. Fernandus Petri iudice. His qui soprannominatos qui hanc iussi facere cum manus nostras roboramus.

Qui presentes fuerunt et viderunt: Petrus Palaiz, ts. – Martinus Martini, ts.  
– Palegius Petri, ts. – Petrus Sudarii.  
Michael notuit.

Doc. 11

1210 JANEIRO, s. 1. – *Egas Dias e sua mulher, Maria Dona, vendem ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil, por 1,5 morabitanos, uma casa com sua quintã e conchouso no lugar de Pinhanços, termo de Seia.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. “Alm. 5, Maço 1, nº 8º”.

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques Livro 7, fls. 403vº-404vº.

Obs.: Documento em mau estado de conservação.

In Dei nomine. Ego Egas Diaz et uxori mee Maria Dona placuit nobis ut faceremus uobis Domno Menendi priori de Sancti Petri de Arganil kartam venditionis de una casa que habemus in termino Sene loco predito in uilla Pinenzus, damus vobis ipsa casa cum sua quintana et cum suo conchoisu pro precio que a vobis accepimus scilicet .I. morabitanum et medium cum sua robora tantum nobis et vobis placuit et de precio nichil remansit. Ita ut de hodie die ipsa casa cum sua quintana de iuri nostro sit abrasa et in vestro dominio sit tradita et confirmata et faciatis de illa quicquid placuerit. Et si forte aliquis homo venerit vel venerint qui hoc nostrum factum rumpere quesierit quantum quesierit tantum in duplum conponat et in super .d. solidos et domino terre al[iud] tantum et iudicato.

Facta karta mense Ianuarii. Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> X(XXX)<sup>La</sup> VIII<sup>a</sup>. Ego Egas Diaz et uxori mee Maria Dona vobis Domno Menendi priori Sancti Petri in hanc kartam manus nostras ro–bo–r–a–m–us.

Pro testibus: Fernandus Diaz ts., Vincentius Petri ts., Martinus Johannis ts., Johanne Venege ts., Johanne Petri ts., Petrus Sarriani ts., Alfonso Venegee ts., Johanne Moniz ts., S. Moniz ts., Dominguz ts.

Pelagius<sup>133</sup> presbiter notuit.

---

<sup>133</sup>B) “Alvarus”.

## Doc. 12

1214 MARÇO, s. 1. – *Elvira Draiz determinando querer ser sepultada no Mosteiro de S. Pedro de Arganil, deixa-lhe, para além de bens móveis da sua câmara, 30 morabitanos para um aniversário, os quais deveriam ser pagos pelos clérigos da igreja de Santa Maria.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 9.

In Dei nomine. Ego Domna Elvira Draiz in mea salute et spontanea voluntate mando corpus meum Monasterio Sancti Petri de Arganil. Mando etiam ibi meum lectum cum una cozodra et uno chumazo et Iª colcha et Iª almozala, IIª saváás, unos mantees. Mando ad huc ibi XXX morabitanos pro unniversario et habeant ipsos morabitanos de ipsa vinea quam dedi ecclesie Sancte Marie pro testamento pro anniversario. Et si clerici Sancte Marie dictos morabitanos dare noluerint Monasterium Sancti Petri de Arganil habeat medietatem de ipsa vinea et almunia scilicet de ipsa que est ubi dicitur Bregeo. Pro hac helemosina qua ibi dat prior et fratres faciant pro unum annum pro ea missas celebrare.

Facta karta mense Marcii. Era Mª CCª Lª IIª.

Qui presentes fuerunt et viderunt: F. Pineiro., F. Viseus., M. Gonsalviz prior Sancti Petri de Arganil. Domnus Dominicus frater canonicus. Blasius Fernandiz presbiter. Pelagius Petri presbiter. F. Garsie.

S. Johanis tabellio de Ablantes scripsit.

Et si quis homo hoc factum meum frangere voluerit ecclesia Sancte Marie et Monasterium Sancti Petri per quantum ego habuero habetum valorem ipsius vinee et almuie et qui disturbare voluerit hoc pectet domino terre M morabitanos et habeant fontem sicut ego eam habui in mea vita.

ABCDEFGHIJKLMN

## Doc. 13

1215 AGOSTO, Covilhã – *Carta de doação feita por D. João Mendes, cónego, do padroado de S. João da Covilhã, bem como de alguns outros bens de raiz situados na dita vila da Covilhã, ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil. Inserido em processo datado de 24 de Abril de 1246, Guarda.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 10.

B) TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 18, Doc. 37.

In Dei nomine. Hec est manda quam fecit Johanem Menendi pro anima sua in sua salute Monasterio de Arganil et priori Domno M. et fratribus suis concedit

eis dando ius patronatus ecclesie Sancti Johannis Covilliane quam ecclesiam iure hereditario de novo a primo fundavit lapide et cum ipso patronatu dat eis unam vineam cum suo torculari et unam almoniam cum suis frutibus et cum arboribus et cum ipsa domo quod est ibi sicut dividitur cum altera almunia quam emit de Petro Menendi et alia parte cum vinea nova per unum aucterium scilicet tali conditione ut possideat illas in vita sua et nec donet nec vendat eas nisi causa captivitatis vel combustionis vel miserie. Ius autem patronatus ecclesie quam vis ipsa quod absit evenerit; supradictum Monasterium absque conditione aliqua habeat in eternum. Et hoc testamentum facit pro remedium anime sue et ut in unoquoque anno faciant illi singulariter anniversarium. Ut autem robur perpetuum hec manda obtineat et ut aliquis non possit contra ipsam venire dictam mandam fecit scribi in presenti pagina et bullari sigillo suo et sigillo prioris M. Sancte Marie de Covelliana et J. Menendi qui tunc temporis erat vicarius M. Egitanienis episcopi, ut prior et fratres ducant eam senper in testimonium.

Et hec pagina fuit facta et bullata apud Covellianam, mense Agusti, sub Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> L<sup>a</sup> III<sup>a</sup>. Regante rege Alfonso in Portugalia.

#### Doc. 14

1216 ABRIL, s. 1. – *D. Fajam e sua mulher, Maria, vendem uma herdade que tinham em Cabril de Seira, a saber, uma parte ao Prior de Santa Maria da Covilhã e, a outra metade, propriedade da mulher do vendedor, ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil, pelo preço de 60 áureos.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, 2<sup>a</sup> incorp., M<sup>o</sup> 8, Doc. “Alm. 3, maço 3<sup>o</sup>, n<sup>o</sup> 2<sup>o</sup>”.

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 153-154v<sup>o</sup>.

Obs.: Documento parcialmente em mau estado.

Notum sit omnibus hominibus qui hanc hartam legere audierint quod Domnus Fajam et Domna Maria uxor eius ex bono placito nostro dividimus hereditatem nostram quam habebamus in loco qui dicitur Chabril de Seira. Et Domnus Fajam vendidit medietatem suam Domno Martino priori Sancte Marie Cobiliane. Et ego Domna Maria Eermigii vobis Domno M. priori et fratribus Monasterii Sancti Petri de Arganil vendo et concedo totam medietatem meam pro precio quod a vobis accepi scilicet L<sup>a</sup>X aureos quia tantum vobis et mihi complacuit et de pretio nichil remansit. Et isti sunt termini eius quomodo incipit per caput Cepole et descendit ad venam Seire et per foz de Seiroco et

vadit ad Carvaliar do Sapo et per caput da Touta et revertit ad caput Cepole. Habeatis vos et omnis posteritas vestri ipsam hereditatem in pace. Et si aliquis ex nostris vel de extraneis hoc factum nostrum irrumpere voluerit; sit maledictus et quantum inquisierit tantum in duplum componat. Et Domino Regi pectet mille solidos. In super quantum fuerit meliorata.

Facta karta mense Aprilis. Era. M<sup>a</sup>. CC<sup>a</sup>. L<sup>a</sup>. III<sup>a</sup>. Ego supranominata qui hanc kartam iussi facere coram idoneos testes manibus meis roboro et hoc sig<sup>†</sup>num facio.

Fernandus notauit.

Domnus Fajam. Petrus Martini. Gonsalvus Petri. Johannes Gonsalvi. Petrus Petri. Testes.

Pelagius d Agoda. Didacus Petri. Garsia Monteiro. Petrus Martini. Testes.

#### Doc. 15

1225 AGOSTO, s. 1. – *Carta de foro dado pelo Mosteiro de S. Pedro de Arganil a dez povoadores da herdade de Folques.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 1-2.

Notum sit omnibus hominibus qui hanc cartam legerint quod nos Domnus M. prior de Arganil una cum omni conventu damus vobis decem populatoribus et vestram progeniem ipsam haereditatem de Folques quae dividit cum Arganil et contra Monasterio quomodo dividit per Forno Vellio et quomodo passa ipsam aquam de Arganil; et totam vineam de Mullo et epr cernado do Miôto et per Cabeça de Cappellam et per Cabeça de Monte Redondo et per sima do Bocado et quomodo venit ipsam aquam de Bocado et intrat in aquam de Arganil isti sunt termini clauduntur.

Damus vobis ipsam hereditatem tali videlicet pacto ut semper detis inde Monasterio decimam et decimam de foro et de omnibus frutibus nominatim de pane et vino et de lino et de alhos et de cebollas et de ligumines et unam focaçam de duos alqueires de tritico per alqueire de Arganil et unum caponem vel unam galinam et si non habueritis unam de istis, detis sex denarios.

Mayordomus de Monasterio vadat ad suum directum et de calupnia et de tota demanda sint per forum de Arganil.

Et nos populatores de ista hereditate irmus petere mayordomus ad Monasterium et si illi noluerint dare nobis clamemus tres homines inter nos et dividimus portionem Monasterii et si noluerint venire pro illo perdant eam.

Et nos populatores de toto feito quod feceritis de duos annos avante totum feitum quod feceritis vendatis ad talem hominem qui faciat suum forum ad Monasterium. Nos vero supranominati qui hanc cartam iussimus facere manibus nostris roboramus et ista<sup>134</sup> per alfabetum eam dividimus ut si aliquis homo venerit qui hoc factum errumpere voluerit sit maledictus et excomuniatus et cum Juda in Inferno traditus et pectet ad illos C aureos.

Facta carta mense Augusti in Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LX<sup>a</sup> III<sup>a</sup>.

Qui presentes fuerunt: ego Onorius canonicus, Ermigijs canonicus presbiter, Martinus Petri de Midoens, Testes.

Domnus Faiam, ts.

Andreas canonicus prior claustralis notuit<sup>135</sup>.

#### Doc. 16

[1227] Outubro, [Mosteiro de S. Pedro Folques] – *Foral dado pelo Mosteiro de S. Pedro de Folques aos povoadores de Cepo*.

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 125-127v<sup>o</sup>.

In Dei nomine et eius auxilio invocato. Cognoscant omnes tam presentes quam futuri quod nos Domnus Petrus Menendi prior [et] conventus de Monasterii Sancti Petri de Arganil fecimus cartam donationis et firmitudinis de foro vobis populatores de Cepo de ipsa nostra hereditate quam ibi habemus. Damus et concedimus vobis totam ipsam hereditatem de Cepo et semini vestro cum totis suis terminis ruptis et non ruptis in primis quomodo partit ipsa haeredita de Cepo cum Fagio per venam aquae de Ceira et ex alia parte cum termino Selavisa per venam de Adella et ex alia parte per estrada de Carvalhalva et alia quomodo vadit estrada de Carvalhar de Vacas ad Petram do Rabadam et inde ad Pegum Nigrum et quomodo partit cum domino episcopo Colimbriensi usque ad aquam de Rio de Ceira.

Damus vobis et semini vestro ipsam hereditatem ut in ea plantetis et har dificetis et laboretis et faciatis in ea quiquid volueritis facere sicut boni populatores, tali videlicet pacto concedimus vobis ipsam hereditatem ut detis de illa nostro Monasterio de foro duas decimas de pane et de lino et de leguminibus

<sup>134</sup>Corrigimos de “inteira”.

<sup>135</sup>Esta lição é finalizada com o comentário seguinte: “Non redargatur notarius praedicta latina incongrua scripsisse quod congruum erat ei, ipsa scribi.”

et qui habuerit vineam in Cepo scilicet in ipsa nostra haereditate iam nominata det de ea decimam Deo, et postquam vinea habuerit quatuor annos quod fuit plantata det homo de ea unam quartam de vino per mensuram de Arganil.

Populator de Cepo qui interfecerit hominem vel fecerit rouso vel posuerit merdam in boca pectet decem morabitanos.

Qui fecerit plagam cum fero nuudo pectet quinque morabitanos.

De homine desafiado sesaginta libras.

De sanguine de super oculos sesaginta solidos.

De carreira tenuta cum armis si non habuerit defidatum suum inimicum sesaginta solidos.

De casa britada vel intrada per fortiam sesaginta solidos.

Si populatores de Cepo exi[e]rint post latronem vel post aliquem extraneum qui eis fortiam facere voluerit si cum interfecerint peitent quinque morabitanos.

Populator de Cepo qui exire noluerit cum suis vicinis post latronem vel post alium hominem qui fortiam in villa facere voluerit peitet decem solidos.

Populatores de Cepo non peitent vocem nec calunnias alias nisi istas iam nominatas et istas debent esse probatas per bonos homines.

Si aliquis qui morauerit in Cepo fecerit furtum et manifestare illud voluerit det ipsum furtum cui furtatus fuit et peitet Monasterio quinquaginta morabitanos. Si vero negare voluerit vel ipsum furtum inventum ei fuerit in domo et testimoniatum fuerit per bonos homines peitabit illud sicut est usum in aliis terris et in aliis villis.

Si populatores de Cepo voluerint se transferre ad alias partes vendant vel donent suum factum tali homini qui istud forum faciat Monasterio in pace. Et si posuerit tali pretium quod non vallet ad illud quod vendere voluerit det illi pro eo quantum viderint boni homines de ipsa villa pro bono.

Et ut vos melius populetis ipsam haereditatem et ipsam nostram vilam de Cepo statuimus et firmamus inter vos et nos quod in quolibet mense cantetur vobis missa a fratre nostro vel a cappelano et per totum annum fiat vobis misterium Sancte ecclesie scilicet insufflare, bautizare parvulos, vestire infirmos et mortuos sepelire.

Nos prior et conventus Monasterii de Arganil qui hanc cartam iussimus facere vobis populatoribus de Cepo et semini vestro nostris manibus roboramus ut nemo de nostris vel de extraneis possit venire contra istud nostrum factum. Et qui voluerit venire contra istam nostram cartam sit maledictus et excommunicatus et cum Juda traditore in infernum dapnatus. Et qui vobis vel semini vestro benefecerit vel vos lucraverit per istud forum et per istam cartam in sito saeculo vivat in pace et in futurum possideat requiem sempiternum.



Facta carta mense Octobris in Era MCCXXV<sup>136</sup>. Regnante Domino Rege Sancio in Portugalia 2º.

Hoc viderunt isti sunt in primo: Martino Johanis canonico sacerdote, ts. Menendus Cordonon canonico sacerdote ts. Domno Andrea canonico sacerdote ts. Petrus Menendi et Petrus Petri et Martinus Alfonsi, fratres conversi, testes. Et alii multi clerici et laici quos non possumus numerare.

Petrus Menendi canonicus diaconus notauit.

#### Doc. 17

1246 ABRIL, 24, Guarda, Palácio episcopal – *Processo de inquirição de testemunhas mandado fazer pelo Bispo da Guarda, D. Vicente, acerca da posse e jurisdição da igreja de S. João da Covilhã, a qual fora fundada pelo cónego D. João Mendes e por este deixada ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil. Insepe carta de doação feita por D. João Mendes, cónego, do padroado de S. João da Covilhã e de alguns outros bens de raiz ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil, de 1215 Agosto, Covilhã.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 18, Doc. 37.

In Era. Mª. CCª. Lª XXXª. IIIª Nos Vicencius Dei miseratione Egitionensis episcopus recepimus litteras Summi Pontificis in hunc modum.

Innocentius episcopus seruus seruorum Dei. Venerabilibus fratri Egitionensi episcopo salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis dilecti filii prior et conuentus ecclesie Sancti Petri de Arganil ordinis Sancti Agustini patroni ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo petitionem monstrauerunt quod cum cause que inter ipsos ex parte una et Martinum Pelagii qui pro rectore se gerit ac parochianos eiusdem ecclesie Egitionensis dominus ex altera super iure patronatus ipsius ecclesie uertitur coram te auctoritate ordinaria fuerit aliquandiu agitata; tum causam eandem per annum et amplius detinens in suspensso ad decisionem ipsius procedere distulisti in ipsorum prioris et conuentus preiudicium grauatam, quamquam fueris ab eis super hoc multotiens requisitus. Ne igitur ex pro rogatione iudicii iusticia derogetur; fraternitati tue per apostolica scripta mandamus qua si est uerum in eadem causa .Iª. IIIª menses a receptione

<sup>136</sup>A leitura desta data como Era de César de 1225, não pode deixar de ser lapso do copista que, seguramente, trocou o “L” das dezenas por um “X”. O milésimo faz sentido como MCCLXV, ou seja, ano de Cristo de 1227, reinando D. Sancho II.

presentium preuia ratione procedas. Alioquin venerabili fratri nostro episcopo et dilectis filiis Tesaurario et Petro Johanis canonico Lamacensis nostris damus licteris inmandatis ut ipsi ex tunc causam eandem audiant et debito fine decident et faciant quod decreuerint per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Datum Lugduni. III<sup>o</sup>. Idus Augusti. Pontificatus nostri anno tercio.

Harum auctoritate ad instantiam prioris et conuentus Monasterii de Arganil citari fecimus clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johanis per citationem nostram cuius tenor talis est.

Vincentius Dei miseratione Egitanensis episcopus delegatus a Summo Pontifice. Dilectis in Christo filiis clericis et parrochianis ecclesie Sancti Johanis de Manta in Collo salutem et benedictionem. Noueritis nos recepisse licteras Summi Pontificis sub hac forma.

Innocentius episcopus seruus seruorum Dei. Venerabili fratri episcopo Egitanensi salutem et apostolicam benedictionem et ct<sup>a</sup>.

Harum auctoritate clerici et parrochiani ipsius auctoritate constituti in nostra presencia ad terminum assignatum constituerunt procuratorem uestrum coram nobis Pelagium Suerii militem parrochianum ipsius ecclesie ad agendum, respondendum, contradicendum et narrationem ponendam, ratum et firmum habituri, quidquid predictus procurator fuerit in hac causa et Petrus Roderici canonicus de Arganil comparuit procurator ex parte Monasterii per licteras prioris et conuentus sigillatas sigillo conuentus ad agendum, respondendum, contradicendum et ct<sup>a</sup> et similiter Laurentius Martinis canonicus de Arganil comparuit procurator pro Monasterio suo per licteras prioris et conuentus sigillatas sigillis prioris et conuentus ad agendum, respondendum contradicendum, narrationem ponendam et ct<sup>a</sup> Priore et conuentu predicti Monasterii ratum et firmum habituris quidquid predicti canonici facerent in hac causa. Tandem uero Nos V(incentius) Egitanensis episcopus auditis que partes uoluerunt proponere coram nobis; de uoluntate ipsorum partium Dilecto in Christo filio archipresbitero de Couilliana nostris dedimus licteris in mandatis quod usque ad XV<sup>cim</sup> diei proximos uenturos post festum Scolastice Uirginis reciperet testes quos partes super pertinentiis ad causam uoluissent producere et receptis testibus super premissis assignaret partibus termini quo comparuissent coram nobis postea uero productis a testationibus ex utraque parte et dato termino a predicto archipresbitero partibus quo deberent comparere coram nobis, ad procedendum in negotio; constitutis immo in nostra presencia

ad terminum sibi prefissum a parte fuerunt atestationes utriusque partes que testes qui fuerunt producti ex parte Monasterii de Arganil isti sunt.

In primo Johanes Petri presbiter iuratus et interrogatus dixit quod uidit Pelagium Caluum facere arcum oucidentallem Sancti Johanis per supradictum Johanis Menendi et uidit carpentarios tegere ecclesiam per sumptum Johanis Menendi et uidit quando posuerunt super tegulas per sumptum eius. Interrogatus si Johannes Menendi erat patronus dixit illum scio esse dominum. Interrogatus si uidit Johannem Menendi dare ecclesiam Sancti Johanis fratribus de Arganil, dixit non uidi<sup>137</sup> sed audiui dicere quod dederat Johannes Menendi ecclesiam fratribus de Arganil et fecerat illis inde cartam. Iterum dixit quod uiderat ibi stare unum fratrem de Arganil pro crauicellarium et alium pro capellano et postea uidit alium pro capellano. Interrogatus si parrochiani erant patroni; dixit quod nescio de fundamento ecclesie dixit; nesciebat que fundauerat.

¶ Archipresbiter iuratus et interrogatus dixit quod sciebat Johannem Menendi esse canonicum Sancte Marie et sciebat domnum Michaellem esse in Sancto Johanne de Manta de manu Johannis Menendi prout credebat ipse et postea expulit inde illum et postea uidit Johannem Menendi stare ante archiepiscopum compostellanum et dedit ecclesiam et uidit ibi stare unum fratrem de Arganil et audiuit quod Johannem Menendi dederat patronatum fratribus de Arganil. Interrogatus si Johannem Menendi erat patronus; dixit quod nesciebat et sciebat esse dominum. Interrogatus si parrochiani erant patroni; dixit quod nesciebat et dixit quod nesciebat quid fundauerat ecclesiam sed dixit; quod illud quod erat ibi factum credebat quod fecerat Johannem Menendi.

¶ Gunsaluus Suarii clericus iuratus et interrogatus dixit quod uidit quando erat puer et era monachus Johannem Menendi fundare illi ecclesiam Sancti Johanis et facere et uidit ibi priorem de Arganil stare et audiuit dicere quod Johannem Menendi dabat post mortem suam patronatum ipsius ecclesie et ecclesiam Monasterio de Arganil et quod fecerat illi inde cartam et dixit quod uiderat inde cartam. Interrogatus si erat Johannem Menendi patronus; dixit quod erat patronus et dominus. Interrogatus si parrochiani erant patroni; dixit quod nesciebat.

---

<sup>137</sup>Riscou "et".

¶ Pelagius Suerii sutor iuratus et interrogatus dixit quod sciebat stare in ecclesia Sancti Johannis duos fratres unum pro capellano et alium pro clauiscellario sed nesciebat quad eram. Interrogatus de aliis dixit sicut dixerat ex parte parrochianorum Sancti Johannis.

¶ Suerius Gunsalui clericus Sancti Johannis iuratus et interrogatus quis fundauerat ecclesiam Sancti Johannis dixit quod nesciebat sed sciebat ibi parietem stare de antico et sciebat ibi stare domnum Michaellem et domnum Petrum clericos et dabant inde terciam Johanni Menendi qui erat canonicus Sancte Marie et stat illuc et postea per ius Sancte Ecclesie expulit ad ecclesia Sancti Johannis Johanne Menendi istos clericos et dixit quod Gunsaluinus fecerat auxiam et portas et alpendere suis expensis et dedit ibi suis pecudibus de quibus hodie edificatio habetur in ecclesia et parrochiani emerunt unum campum de quo petras extraerunt ad faciendam ecclesiam et per expensas Johannem Menendi et parrochianorum scinderunt petram et detulerunt parrochiani et dederunt ecclesie unam casam et Johannem Menendi fecit corpus ecclesie et dedit finem et postea uut ad Arganil et fratres acomouerunt ei de suis denariis et fecit sibi pactum quod post mortem eius daret illis ecclesiam et iterum postea tenuit ibi duos fratres de Arganil unum pro capellano et alium pro clauicellario.

Postea episcopus fecit capitulum et excommunicauit omnes qui darent ecclesiam fratribus vel freires. Postea uenit Menendus Gunsalui prior de Arganil ad Sanctum Johannem et dixit Johannem Menendi prior ego edificauit hanc locum et feci et quale sit pactum fecit priori Pelagio de Aguilar et priori Petro Menendi; tale concedo uobis et do uobis istam ecclesiam cum possessionibus quales uobis monstrauit tunc dixit S. Gunsali contradico et appello ad procuratorem quia episcopus excommunicauit omnes quie darent ecclesias freires vel fratribus et propter hoc abstulit Johannem Menendi sibi portionem, tunc uut Suerius Gunsalui ad procuratorem et cum questio fuit de portione et impetrauit licteras quod haberet porcionem et misit Vincentius procurator Martinum Caria cum suis litteres ad Couellianam quod Archipresbiter et ipse; scirent si Johannem Menendi fecerat quod dixit Suerius Gunsalui et Johannem Menendi concessit quod fecerat tunc excommunicauerunt illum et tunc Johannem Menendi uut ad procuratorem et habuti inducias donec remoueret quod fecerat et interea obiit. Interrogatus si Johannem Menendi erat patronus; dixit quod erat dominus. Interrogatus si parrochiani erant patroni dixit quod nesciebat et dixit quod parrochiani mutabant se secundum uoluntatem suam.

¶ Domnus Arrizatus iuratus et interrogatus dixit quod nesciebat quis fundauerat ecclesiam Sancti Johannis et dixit quod sciebat Johannem Menendi

esse priorem et faciebat corpus ecclesie et dixit Suprine, uide quid facis. Interrogatus si sciebat aliquid de fratribus; dixit quod nosciebat. Interrogatus quis erat patronus; dixit quod nesciebat.

¶ Suerius Johannis prior Sancti Martini de Manta in Collo iuratus et interrogatus dixit quod Johannem Menendi fecerat ecclesiam Sancti Johannis de Manta in Collo et dedit illam domno Michaeli tali pacto quod daret ipse domno Michali sibi inde partem et domnus Michaelis non tenuit pactum quod posuerat et Johannem Menendi abstulit sibi ecclesiam. Interrogatus si uiderat <in> ipsa ecclesia fratres de Arganil in possessione dixit quod uiderat modo stabat ibi. Interrogatus si ille qui fecit ecclesiam in terra ista erat patronus; dixit quod sic. Interrogatus si patronus ecclesie potest dare ecclesiam, dixit quod sic saluo iure episcopi.

¶ Rodericus Petri prior de Sancto Bartolomeo iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fecerat ecclesiam Sancti Johannis dixit quod nesciebat sed uiderat illum dominum ipsius ecclesia. Interrogatus si uiderat in tempore Johannem Menendi fratres de Arganil in possessione ipsius ecclesie dixit quod nesciebat. Interrogatus si ille qui facit ecclesiam aut fundat erat patronus; dixit quod fit secundum usum terre cum parrochianis saluo iure episcopi. Interrogatus si patronus ecclesie potest dare suum patronatum cuilibet; dixit quod sic, saluo iure episcopi.

¶ Johannes Johannis laycus iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fundauerat ecclesiam aut fecerat; dixit quod nesciebat. Interrogatus si uiderat ibi fratres dixit quod uiderat ibi unum sed Johannes Menendi erat dominus ipsius ecclesie. Interrogatus si ille qui fundat ecclesiam aut facit erat patronus; dixit quod sic. Interrogatus ille qui est patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit quod nesciebat sed episcopus scit tale.

¶ Suerius prior de Sancta Maria de Caronconia iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fundauerat aut fecerat ecclesiam Sancti Johannis dixit quod nesciebat. Interrogatus si fratres de Arganil fuerant in possessione ipsius ecclesie dixit quod nesciebat sed uiderat ibi fratres stare de Arganil et unus illorum erat clauicularius. Interrogatus si erat mos quod ille qui facit ecclesiam aut fundat erat patronus; dixit quod nesciebat. Interrogatus si patronus potest dare suum patronatum cuilibet; dixit quod sic et iste est testis ab utraque parte.

¶ Petrus Petri laycus de Sancta Maria Magdanela iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fecerat ecclesiam dixit quod Johannem Menendi et

domnus Michaelis fecerant ipsam ecclesiam sed Johannes Menendi perfecerat eam et senper fuerat inde dominus. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil dixit quod uiderat ibi unum et erat clauiger. Interrogatus si ille qui facit ecclesiam est patronus; dixit quod sic. Interrogatus si erat mos quod patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit quod sic quia multociens uiderat hoc <accideretur>.

¶ Pelagius Petri laycus iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fundauerat aut fecerat ecclesiam; dixit quod nesciebat. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil dixit quod uiderat ibi priorem de Arganil et duos fratres et recessit prior et remanserunt fratres ibi tantum Johannem Menendi fuit prior et dominus usque ad mortem suam. Interrogatus si ille qui facit aut fundat ecclesiam est patronus; dixit quod qui facit eam vel gubernat aut hereditat est patronus. Interrogatus si patronus potest dare patronatum cuilibet dixit quod sic et patronus abadare cum parrochianis et cum episcopo.

¶ <Sugerius Caluus><sup>138</sup> iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fundauerat ecclesiam aut fecerat eam; dixit quod domnus Michaellem fecerat eam et post Johannem Menendi propulsauit inde domnum Martinum et meliorauit in illa cum suis parrochianis et fuit inde dominus usque ad mortem suam. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ipsius ecclesie; dixit quod non. Interrogatus si est mos quod qui facit ecclesiam aut fundat est patronus; dixit quod nesciebat. Interrogatus si patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit quod nesciebat.

¶ Gunsaluus Johannis laycus iuratus et interrogatus quis fundauerat ecclesiam dixit quod domnus Michaellem et post accepit Johannem Menendi ibi setum et ipse Johannem Menendi proiecit inde domnum Michaellem per uim et per arma. Interrogatus quis fecit ecclesiam; dixit quod Johannes Menendi fecit duos arcus ecclesie et tenuit eam usque ad mortem. Interrogatus si fratres de Arganil fuerant in possessione ipsius ecclesie aut in patronatu; dixit quod non sed uidit ibi unum fratrem clauicularium nomine Johannem Gunsalui. Interrogatus si est mos quod qui fundat ecclesiam aut facit est patronus; dixit quod non sine parrochianis. Interrogatus si patrinus potest dare suum patronatum cuilibet; dixit quod sic cum parrochianis et dixit quod Suerius Gunsalui et Johannem Didaci cum parrochianis abbadauerant et cum episcopo <et iste testis dictus fuit ab utraque parte>.

---

<sup>138</sup>Riscou "Martinus reicrago (?) laycus".

¶ Pelagius Garsie iuratus et interrogatus pro utraque parte quis edificauit ecclesiam; dixit quod Johannem Menendi cum quodam suo consanguineo clerico. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione vel patronatu; dixit quod uiderat ibi unum fratrem Petrum Aluarinum nomine clauicularium sed nesciebat sub quomodo stabat ibi. Interrogatus quem uiderat ibi dominum; dixit quod Johannem Menendi usque ad suam mortem. Interrogatus quis erat patronus; dixit quod Johannes Menendi. Interrogatus si est mos vel consuetudo quod patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit quod sic uidebatur sibi quod debet dari suo parenti. Interrogatus si intrauit ecclesiam Johannem Menendi per arma aut per uim dixit quod non sed fecit eam de petris et de nouo. Interrogatus quomodo fuit abbadata; ecclesia post mortem Johannis Menendi aut si fuit abbadata cum fratribus dixit quod nesciebat.

¶ Domnus Guiraldus presbiter iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam dixit quod audiuit dicere quod Johannem Menendi. Interrogatus si uidit ibi fratres de Arganil in possessione; dixit quod audiuerat dicere quod fuerunt ibi et quod postulauerant eam post mortem Johannis Menendi. Interrogatus si qui facit ecclesiam est patronus dixit quod nesciebat inde secundum forum sue terre uidebatur sibi quod deberet esse patronus. Interrogatus si patronus ecclesie potest dare patronatum cuilibet; dixit quod sic.

¶ Petrus Suerii presbiter iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam dixit quod Johannem Menendi. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione; dixit quod uiderat priorem de Arganil cum duobus fratribus uenire ad ipsam ecclesiam et recessit prior et remanserunt ibi fratres sed nesciebat in quomodo. Interrogatus si est consuetudo aut usus terre quod qui facit ecclesiam aut edificat est patronus; dixit quod sic. Interrogatus si poatronus potest dare suum patronatum cuilibet; dixit quod sic. Interrogatus si Johannem Menendi intrauit ecclesiam Sancti Johannis per uim et per arma; dixit quod nesciebat. Interrogatus si Johannes Menendi propulsauerat inde domnum Michaleme dixit quod audierat; sed non uiderat et dixit quod Johannem Menendi fuit inte intregratus<sup>139</sup> usque ad mortem. Interrogatus si fuit abbadada sine fratribus post mortem Johannis Menendi; dixit quod nesciebat sed uidit ibi domnum Gunsaluum pro domino et testis iste productus fuit ex utraque parte.

¶ Decanus Egítaniensis iuratus et interrogatus dixit quod in principio uille nescit quis fundauit ecclesiam quia non erat ibi sed postea tractu temporis

---

<sup>139</sup>Palavra corrigida.

uidit Johannem Menendi et domnum Michaelem presbiteros tenentes ipsam ecclesiam per medium sed postea fuit reedificata ecclesia per Gunsaluum de Gliena ut audiuit et credit. Interrogatus si uidit fratres de Arganil in possessione ipsius ecclesie respondit quod uidit ibi canonicum de Arganil stantem cum Johannes Menendi qui erat prelati ipsius ecclesie. Interrogatus si est usus vel consuetudo si quis fundauerit vel fecerit ecclesiam habeat potestatem donandi ius patronatus cuicumque uoluerit. Respondit quod si eam edificauit in proprio solo quod potest si habuerit consensum episcopi.

¶ Petrus Petri iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam quod nesciebat sed dixit quod audierat dicere Johannem Menendi quod si posset quod daret hereditatem que fuit Menendi Guiso et ecclesiam Sancti Johannis fratribus de Arganil. Interrogatus si uiderat fratres de Arganil in possessione ecclesie dixit quod non. Interrogatus si est usus aut consuetudo terre quod qui facit ecclesiam aut fundat est patronus; dixit quod sic. Interrogatus si patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit que sic.

¶ Martinus Taurago laycus iuratus et interrogatus si Johannem Menendi fundarat ecclesiam aut fecerat dixit quod nesciebat sed dixit quod uiderat ipsum inde dominum usque ad suam mortem. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil; dixit quod non. Interrogatus si qui facit ecclesiam aut fundat est patronus; dixit sic mihi uidetur. Interrogatus si patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit quod nesciebat. //

[B]

Deusladeu laycus iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam dixit quod neciebat. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil dixit quod uiderat ibi fratres de Arganil sed nesciebat in quomodo et dixit quod uiderat quod uiderat [sic] inde Johannem Menendi dominum semper et uidit quando Johannes Menendi dabat pitanciam ad Arganil annuatim. Interrogatus si qui populat ecclesiam est patronus; dixit quod nesciebat, tantum dixit; quod Johannem Menendi fecerat ecclesiam. Interrogatus si est mos vel usus quod patronus potest dare patronatum cuilibet dixit quod sic.

¶ Pelagius de Sousa iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam aut fecit; dixit quod nesciebat, sed uiderat ibi domnum Johannes Menendi. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ecclesie dixit quod uiderat sed nesciebat sub qua forma. Interrogatus si qui facit ecclesiam est patronus; dixit quod nesciebat. Interrogatus si patronus potest dare patronatum cuilibet; dixit similiter.



¶ Domnus Egeas presbiter iuratus et interrogatus ab utraque parte quis edificauit ecclesiam; dixit quod nesciebat sed audierat dicere que alter fundauerat eam et non Johannes Menendi tamen uiderat ibi Johannes Menendi pro domino usque ad mortem suam. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ecclesie; dixit quod uiderat ibi fratres et audiuit quod Johannem Menendi uolebat dare eis eam. Interrogatus si consuetudo est aut usus terre quod qui fundat ecclesiam aut facit est patronus; dixit quod sic, quia domnus Garsie (?) dedit ecclesiam Sancti Iacobi fratribus de Sancto Georgio et alii de uilla dederunt ecclesias cui uoluerunt. Interrogatus si Johanes Menendi intrauit predictam ecclesiam per uim vel per arma; dixit quod nesciebat. Interrogatus quis abbadauit ecclesiam post mortem Johannis Menendi dixit quod credebat quod parrochiani cum episcopo et uidit ibi Gunsaluum Menendi pro domino et priore.

¶ Isti sunt testes qui producti fuerunt ex parte parrochianorum ecclesie Sancti Johannis de Manta in Colo.

In primo:

¶ Dominicus Suerii laycus iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam aut fecit dixit quod nesciebat. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ecclesie dixit quod non. Interrogatus si qui facit ecclesiam aut edificat est patronus; dixit quod sic mihi uidetur. Interrogatus si patronus potest dare suum patronatum cuilibet; dixit quod nesciebat.

¶ Decanus Egitanienensis iuratus et interrogatus si Johanes Menendi intrauit ecclesiam per uim vel cum armis vel si egerit (?) inde domnum Michaellem. Respondit quod sic. Interrogatus si Johannes Menendi fuit integratus de ipsa ecclesia usque ad obitum suum. Respondit quod sic et post mortem istius statim fuit abbadata de Gunsaluo Menendi per episcopum et parrochianos. Interrogatus si uidit inde fratres de Arganil integratos. Respondit quod non.

¶ Suerius prior de Sancta Maria de Carantonia iuratus et interrogatus si Johannes <Menendi> intrauerat ecclesiam <Sancti Johannis> per uim si proiecit domnum Michaellem per arma; dixit quod nesciebat. Interrogatus si Johannem Menendi fuit integratus usque ad suam mortem de ecclesia; dixit quod sic. Interrogatus si post ea fuit abbadata sine fratribus dixit quos nesciebat sed uiderat inde domnum Gunsaluum ibi sed nesciebat si tenebat eam incomendatam vel si erat prior. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil post mortem Johannis Menendi; dixit quod non.

¶ Suerius Caluus iuratus et interrogatus si Johannem Menendi proiecerat domnum Michaelem per [uim] de ecclesia Sancti Johannis dixit quod sic. Interrogatus si domnus Michalem populauit ipsam ecclesiam; dixit quod sic et Johannem Menendi proiecerat inde domnum Michaelem et fuit inde integratus usque ad suam mortem. Interrogatus si post mortem Johannem Menendi fuerat priorata sine fratribus; dixit quod priorata fuit de domno Gunsaluo et de Martino Pelagii et sine fratribus et cum parrochianis.

¶ Johanes Saluatoris <laycus> iuratus et interrogatus dixit quod domnus Michaelem fundauerat ecclesiam et recepit ibi Johannes Menendi in medietatem et habuerunt anbo intencionem super eam et lagas et percussiones et post fecerunt conuentionem et Johannes Menendi comparauit medietatem domini Michaelis et recessit domnus Michaelem et Johannes Menendi fecit ecclesiam de nouo et remansit pro domino et tenuit eam usque ad suam mortem et post fuit priorata de domino Gunsaluo et de Martino Pelagii cum parrochianis et cum episcopo et sine fratribus.

¶ Menendus Tabas <laycus> iuratus et interrogatus quis fundauerat ecclesiam dixit quod domnus Michalem et dixit quod nesciebat si Johannes Menendi fundauerat eam sed tenebat quod habebant eam per medium et post habuerunt anbo intencionem et Johannes Menendi proiecit inde domnum Michaelem per uim et per arma et cecidit ecclesia post et Johannes Menendi meliorauit eam et tenuit eam usque ad<sup>140</sup> mortem et post fuit priorata de Gunsaluo Menendi et de Martino Pelagii per parrochianos et per episcopum. Interrogatus si fratres de Arganil fuerant intregati de possessione ecclesie vel de patronatum; dixit quod non.

¶ Domnus Monteiro laycus iuratus et interrogatus quis fecerat ecclesiam dixit quod nesciebat sed uiderat inde Johannes Menendi<sup>141</sup> dominum usque ad suam mortem. Interrogatus si Johannes Menendi intrauerat ipsam ecclesiam per uim; dixit quod nesciebat. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil intregatos de patronatu<sup>142</sup> aut de possessione dixit quod uiderat ibi unum fratrem de Arganil Johannes Gunsalui nomine sed nesciebat sub quo modo stabat ibi. Interrogatus si fuit priorata sine fratribus post mortem Johannis Menendi dixit quod nesciebat.

---

<sup>140</sup> Repete um “ad”, que riscou.

<sup>141</sup> Riscou um “ul”.

<sup>142</sup> Riscou um: “a”.

¶ Menendus Alfonsi laycus iuratus et interrogatus quis fundauerat ecclesiam dixit quod audierat quod domnus Michaellem fundauerat eam. Interrogatus si Johannes Menendi intrauerat ecclesiam per uim dixit quod nesciebat sed uiderat Johannes Menendi dominum <ecclesie> usque ad mortem. Interrogatus quis fecerat ecclesiam dixit quod Gunsaluinus de Galierana fecerat ausiduum et Johannes Menendi cum parrochianis fecerat corpus ecclesie. Interrogatus si fratres de Arganil fuerant intregati de possessione vel de patronatu dixit quod nesciebat. Interrogatus si fuerat priorata post mortem Johanis Menendi; dixit quod ante mortem Johanis Menendi uocauit ipsos parrochianos et dedit eis clauas et rogauit eos quod post creancia qua habebat cum illis quod darent ecclesiam Gunsaluo Menendi et post uenerunt duo fratres de Arganil et uoluerant intrare ecclesiam et illi qui tenebant eam incomendatam acceperunt bestias fratrum per frena et posuerunt eos extra, et postea parrochiani et episcopus dederunt eam Gunsaluo Menendi et Martino Pelagii post domnum Gunsaluum.

¶ Joanus Colmeeiro laycus iuratus et interrogatus quis fecerat ecclesiam dixit quod nesciebat. Interrogatus si Johannes Menendi intrauerat ecclesiam per uim dixit quod nesciebat sed uiderat inde Johannes Menendi dominum usque ad suam mortem. Interrogatus si uiderat fratres de Arganil intregatos de patronatu vel de possessione dixit quod non. Interrogatus quis abbadauit ecclesiam; post mortem Johanis Menendi dixit quod Johannes Menendi dederat illam Gunsaluo Menendi et post parrochiani cum episcopo dederunt eam Martino Pelagii.

¶ Domnus Dominicus laycus iuratus et interrogatus quis fundauit ecclesiam; dixit quod audierat dicere quod domnus Michaellem sed non uiderat. Interrogatus si Johannes Menendi intrauerat per uim; quod proiecerat inde domnum Michaellem dixit quod audierat hoc dicere sed non uiderat. Interrogatus quis fecerat ecclesiam dixit quod nesciebat sed uiderat inde Johannes Menendi dominum usque ad mortem. Interrogatus si uiderat fratres de Arganil intregatos de patronatu vel de possessione dixit quod non. Interrogatus quis abbadauerat ecclesiam post mortem Johanis Menendi dixit quod ille mandauerat eam domno Gunsaluo et parrochiani per mandatum episcopi dederunt eam domno Gunsaluo.

¶ Suerius Johanis canonicus Sancte Marie iuratus et interrogatus pro utraque parte quis fundauerat ecclesiam dixit quod Johannes Menendi et domnum Michaellem et post habuerunt anbo intencionem super eam et domnus Michaellem fuit propulsatus a Johanis Menendi de ipsa ecclesia et post fecerunt conuentionem et Johannes Menendi comparauit de domno Michale unam casam laycalem quod nec habitaret ibi nec haberet cum eo intencionem et Johannes

Menendi remanssit in possessione ecclesie et pro domino et fecit ecclesiam et possedit eam usque ad mortem. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione dixit quod uiderat ibi unum fratrem nomine Johannes Gunsalui sed nesciebat sub quo modo. Interrogatus si qui facit ecclesiam aut fundat est patronus; dixit quod sic et dixit quod Johannes Menendi erat patronus predictae ecclesie. Interrogatus si patronus potest dare patronatu, cuilibet; dixit quod sic quia sicut est usus et iste testis dictus fuit per utraque parte. Interrogatus quis abbadauit ecclesiam post mortem Johannis Menendi dixit quod ipse Johannes Menendi mandauit eam domno Gunsaluo et parrochiani cum episcopo post dederunt eam domno Gunsaluo.

¶ Johannes de Sayo laycus iuratus et interrogatus<sup>143</sup> quis fecerat aut fundauerat ecclesiam dixit quod nesciebat sed audierat dicere quod alter clericus fundauerat eam cum Johannes Menendi tamen dixit quod nunqua uiderat ibi alium dominum nisi Johannes Menendi. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione uel patronatu dixit quod uiderat ibi unum fratrem nomine Petrum Aluarinum clauicularium et alium qui dicebatur Johannes Gunsalui tamen; Johannes Menendi erat dominus. Interrogatus si abbadauerat ecclesiam cum fratribus dixit quod non sed parrochiani cum Episcopo dederunt eam Gunsaluo Menendi.

¶ Petrus Bonus iuratus et interrogatus quis fundauerat ecclesiam dixit quod nesciebat sed uiderat quando Johannes Menendi proiecerat inde dominum Petrum clericum per uim et per arma. Interrogatus quis fecerat ecclesiam dixit quod nesciebat et dixit quod Johannes Menendi fuerat inde<sup>144</sup> dominus usque ad mortem. Interrogatus si fratres de Arganil fuerant in possessione uel patronatu dixit quod non et dixit quod audiuit dicere quod Johannes Menendi dederat fratribus de Arganil medietatem unius almoyne et unius uinee. Interrogatus quis abbadauerat ecclesiam post mortem Johannis Menendi dixit quod parrochiani cum Episcopo dederunt eam domno Gunsaluo.

¶ Petrus Caluus laycus iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam dixit quod nesciebat sed audierat dicere quod Johannes Menendi fecerat eam cum alio clerico et uiderat Johannes Menendi dominum ipsius ecclesie usque ad mortem. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ecclesie dixit quod uiderat ibi unum fratrem clauicularium nomine Petrum Aluarinum sed Johannes

---

<sup>143</sup>Riscou um “s”.

<sup>144</sup>Repete e risca a abreviatura: “dns”.

Menendi erat dominus ipsius ecclesie et proiecit Johannes Menendi postea inde ipsum fratrem. Interrogatus sicut consuetudo quod qui facit ecclesiam aut fundat est patronus; dixit quod sic. Interrogatus si patronus ecclesie potest dare patronatum cuilibet dixit quod sic tamen cum parrochianis. Interrogatus si Johannes <Menendi> intrauerat ipsam ecclesiam per arma aut per uim; dixit quod non sed dixit<sup>145</sup> quod fecit eam. Interrogatus si Johannes Menendi fuit intregatus de ipsa ecclesia dixit quod fuit usque ad mortem. Interrogatus quis abbadauit ecclesiam post mortem Johannis Menendi dixit quod parrochiani per mandatum Johannis Menendi dederunt eam Gunsaluo Menendi et iste testis fuit prouitus ab utraque parte.

¶ Martinus Pelagii prior ecclesie Sancte Marie iuratus et interrogatus si Johannes Menendi intrauit ecclesiam per uim aut per arma; dixit quod nesciebat aut si proiecerat inde donum Michalem dixit quod audierat sed non uiderat et dixit quod<sup>146</sup> audierat dicere quod dominus Michaellem hedificauit eam et audierat quod proietit inde Johannes Menendi dominum Michaellem propter intentionem quam habuit cum eo et dixit quod uiderat inde dominum Johannes Menendi usque ad mortem et quod non uiderat ibi fratres nec freires in possessione ecclesie et dedit suam mandam ubi continebat quod Johannes Menendi rogabat parrochianos et concilium et capitulum quod rogarent episcopum quod dedisset ecclesiam Gunsaluo Menendi quia ipse erat de sua progenie et dixit quod mandauit Johannes Menendi Monasterio de Arganil unam equam pro missis cantare cum suo pullo et medietatem unius uinee et medietatem unius almoye que post dominus Gunsaluus emit. Interrogatus quis abbadauerat ecclesiam<sup>147</sup> post mortem Johannis Menendi dixit quod parrochiani cum episcopo.

¶ Johannes Molneiro laycus iuratus et interrogatus quis edificauit ecclesiam dixit quod dominus Michalem et post Johannes Menendi proiecit dominum Michaellem inde per arma et per uim et post Johannes Menendi meliorauit in factura ecclesie. Interrogatus si uiderat ibi fratres de Arganil in possessione ecclesie dixit quod non. Interrogatus si qui facit aut fundat ecclesiam est patronus; dixit quod nesciebat quid erat patronus et dixit quod quando Johannes Menendi iacebat infirmus de infirmitate unde mortuus fuit reliquit ecclesiam in posse parrochianorum quod abbadarent eam cum episcopo et post dederunt ipsi ecclesiam Gunsaluo Menendi et cum episcopo et de patronatu dixit quod

---

<sup>145</sup>Riscou um: “f”.

<sup>146</sup>Riscou: “uiderat”.

<sup>147</sup>Repete a palavra “ecclesiam”.

est usus et consuetudo qui hedificat eam quod potest dare cuicumque uoluerit et iste est testis ab utruqua parte.

¶ Post hoc autem data copia utrumque partis tamquam partibus sepedictis datum fuit eis terminus abssignatus a nobis .XXX. dierum ad deliberandum super ei. Finito uero isto termino uero partes ocuirrerunt ad nostram presenciam et proposuerunt que proponere noluerunt. Tandem conclusum fuit in casa, quod nos auditis et consideratis rationibus per omnia et allegationibus et confessionibus et instrumentis et omnibus hinc inde propositis; talem sententiam in scriptis nostris duximus profferendam.

¶ In Dei nomine. Ego. V(incentius) Dei gratia miseratione Egítaniensis episcopus delegatus a sumo pontifice in causa que uertitur inter clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johannis de Manta in Colo de Couilliana ex una parte et inter priorem et fratres Monasterii Sancti Petri de Arganil ex altera super iure patronatus et rebus aliis ipsius ecclesie Sancti Johannis consideratos rationibus per omnia et allegationibus et confessionibus et instrumentis et omnibus hinc inde propositis sententiaui ius patronatus epsius ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo spectare ad priorem et fratres Monasterii de Arganil et ipsos tanquam patronos esse et honorandos et tractandos.

¶ Exenplum autem testamenti Johannis Menendi tale est:

In Dei nomine. Hec est manda quam fecit Johanem Menendi pro anima sua in sua salute Monasterio de Arganil et priori domno M. et fratribus suis concedit eis dando ius patronatus ecclesie Sancti Johannis Couilliane quam ecclesiam iure hereditario de nouo a primo fundauit lapide et cum ipso patronatu dat eis unam uineam cum suo torculari et unam almoniam cum suis frutibus et cum arboribus et ipsa domo que est ibi sicut diuiditur cum altera almonia quam emit de Petro Menendi et alia parte cum uinea noua per unum aucterium scilicet tali<sup>148</sup> conditione ut possedeat usque morte sua et nec donet nec uendat eas nisi causa captiuitatis vel combustionis vel miserie; ius autem patronatus ecclesie quam uis ipsa quod absit euenerit; supradictum Monasterium absque conditione aliqua habeat in eternum. Et hoc testamentum facit pro remedio anime sue et ut in unoquoque anno faciant illi singulariter anniuersarium. Ut autem robur perpetuum hec manda obtineat et ut aliquis non possit contra ipsam uenire dictam mandam fecit scribi in presenti pagina et bullari sigillo suo

---

<sup>148</sup>Riscou: “pacto”.

et sigillo prioris .M. Sancte Marie de Couilliana et .J. Menendi qui tunc temporis erat uicarius. M. Egítaniensi episcopi, ut prior et fratres ducant eam senper in testimonium et hec pagina fuit facta et bullata apud Couillianam mense Agusti. Sub. Era. M<sup>a</sup>. CC<sup>a</sup>. L<sup>a</sup>. III<sup>a</sup>. Regnante rege Alfonso in Portugalia.

Actum fuit istud in Agardia in palatio domini episcopi, mense Aprilis. VII<sup>o</sup>. Kalendas Maii. In Era. M<sup>a</sup>. CC<sup>a</sup>. L<sup>a</sup>XXX<sup>a</sup>. IIII<sup>a</sup>.

#### Doc. 18

1246 ABRIL, 24, Guarda, Palácio episcopal – *D. Vicente, bispo da Guarda e delegado pontifício na causa que opunha os clérigos de S. João de Manta in Collo, da Covilhã, ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil, declara que o direito de padroado dessa igreja pertence ao dito Mosteiro.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 11

In Dei nomine. Ego Vicentius Dei miseratione Egítaniensis episcopus delegatus a summo pontifice in causa que vertitur inter clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo de Covelliana ex una parte et inter priorem et fratres Monasterii Sancti Petri de Arganil ex altera super iure patronatus et rebus aliis ipsius ecclesie Sancti Johannis considerati rationibus per omnia et allegationibus et confessionibus et instrumentis et omnibus hinc inde propositis sententiaui ius patronatus ipsius ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo spectare ad priorem et fratres Monasterii de Arganil et ipsos tamquam patronos esse et honorandos et tractandos.

Actum fuit istud in Agardia in palacio domini episcopi, mense Aprilis, VIII<sup>o</sup> kalendas Maii. In Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LXXX<sup>a</sup> IIII<sup>a</sup>.

#### Doc. 19

[1246]<sup>149</sup> ABRIL, 24, Guarda – *D. Vicente, bispo da Guarda e delegado apostólico, julga pertencer ao Mosteiro de Arganil o direito de padroado sobre a igreja de S. João de Manta in Collo, da Covilhã, determinando pena de excomunhão aos que se opusessem ao cumprimento desta sentença.*

---

<sup>149</sup>Esta data resulta do contexto que respeita ao litígio em torno do padroado da igreja de S. João da Covilhã.

## TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 12

Vicentius Dei miseratione Egitaniensis episcopus, delegatus a summo pontifice. Dilectis in Christo filiis priori ecclesie Sancte Marie archipresbiteri et clericis de Covelliana salutem et benedictionem. Cognoscendes de causa que erat inter clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo et inter priorem et fratres Moansterii de Arganil super iure patronatus et rebus aliis ipsius ecclesie Sancti Johannis consideratis rationibus per omnia et confessionis et inspecta manda quam fecit Johannes Menendi pro anima sua Monasterio de Arganil prout habetur in sua karta sigillata sigillis autenticis ad iudicauimus sentencialiter ad priorem et fratres Moansterii de Arganil sint patroni ipsius ecclesie Sancti Johannis iusticia exigente. Mandantes ad sui parrochiani vel clerici ecclesie predictae eos inpedierint in executione presenti iusticia [quod] ecclesia Sancti Johannis de Manta in Collo sit subposita ecclesiastico interdicto. Et omnes impeditores et rebelles excommunicationis vinculo actoritate apostolica innodabimus. Et penas curabimus augmentare.

Datum apud Agardiam. VIIIº kalendas Maii.

## Doc. 20

[1246]<sup>150</sup> ABRIL, 24, Guarda – *D. Vicente, bispo da Guarda e delegado apostólico, dirige-se ao Concelho, pretor e alcaldes da Covilhã, informando-os da sua sentença pela qual reconhecia ao Mosteiro de Arganil o padroado na igreja de S. João de Manta in Collo, da Covilhã, e de que, havendo, por parte dos paroquianos, oposição à sentença, a igreja ficaria debaixo de interdito e seriam excomungados quantos se lhe opusessem.*

## TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 21.

Vicentius Dei miseratione Egitaniensis episcopus delegatus a Summo Pontifice. Dilectis in Christo filiis venerabili Concilio et pretori et alcaldibus de Covilliana salutem et benedictionem. Cognoscentes de causa que erat inter clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo et inter priorem et fratres Monasterii de Arganil super iure patronatus et rebus aliis ipsius ecclesie Sancti Johannis, consideratis rationibus per omnia et

---

<sup>150</sup>Esta data resulta do contexto que respeita ao litígio em torno do padroado da igreja de S. João da Covilhã.



confessionibus et inspecta manda quam fecit Johanes Menendi pro anima sua Monasterio de Arganil prout habetur in sua karta sigillata sigillis dependentis adiudicauimus sentencialiter quod prior et fratres Monasterii de Arganil sunt patroni ipsius ecclesie Sancti Johanis iusticia exigente, mandantes quod si parrochiani vel clerici eis impederint in excomunione presentis iusticie ecclesie Sancti Johanis sit subposita ecclesiastico interdicto. Et omnes inpedictores et rebelles excommunicationis vinculo a<c>toritate apostolica innodabimus et penes curabimus aumentare.

Datum Agardiam, VIII<sup>o</sup> kalendas Maii.

#### Doc. 21

1246 MAIO, 8, GUARDA, Palácio episcopal – *D. Vicente, bispo da Guarda, manda aos priores de S. Martinho, de S. Bartolomeu e de S. Salvador da Covilhã que façam cumprir, sob pena de excomunhão, a sentença que dera favorável ao Mosteiro de S. Pedro de Arganil na causa que o opunha ao prior e paroquianos de S. João de Manta in Collo.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 13.

Vicentius Dei miseratione Egitionensis episcopus, delegatus a Summo Pontifice. Dilectis in Christo filiis Subierio Johanis priori Sancti Martini, Roderico Petri et Petro Suarii clericis Sancti Bartolomei et Sancti Salvatoris de Covilliana salutem et benedictionem. Noveritis quod nos cognouimus de causa que vertabatur inter priorem et fratres Monasterii Sancti Petri de Arganil ex una parte et inter clericos et parrochianos ecclesie Sancti Johanis de Manta in Collo de Covelliana ex altera et tulimus sentenciam pro fratribus unde mandamus vobis actoritate qua fungimur quod detis eam excomunioni inpedientes et rebelles per censuram ecclesiasticam compellendo. Quod si non omnis hiis exequendis potueritis inter esse, duo vestrum ea nichillominus exequantur vel saltem unus.

Datum apud Agardian VIII<sup>to</sup> Idus Maii in Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LXXX<sup>a</sup> IIII<sup>a</sup>.

#### Doc. 22

[...1250] – *Inquirição sobre a morte e disposições testamentárias de Garcia Peres, da Castanheira, termo de Lourosa, cuja sepultura e legados eram disputados entre a Confraria da igreja de S. Pedro de Lourosa, por um lado, e o Mosteiro de S. Pedro de Arganil, por outro.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, 1ª incorp., Mº 21, Doc. 50.

Documento em mau estado; com tira de pergaminho do selo pendente ausente; embora sem data, pelas características paleográficas deste documento devemos estar perante acto redigido ainda na primeira metade ou por meados do século XIII.

Iste sunt productiones a parte Vicencii Petri.

Pelagius Fernandi iuratus et interrogatus deposuit quod Garsia Petri patiebatur infirmitatem de quam mortus fuit et interrogatus ipsum ubi eligebat sepulturam suam, et Garsia Petri dixit “mando corpus meum Laurosam cum parte de meo habere”, et etiam dixit quod leyxabat Sancto Petro de Laurosa unam mediam de quadam vaca et unum roxelum et unam colmenam et .x. solidos clericis et reyserent (?) apud eum et unum armalium confrarie ipsius loci, et inueniebant homines et dicebant ipsi Garsia Petri uos moriamuni in ista morte quis deforet uos ad illum locum quia longe est Laurosa et ipse dixit “non est in curia iam ego teneo fratres meos quis deferent me ibi, quia conffratri mei de Laurosa uenient por me”.

Dominicus Petri de Castinheyra iuratus et interrogatus deposuit quod fuerat presens quando Garsia Petri fuit interrogatus a filiis suis et ab aliis qui stabant <in domo> ibi in ista infirmitate de qua mortuus fuit ubi mandabat corpus suum, et ipse Garsia Petri dixit quod mandabat se iacere in Ecclesia de Laurosa et mandabat unam mediam de vinea et unum reyxelum et unam colmenam et mandabat confrarie ipsius loci unum armalium.

April Garsia <filius Garsie Petri> de Castineyra iuratus et interrogatus deposuit quod audierat dicere Garsia Petri multociens in uita sua et in morte, quod mandabat corpus suum in Laurosa cum parte de suo habere et mandabat ibi unam mediam de vaca et unam colmenam et quadam capram uel ouem et mandabat confrarie ipsius loci unum armalium et erat confrater de Laurosa.

Frater de Laurosa iuratus et interrogatus deposuit quod in die Capituli sui quando comedebat confrariam uiderat et audierat dicere Garsia Petri quod erat germanus confratrem suorum de Laurosa et dabat et mandabat corpus suum et aniam suam ecclesie Sancti Petri de Laurosa et dixit quod dixerat<sup>151</sup> Garsia

---

<sup>151</sup> Palavra emendada.

Petri dico quando mortuus fuero confratres mei de Laurosa uadant pro me et sepeliebant me ibi et ipse predictus frater de Laurosa dicebat quod bene posent inuenire .X<sup>La</sup>. testes quod audiuerant et uiderant hoc quod dicebat Garsia Petri. Item predictus frater dicebat quod audiuerat aliis sed non Garsia Petri quod in morte sua fuero et interrogatus si erat familiaris Monasterii de Arganil et Garsia Petri dixerat quod non erat familiaris Monasterii nec se mandabat in Monasterio sepelire.

¶ Item pro parte Stephani Gonsalui.

Pelagius Fernandi iuratus et interrogatus si in illa<sup>152</sup> infirmitate de qua mortuus fuit Garsia Petri si dicebat com suo sensu vel non, et dixit quod neciebat. Item dixit quod uenerat ibi Gudina Petri de Laurosa et dixerat Garsia Petri cognatit me, et ipse Garsia Petri locutus fuit ipsi mulieri, sed predictus Pelagius Fernandi dixit quod non potuerat intelligere quod loquebatur quia stabat longe de loco in quo iacebat ipse Garsie Petri.

Aprilis Garsie iuratus et interrogatus deposuit quod neciebat de Garsia Petri si icebat cum suo sensu in ista infirmitate de qua mortuus fuit sed dixit quod uenerat ibi Gudina Petri de Laurosa et dixerat Garsia Petri “cognotit me”, et ipse dixit “cognosco”, et ipse Gudina Petris dixit, “Ego que sum sum ego”, et ipse tacuit et postea dixit “uultis quod dicam nobis”, tunc Gudina Petri et alii qui stabant ibi cum illa dixerunt “uolumus”, et Garsia Petri dixit “uos estis Gudina Petri de Laurosa”.

Bartolameus Fernandi frater de Arganil iuratus et interrogatus, pro Garsia Petri iacebat cum suo sensu in ista infirmitate de qua fuit mortuus et dixit quod uenerat ad illum locum de Castineyra ubi Garsia Petri iacebat et mulier sua dixit ei “Cognacitis istos fratres qui uenerant uos uidere” et Garsia Petri dixit “obe” (?) et in illa ora ita iacendo habuit uoluntatem faciendi urinam et subleuabit pannes super se et fecit urinam suam et ipse Bartolomeus Fernandi dedit sibi maçanas et Garsia Petri comedit unam de illis et aliam precepit custodire, et hoc audiuit ei dicere cum suo sensu et quandoque erat, interrogatus pro aliis rebus non dabat responsum bonum nec malum.

Martinus Fernandi frater de Arganil et pro dicto Garsia Petri utram iacebat cum suo sensu in illa infirmitate de qua mortuus fuit et ipse dixit quod ueniat

---

<sup>152</sup>Palavra emendada.

cum Bartolomeo Fernandi socio suo ad illum locum ubi iacebat Garsia Petri et quadam filia sua uocauit eum et dixit “ecce fratres Monasterii qui uenerunt uos uidere”, et ipse dixit “ubi sunt ipsi fratres” et illa dixit “ecce dicunt quod estis familiaris Monasterii” et ipse dixit “sum” et fratris dixerunt ei “uultis comedere quadam maçanam” et Garsia Petri dixit “uolo”, et tunc fratres posuerunt, scilicet, maçanam in manu sua et ille comedit illam; et dixerunt fratres “uultis comedere aliam”; et ille dixit “non, custodiatis eam mihi pro alia ora.

Johanes Petri de Moura iuratus et interrogatus si Garsia Petri iacebat <sine> senssum suum in illa infirmitate de qua mortuus fuit et dixit quod Garsia Petri erat iam diu quod erat infirmus illa infirmitate de qua fuit mortuus et uenit ibi eum uidere et uocauit illum nihil locutus fuit ei et neciebat si habebat senssum suum perfectum uel non

Geraldus Sebastiani iuratus et interrogatus deposuit quod fuerat uidere Garsia Petri in die Pace et uidit illum iacente sine loquela et sine senssum et non uidit eum loqui in illa infirmitate et dixit quod quidam uicinus Garsia Petri mandauit dicere Monasterio quod si eum uellent sepellire in castro et facere honorem quod irent pro eo sin autem non, et uenirantur confratris de Laurossa pro illo.

Stephanus Menendi de Moura iuratus et interrogatus dixit quod fuerat cum vicinis suis uidere Garsia Petri de Castinheyra et non uidit eum loqui bene nec male in illa ora et dicerbat quod audiuerat de illo dicere quod ipse Garsia Petri dicebat [multa pro] uanitates iacendo antea.

Petrus Dominici de Moura iuratus et interrogatus dixit quod in prima uice quam uidit Garsia Petri in illa infirmitate de qua mortuus fuit quod uocauerat Garsiam Petri si cognocitis [mei et] Garsia Petri loquebatur “ou, ou” et iterum uocauerat illum et ipse dicebat eum (?) “cognocitis me”, “cognosco” et tunc Petrus Dominici dicebat quis ego ... dicebat quis ego sum et filia sua dicebat suo patri est Petrus [Dominici ...] quod non orum. Item secunda uice quando Petrus Dominici eum uidit iam non poterat loqui ei.

Petrus Michaelis de Moura iuratus et interrogatus deposuit quod uiderat Garsia Petri in die Pace et iam ipse Garsia Petri non uidebat nec audiebat nec loquebatur et interrogauit homines [inde (?)] si fecerat testamentum quod dixerunt ea quod fecerat et si fuerat confessus et dixerunt quod fuerat. Item quod mandauerat se sepellire in Laurossa. Item quod audiuerat dicere dictus Garsia Petri quod miterent dicere, fratribus quod si ipsi uellent Garsiam Petri in

cimiterio sepellire cum frater et facere ei tamquam fratri, quod darent eis terciam partem de suo habere et dederunt pro eam homini qui fuit ad Monasterium dicere mandatum.

Petrus Dominici de Moura iuratus et interrogatus deposuit quod steterat ... Garsiam Petri et interrogavit illum nihil locutus fuerat ei et uidebatur sibi quod iacebat cum suo sensu.

Petrus Martini de Moura deposuit quod fuerat uidere Garsiam Petri non loquebatur ante laborabat in extremis.

Sebastianus Johannis iuratus et interrogatus deposuit idem per totum quod Petrus Martini deposuit.

Johannes Menendi de eodem loco idem deposuit.

#### Doc. 23

[1254...]<sup>153</sup> – *História acerca do modo como o Mosteiro de S. Pedro de Arganil adquirira a herdade e a igreja de S. Domingos [da Murta] (c. Alvaiázere).*

TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, Doc. com a cota antiga: “Alm. 6, Mº 4, Nº 8”.

Hoc est istoria quomodo habuit Monasterium Sancti Petri ecclesiam et hereditatem Sancti Dominici. Primum dicimus quia a mandato domini episcopi fecimus ecclesiam in nostra propria hereditate qua vocatur Sancti Petri et hoc scriptum habemus in karta domini episcopi, intra terminum supradicte ecclesie; erat quidam homo qui habebat suam hereditatem quam laborabat et inde decimas ecclesie nostre persolvebat. Et in supradicta hereditate stabat una heremida que vocatur Sancti Dominici de qua Petrolus qui hereditatem possidebat, oblationes contra iusticiam... et super eas nobiscum litiganda accipiebat. Postea vendidit duobus hominibus medietatem supradicte ecclesie et hereditatis qui eam cum ipso per medium possidebant. Set istos duos homines cum metu et reverentia

---

<sup>153</sup> O ano de 1254 é indicado neste documento, o qual se refere, ainda, ao episcopado viseense de D. Pedro Gonçalves (1250-1254). É possível que o documento date desse ano ou lhe seja pouco posterior.

et timore Dei et nostri, medietatem supradictis oblationibus accipiebant et ob hanc causam numquam super eas nobiscum litigabant. Set supradictus Petrolus eas sine metu et reverencia et nobiscum super <eas> litigando accipiebat de quo fecimus querimoniam domino episcopo. Et dominus episcopus dedit nobis litteras excommunicationis contra supradictum hominem et mandavit nobis ibi celebrare divina. Set supradictus homo nomine Petrel, cum suis armatis ante nos stetit et non permisit nos ibi celebrare divina. Tunc prior noster excommunicavit eum per litteras domini episcopi. Postea ad tempus cognovit errorem, suum et dixit fratribus si vultis habere ecclesiam, emite mihi hereditatem et tunc possidebitis eam in pace. Et responderunt fratres quod est pretium eius. Et Petrel respondit XXXX<sup>a</sup> aureis. Tunc vocaverunt bonos homines et steterunt in ecclesiam et dixit Petrel: Ego vendo vobis <totam> istam meam hereditatem quam habeo in hoc loco. Inter se locuti fuerant et <ad> cauendam simoniam. Dixit Petrel: omnia que in hoc loco habeo vobis vendo, set dominum nostrum Sanctum Dominicum vobis non vendo. Tunc presentes steterunt Johanes Nuni et Johanes Petri qui aliam medietatem ab ipso emerant et dixerunt: non vendatis medietatem nostram. Tunc dixit Petrel: medietatem vestram non vendo set dico fratribus ut <vestram> medietatem tam in ecclesia quam in alia hereditate, cum ipsis in pace possideatis. Et sciant quia quedam pars supradicte hereditatis est divisa et quedam non set ipsa quairela in qua sedet ecclesiam non est divisa et iccirco cum ipsis medietatem ecclesie debetis possidere.

Tunc Petrus Martini frater accepit XXXX nunios et tres aureos et dedit supradicto Petrel et dixit: Ego do tibi istos nunios ad roborandam kartam et do tibi istos tres aureos pro compara et do tibi Petrum Filium fideiussorem ipsorum aureorum que remanent pro dare. Et dixit contra Petrel: amice et tu concede nobis hanc venditionem et da nobis fideiussor ad roborandam kartam. Tunc dedit fratribus fideiussorem Johanes Nuni ad roborandam kartam.

Qui presentes fuerunt: Petrus Scutarius, Johanes Boninus, Pelagius Ruffus, Petrus Johannis, Petrus Martini, Pelagius Miranda, Petrus cognominatus Pater Noster.

Postea dederunt ei fratres unam hereditatem in precium XV aureorum. Et tunc fratres possiderunt medietatem ... et hereditatis in pace. Et sic compleverunt eum ex tota sua habere. Et veniebant supradictos homines qui habebant aliam medietatem et dividebant oblationes cum fratribus. Set postea habuerunt consilium et conouerunt se peccatores propter ipsas oblationes quas contra iusticiam accipiebant et dixerunt fratribus: Emite <aut> nobis <cambiate> hanc medietatem quia vobis plus quam nobis convenit. Tunc fratres dederunt eis pro medietate ipsorum duas pecias de vineas et quatuor quarelas de labor et aliis rebus quomodo possident. Et illi dederunt fratribus quantum in ipso loco

possidebant. Et tunc fratres totam ecclesiam et hereditatem per decem annos in pace possederunt et nullus contradicebat. Et tunc fratres fecerunt ibi bonam ecclesiam et peterunt domino episcopo kartam ad inquirendas elemosinas et dominus episcopus dedit eis kartam absolutionis cum qua requisissent aliquam pecuniam ad ipsam operam faciendam. Et fratres fecerunt ipsum Petrel suum karterium et ipsas elemosinas<sup>154</sup> que accipiebant fratribus reddebant pro suo labore suam mercedem accipiebat. Et postea voluit nobis revelare cum ipsa karta et cum elemosina qua adquisierat et elegimus cum ipso merces et vos mundicia iudicauerunt nobis kartam et pecuniam quam cum ea fuerat requisita et modo super eum per fideiusorem hanc pecuniam habemus.

Et qui in hoc presentes fuerunt: Suerius Martini, Alvitus Zapatarius, Monio de Puzus, Petrus Johanis fiador, Fernandus Garsia, Martinus Martini.

<sup>155</sup>Petrel conquerendo priorem et dominum episcopum super ecclesiam ... de Murta et domum Sancti Dominici. Et dominus episcopus mandavit nobis... iudices posquam fuit lix contestam per Domnum Petrum Martini...et constituerunt procuratores. Tunc procurator Petrum Petrello ...<sup>156</sup>

Postea mortus fuit ipse Petrollus. Et uxor sua Domna Tarasia cum filiis suis detinuit locum Monasterium per tempus. Et postea prior Menendus Gonsalviz Farraiz Monasterii de Arganil citavit per<sup>157</sup> <judices> domini archiepiscopi <Bracarensis> apud Viseum ipsam Domnam Tarasiam et filios suos super ipso loco Sancti Dominici. Et venit pro eis Magister Bartolomeus ad terminum assignatum. Et ipse prior venit similiter pro Monasterio cum avvocato suo Gonsalvo Fernandi decano<sup>158</sup> Visensis. Et longatum et altercatum et allegatum

---

<sup>154</sup>Risco: “quas nnq”.

<sup>155</sup>Esta peça do documento encontra-se em extremo mau estado de conservação impossibilitando uma leitura minimamente satisfatória.

<sup>156</sup>Neste ponto, o estado de deterioração do pergaminho inviabiliza uma leitura satisfatória. Conseguimos entrever apenas o seguinte texto muito fragmentado: “petitur ius patronatum de ipsa heremida ... ei procuratore et ... quando non pertinebat ad Petrol ... frabellum ... scripsit. Petrellus eos petit a pec ... predictum partium justa ma ... heremidam sicut iacet per parietem ... dordis et ad sursum ad portum parevin est qua nivel quam ... misit si probatur nem dedit. illud ... ne pedu videre dominium promitere ... verte in apositione pro magis ap ... Et testimonium procuratores hoc sciendum quia post receptione ... Monasterio est causus... mortuus... fiat in vestro nego quoad cio... In qua aversarium probabat producere testes. Tunc ... et dixit radicibus procurator ... prior ... pers... et are... Tunc..... a ipsa domine quam fa... querimoniam. Et Monasterium habebit octo... que ista... vel ad minus conventus faciet in... causa illus qui fuerit ...”

<sup>157</sup>Palavra riscada.

<sup>158</sup>Risco: “Colimb.”

fuit ex utraque parte per multos dies cum multis expensis et autem multis laboribus. Et conclusum fuit [hoc] negotio. Et in fine sententia lata fuit pro Moansterio et adjudicatus fuit locus Sancti Dominici de<sup>159</sup> <Murta> a Monasterio. Et<sup>160</sup> Johanes Gonsalvi Tamanio de Auro rector ecclesie de Alvaiazera venit intregare priorem et fratres de illo loco Sancti Dominici per litteras iudi[ciales] domini archiepiscopi. Et posquam fuerunt intregati, filii Petrelli et Domna Tarasie venerunt cum hominibus et armis et incluserunt priorem et suos homines et Martinum Pelagii canonicum Monasterii per forciam in illo sobrado. Et cum ipse prior cum suis defendebat se, supervenerunt duo milites vicini terre et loci nomine Johanes Cendoniz et Petrus Fernandi Zouparel et posuerunt inter eos treugam et securitatem. Et de beneplacito utiusque partis talis fuit compositio et adveniencia scilicet quod Monasterium de Arganil haberet et possideret medietatem de Sancto Dominico scilicet de oblationibus et de omnibus aliis, et aliam medietatem haberet et possidet Stephanus Petri clericus filius Petrelli et Domne Tarasie in vita sua et ad mortem ipsius Stephani Petri illa medietas volueretur Monasterio de Arganil. Et ipso Stefanus Petri haberet in Monasterio quando ibi veneret portionem sicut unus de canonicis. Et similiter fuit positum pro Domna Tarasia et pro aliis suis filiis. Et postea ipsa Domna Tarasia recepit habetum religionis et fuit multis diebus soror Sancti Petri de Arganil. Et postea ipse Stefanus Petri clericus filius eius similiter recepe habitum religionis et fuit canonicus Monasterii. Et fuit prepositus Monasterii et tenuit ovencias intus et foris et fecit [re]sidenciam in ordine in Monasterio et in Murta per mandatum prioris per duodecim annos et anplius etiam. Et ab ingressu sive introitu ordinis Moansterium de Arganil recepit et possedit et possidet [sic] illam medietatem quam consueverat retinere Stefanus Petri. Et posquam posse<de>rat Monasterium totum locum Sancti Dominici intrege, fecit ipso prior Domnus Menendus suprascriptus maiorem et magis largam ecclesiam in Sancto Dominico quia totum istud contigat in vita sua, posquam locus Sancti Dominici fuit iudicatus Monasterio.

¶ Postea iste, prior Domnus Menendus dedit locum Sancti Dominici de Murta enplazatum Martino Pelagii Fafie quod teneret illum in vita sua et cum <quanto> ibi haberet et teneret ad mortem, revolueretur ipse locus Sancti Dominici in pace Monasterio pro ducentis morabitanis quis Martinus Pelagii dedit ipsi priori per consilium Domni Alfonsi Petri et Johanis Armigii et Domni Fernandi Pignarii et Vicencii Menendi militum patronorum pro heredum Monasterii quos denarios expendit ipse prior in profectu Monasterii et expendidet partem de illis in camino

<sup>159</sup>Riscado: “muu” (?).

<sup>160</sup>Riscado: “tamen”.



Ecclesie Romane quando ibat illuc contra milites filios Laurencii Fernandi de Cuineia quod perturbabunt testamentum Vincencii Laurencii fratris carnalis eorum super hereditate de < ... (?)> Almalages quam habebat Monasterium ex parte istud Vicencii Laurencii. Et de istis morabitanis duxit Petrus Menendis canonicus Monasterii filius istius prioris unam mulam <ad Monasterium> que custavit quadraginta morabitanis et vendidit illam prior Petrus Menendi naturalis de Riquiam pro qui[n]quaginta morabitanis ad Gonsalvum Gonsalvi comendatorem de Eega et duxit quadraginta morabitanis in denariis per manum Domni Petri Roderici cantoris Colimbriensis et Domni Petri Gonsalvi Zarco qui fuit postea episcopus Visensis.

Postea fuit episcopus Domnus Eg<e>as Fafie Cõlimbriensis et vidit cum consideravit quod male erat paratus locus Sancti Dominici per istum Martinum Pelagii et fecit cum illo quod recepit centum et viginti libras de Monasterio tempore prioris Domni Andree et remansit locus Sancti Dominici in salvo Monasterio. Et de illis morabitanis vel libris persolvit Petrus Menendi <Farrais> prior Monasterii triginta libras Martino Pelagii ut libere<sup>161</sup> ac quiete possiderat Moansterium de Arganil locum Sancti Dominici de Murta.

Actum fuit in Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> LXXXX<sup>a</sup> II<sup>a</sup>.

Isti sunt testes contra quibus Tarasia Pelagii et filii eius silicet Petrus Feo et Martineiro et Johanes Petri et Dominicus Petri et Elvira Petri et Stefanus Petri dederunt heremidam Sancti Dominici de Murta et quantum ibi abebam<sup>162</sup> Monasterio Sancti Petri de Arganil ut ipsum Monasterium habeat in perpetuum dictam heremidam et quantum ad eam pertinet. Petrus Pelagii presbiter, Alfonsus Pelagii de Ablantes, Martinus (?) Menendi Parada, Gonsalvus Pelagii, Petrus Martini Gallego, Alfonsus Caa (?), Dominicus Rodo, Micael Canis Striu (?), Johanes Tropõ, Johanes Martini de Carril, Martinus Pelagii filius de Galega, Petrus Nunit Palia Vana, Menendus Gonsalvi de Sena, Micael Johanis acolitus, Petrus Martinus acolitus, Menendus Martinis frater eius, Tome Johanis subrinus Magristi Petri, Petrus Johanis presbiter, Testes.

Et Stefanus Petri in cuius posesione erat predicta heremida medietas integrait inde priorem M. Gonsalvi et duos fratres silicet F. Garsie et Menendum Album iubente Donna Tarasia et filius eius quia iam altera medietas erat de Monasterio.

---

<sup>161</sup>Riscado um “et”.

<sup>162</sup>Riscado: “me”.

## Doc. 24

1270 NOVEMBRO, 8, Arganil – *Aforamento feito por D. Miguel Julião, prior do Mosteiro de S. Pedro de Arganil, a Lourenço Mendes de Silvares e a sua mulher, Maria Gonçalves, de uma vinha na Lágua. Inserida em pública-forma de 26 de Dezembro de 1325, Arganil.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 317vº-318vº.

Noscant omnes homines tam presentibus quam futuris quod nos Michael Juliano prior Monasterii Sancti Petri de Arganil et eius conventus facimus cartam tibi Laurentio Menendi de Sylvares et uxorem tuam Mariam Gonçalvi de una vinea de Lagea quomodo dividit cum Martino Blanco et alia parte adus Janeiros et detis inde octavam de vino per forum de Sylvares et non plus. Ab hac die habeatis vos ipsam vineam et progeniem vestram in pace in cuius rei testimonium damus eidem nostram litteram cum nostris sigillis sigillatam.

Data apud Arganil sexto Idus Novembris in Era millessima trecentessima octava.

## Doc. 25

1271 FEVEREIRO, 6, Guarda – *D. Fr. Vasco, bispo da Guarda, confirma a apresentação, na igreja de S. João de Manta in Collo, da Covilhã, de Martinho Esteves, cónego do Mosteiro de S. Pedro de Arganil, ao qual pertencia o padroado dessa paróquia.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 22.

Frater Velascus divina miseratione Egitaniensis episcopus. Universis parrochianis ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo de Covelliana Egitaniensis diocesis, salutem et benedictionem. Noveritis quod nos ad presentationem venerabilium religiosorum virorum prioris et conventum Monasterii Sancti Petri de Arganil Colimbriensis diocesis qui sunt patroni ipsius ecclesie Sancti Johannis de Manta in Collo, Martino Stephani canonico ipsius Monasterii lateri presentium nobis presentat libero et absoluto ab obedientia predictorum prioris et conventus salva ordinis disciplina, ecclesiam Sancti Johannis de Manta in Collo nostre diocesis vacantem, auctoritate ordinaria confirmamus, vobis omnibus et singulis precipiendo mandantes quatinus eidem Martino Stephani tamquam priori vestro obediatis et decimas et omnia alia iura ipsius ecclesie sibi bene et fideliter persolvatis. Nos enim damus eidem potestatem compellendi pro omnibus iuribus ipsius ecclesie supradicte.

Datum Gardie, VIII<sup>o</sup> Idus Februarii, Era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> Nona.

Doc. 26

1274 ABRIL, 2, Mosteiro de S. Pedro de Folques – *O Mosteiro de S. Pedro de Folques afora a Domingos Peres e a sua mulher, Maior Soares, uma herdade no lugar de Pombeiras, termo de Pombeiro.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 281-282.

Conhoscam quantos esta carta virem e ler ouvirem que nos Martim Migueis prior e Convento do Moesteiro de Sam Pedro d Arganil da Ordem de Sant Agostinho do Bispado de Coimbra damos e outorgamos a vos Domingos Peres e a vossa molher Mayor Soares huma nossa herdade que nos havemos em logo que he dito Pombeiras no termo de Pombeiro. O qual herdamento parte pella agoa do Loureiro e da outra parte pella Lomba da de Johane Monis como se vai a cume convem a saber com tal preito e condiçom que vos per vos ou per vossos sucessores pobredes essa herdade e dedes della em cada hum anno ao Moesteiro davandicto ou a seu mandadeiro hum quartoiro de pão pella medida coimbrãa, hum cesteiro de trigo e outro cesteiro de segunda e hum alqueire de trigo por fogaça e huma galinha de foro em cada hum anno. E se perventura vos ou vossos sucessores essa herdade quizerdes vender nom a vendedes a clerigo nem a hordem nem a fidalgo mais venderdes aa tal homem que faça della este foro de suso nomeado ao Moesteiro davandito. E damos a vos esse herdamento e a toda vossa geraçom e pera<sup>163</sup> esta pobraçom seer mais outorgada damos ende a voz esta nossa carta aberta de nossos seellos pendentés do prior e convento seeladas.

Dada no Mosteiro d Arganil, quatro nonas Aprilis, Era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> X<sup>a</sup> II<sup>a</sup><sup>164</sup>.

Doc. 27

1289 NOVEMBRO, 8, Coimbra – *Sentença de D. Estêvão, bispo de Coimbra, contra os povoadores de Ceira, determinando que deveriam pagar dízimo, do pão que lavrassem e dos moinhos que o moessem, ao Mosteiro de Folques.*

AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 149-150.

<sup>163</sup>Corrigimos de “que”.

<sup>164</sup>Nota do copista setecentista: “Lugar de dous sellos de cera pendentés.”

## Doc. 28

1290 FEVEREIRO, 8, Coimbra – *D. Américo, bispo de Coimbra, estabelece compromisso com o Mosteiro de Arganil, pelo qual cedia a este a terça das dízimas das aldeias de Cepos, Monte Redondo, Folques e Álvares, recebendo, em contrapartida, os casais que o Mosteiro tinha em Espariz e um herdamento em Fadida, termo de Coja.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 2vº-4vº.

Ad perpetuam rei gestae memoriam. Noverint universi quod cum nos Aymericus Dei gratia Colimbriensis episcopus pro nobis et nostro capitulo nomine et vice nostrae Colimbriensis Ecclesie Cathedralis in iudicio petierimus a religiosis Dominico Martini priore et conventu Monasterii Sancti Petri de Arganil Ordinis Sancti Augustini nostrae diocesis tertiam decimarum locorum videlicet aldeole quae Cepos vulgariter appellatur et aldeolae quae Mons Rotundus dicitur, et aldeole quae nominatur Folques, et aldeole quae dicitur Alvares quorum locorum seu aldeolorum tertia decimarum de iure comuni nostrae Colimbriensi Ecclesie debebatur prestari. Tandem nos compatientes praedictis priori et conventui Monasterii saepedicti parcentes eorum laboribus et expensis nolentes etiam ipsos strepitu causarum involvi inter nos ex parte una interveniente assensu nostri capituli et ipsos priorem et conventum ex altera talis amicabile compositio intervenit quod nos tertiam decimarum cuiuslibet praedictorum locorum ad nostram Colimbriensem Ecclesiam spectantem supra specificatorum predictis priori et conventui et successoribus suis Monasterii sepefacti ex nunc in perpetuum irrevocabiliter concedemus atque damus ut de caetero prior et conventus et successores eorum tertiam decimarum loco ditorum locorum habeant possideant et percipiant pacifice et quiete iure parochiali ut hactenus et melius si potuerint habere consueverant etc.

Et hoc fecimus eis propinque casalibus quae dictum Monasterium de Arganil habet in termino de Cogia in loco qui dicitur Sparis cum omnibus iuribus et pertinentiis suis et cum omni alio quod ibi Monasterium habebat seu de iure habere debebat et pro omni alio erdamento quod dictum Monasterium habet in cauto de Cogia in loco qui dicitur Fadida.

Nos vero predicti prior et conventus Monasterii de Arganil attendentes nostri Monasterii conditionem facere meliorem pro nobis et pro successoribus nostris sponte et irrevocabiliter damus ex nunc et in perpetuum concedimus reverendo patri Domno Aymerico et capitulo eiusdem et successoribus suis nomine Colimbriensis Ecclesie praedicta casalia de Spariz et dictum erdamentum de Fadida et quidquid dictum Monasterium in praedictis locis habebat seu de

iure habere debebat cum omnibus iuribus terminis et pertinentiis suis foris servitiis pascuis montibus ingressibus et egressibus fontibus aquis terris ruptis et inruptis abdicantes a nobis de caetero proprietatem et possessionem ius ac dominium omnium praedictorum transferendo in ius et proprietatem dominium et possessionem domini episcopi memorati et capituli eiusdem et successorum suorum pro dicta tertia cuiuslibet praedictorum locorum spectante et de iure spectare debente ad ecclesiam Colimbriensem ut autem de his omnibus et singulis in posterum nulla dubietas oriatur nos praedicti episcopus et capitulum et nos prior et conventus de Arganil fecimus fieri duas cartas divisas per alfabetum sigillorum nostrorum munimine comunitas in fidem et testimonio omnium praemissorum.

Actum Colimbriae sexto Idus Februarii Era millessima trecentessima vigessima octava. = Lugar do sello pendente. =

#### Doc. 29

1290 MARÇO, 12, Mosteiro de S. Pedro de Folques – *D. Domingos Martins, prior do Mosteiro de S. Pedro de Folques, faz um prazo de uma vinha, na Várzea de Silvares, com Martim Eanes e sua mulher. Em traslado, a pedido de D. Martim Marques, prior do Mosteiro, de 16 de Abril de 1354, Silvares.*

AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 78, fls. 319-321.

#### Doc. 30

1290 ABRIL, 6, Coimbra – *D. Américo, bispo de Coimbra, reconhece ao Mosteiro de Arganil a posse perpétua das dízimas das aldeias de Cepos, Monte Redondo, Folques, Póvoa e Álvares.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 5-6.

Ad perpetuam rei gestae memoriam. Noverint universi quod cum nos Aymericus Dei gratia Colimbriensis episcopus vobis priori et conventui Monasterii Sancti Petri de Arganil, Sancti Augustini Ordinis, nostre diocesis. Lemitamus vestras aldeolas quae vulgantur Cepos et Mons Retundus et Folques et Povia et Alvares vobis et vestris successoribus concedimus plenam potestatem ut vos habeatis et possideatis quiete ac pacifice in perpetuum omnes decimas ipsarum aldeolarum tam ius nostrum quam aliud pro quibusdam casalibus que a vobis praedictos accepimus sicut continetur in quadam litera compositionis

devisa per alfabetum et sigillata munimine nostrorum sigillorum praedicti episcopi et capituli Colimbriensis propterea vobis praedictis confirmamus omnes decimas ipsorum hominum vestrorum de omnibus haereditatibus quas habeat in quocumque loco in termino de Arganil et de caetero portuerint habere. In cuius rei fidem et testimonium nos praedictus episcopus dedimus vobis istam nostri sigilli pendentis.

Actum Colimbrie octavo idus mensis Aprilis Era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> XXVIII<sup>a</sup>. = Lugar do sello pendente. =

#### Doc. 31

1291 SETEMBRO, Coimbra – *Carta de foral, confirmado pelo rei D. Dinis, dado por Martim Gonçalves e sua mulher, Maria Viegas, aos moradores de Álvares (c. Pampilhosa da Serra). Inserido em traslado e confirmação régia de 14 de Abril de 1462, Santarém.*

TT – Corpo Cronológico, Parte 2, M<sup>o</sup> 1, Doc. 31.

¶ Im Dey nomine etc. Esta he a carta de foro perpetuum que mandamos fazer eu Martim Gonçalvez e minha molher Maria Viegas a voos homeens que povoaes essa nossa herdade d Alvares damo lla e outorgamo lla a vos per foro perpetuum que a lavredes e chantedes e edificuedes de vinhas e d arvores, como parte de contra o oriente com o Souto de Santa Maria per Coomieira antre Carvalho e Pissegeiro e vay a Midoes e despos acima do moinho de Martim Viegas. E descende ao Zezer. E parte com Alvaro per vea do Zezer e filha a foz de Vinhaaes. E dende vay aa foz de Murta e parte com Pedrogom per vea de Murta e dende vay aa Cabeça de Pera assy como parte com termo de Gooes.

Com tall preyto e condiçom que pera senpre cada huum de vos que lavrar com huum boy ou com vacas de ende a nos huum quarteiro de pam a meatade de triigo e a meatade de segunda na eira e nom mais. E se o nom quisermos receber na eira que o percamos.

E o que nom lavrar com boys de a nos huã<sup>165</sup> metade de teyga de triigo e outra meatade de segunda. E de linho de a nos huuã verga e meia e nom mais.

E de vinho quallquer morador e outros que vinha tenha ou lavrar nos de huum puçall e nom mais.

---

<sup>165</sup>Riscado: “meotade”.

E os homeens que nom lavrarem com boys e bestas ou vezer e per ellas gaanharem seu pam façam a nos senhas carreiras no ano per tall guisa que esse meesimo dia venham dormir a suas casas e nom mais.

E o que fezer moynho de a nos a decima parte.

E o coelheiro que entrar filhe (?) huuã noyte pera tomar coelhos de a nos huum coelho com sua pelle.

E por omizio e por rausso e merda em boca e casa rota quem quer que o fezer per testemunho de homeens boons peyte LX soldos, scilicet, a terça parte pera o concelho e a terça parte pera a Igreja e a outra terça parte pera nos.

E quem fezer furto peyte segundo custume.

E o cavalleiro nom de nhuuã jugada. E se perventura perder seu cavallo ataa tres anos conpridos nom de jugada.

E todo esto acima scripto confirmamos e abtorizamos e mandamos firmemente que nhuum seja da nossa parte nem da estranha que nhuuã destas cousas quebrante. E quem quer que o contrairo quiser fazer seja malldicto a Deus e escomungado amen.

Fecta foy esta carta em Coymbra no mes de Setembro. E confirmada pello muy nobre rey Dom Denis no ano de III<sup>c</sup> XIX<sup>166</sup>.

E nos sobredictos que esta carta fazer mandamos e confirmamos de nossos sinaaes.

#### Doc. 32

[Inícios do século XIV] – *Lembrança dos casais que foram de D. Mem Garcia em Arganil.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 29.

Esta he a relembrança dos casaes que forom de senhorio de Meem Garcia en Arganil. Convem a saber quaes:

O Casal de Joham Gouvyas e de Dom Vicente de Eyrol.

Item Maria Martiiz dicta de Coja.

Item Martim Gonçalviz dicto Arelho.

Item Justa Fernandiz.

Item Pero Martiiz.

[Item] Marta Dominguíz.

Item Martim Gago.

<sup>166</sup>Data emendada, mas que não pode deixar de se ler como fica nesta transcrição.

Item Domingos Martiiz de Mouronho.

Item Domingos Paez de Fonte.

Destes casaes de susodictos a d'aver ende Costança Martiiz do Fojo monja de Lorvão de VII<sup>167</sup> quinhões os dous e do senhorio outro tanto e fazerem lhi serviço come a senhor.

Doc. 33

1328 JUNHO, 5, Mosteiro de Folques – *D. João Peres, prior do Mosteiro de S. Pedro de Folques, empraza a Leonardo Esteves, com licença do Bispo de Coimbra, D. Raimundo, os casais que tinha em Pinheiro e em Papízios, pela pensão anual de 25 libras portuguesas. Apresenta o vidimus do Bispo D. Raimundo.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 12, Documento com a cota antiga: “Alm. 5, Mº 2, Nº 5”. B) TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 24; B’) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fl. 383.

Obs.: Documento deteriorado na parte superior; apresenta os orifícios de três selos pendentes, de que só subsiste, fragmentado, o selo do meio.

Sabham quantos esta carta virem e leer ouvirem como Nos [Joham] Perez priol e Convento do Moesteiro d Arganil enprazamos e outorgamos a vos Leonardo Stevez per lecença e outorgamento do ho[nra]do padre e senhor Don Reymondo bispo de Coimbra os nossos casãaes que Nos e o dicto nosso Moesteiro avemos em Pinheiro ... esia de Papizeos e todolos dereitos que Nos hi avemos e de derecho devemos d aver salvo os serviços que fiquem a salvo pera Nos. E todo ... [ou]tros dereitos averde los vos tam bem e tam compridamente como os Nos e o dicto nosso Moesteiro deviamos a aver e per hu os vos melhor poderdes aver ... deles en todolos dias de vossa vida tanto. Con tal preito e condiçom que vos dedes ende a nos e ao dicto nosso Moesteiro en cada huum an[o] por tenda e penssom dos dictos casaes viinte e cinco libras de dinheiros portugueses en paz e en salvo no dicto Moesteiro en dia de Sam Johanne [B]atista. E vos non deveades os dictos casaes vender nem dar nem enprazar nem en outra pessõa trasmudar nem en nehuã outra maneira enal[he] ar contra nossa voontade. E se vos totalas cousas de susodictas e cada huã non comprirdes como dicto he, vos deveades a nos e ao dicto nosso Moesteiro porem peitar quinhentos soldos de dinheiros portugueses en nome de peã.

---

<sup>167</sup>Riscou “quinhes”.



E demais tolhermos nos a vos porem os dictos casaaes per nossa outoridade propria se quisermos. E non vos chamardes vos porem forçado. E se nos a vos tolher quisermos os dictos casaaes ou deffender non quisermos de quem quer que vos pela nossa razom enbargar ou os bees deles, nos devemos a vos porem peitar semelhavelmente a dicta peã e o fecto seer firme e stavel pera senpre como dicto he. E depois de vossa morte os dictos casaaes com todos seus melhoramentos e acrecentamentos devem ficar a nos e ao dicto nosso Moesteiro em paz e en salvo e sen contenda nenhuã.

En testimonho das dictas cousas por seer certo e non viir depois en duvida, nos dicto Priol e Convento demos a vos dicto Leonardo Stevez esta nossa carta seelada dos nossos seelos pendentes.

Dante no dicto Moesteiro, cinco dias de Junho da Era de mill e trezentos e seseenta e sex annos. E aa moor firmidõe pidimos por mercee ao dicto senhor bispo que posese hi o seu seelo.

<sup>168</sup> E nos Reymondo pela mercee de Deus e da Sancta Eygreia de Roma bispo de Coimbra susodicto porque fomos certo que o dicto emprazamento he e pode seer a proveito do dicto Monsteiro d Arganil demos hy nosso poder e nosso outorgamento a el pela outoridade ordinhayra confirmamos como suso scrito he. Em testimonho deste fizemos seelar esta<sup>169</sup> carta do nosso seelo pendente.

(Assinado)

R. Episcopus †.

#### Doc. 34

1354 ABRIL, 16, Silvares (Arganil) – *Pública-forma do aforamento feito pelo Mosteiro de Arganil de uma vinha que tinha em Silvares, a Martim Eanes e a sua mulher, Melhor Domingues.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc. 27.

Sabham quantos este trelado adeante escripto adeante virem como em Sylvares so os Figueiraes de Lourenço Marquez do dicto logo dez seys dyas do mes d Abril Era de mil e trezentos e noventa e dous anos em presença de mim Gil Martinz tabeliam del Rey no dicto logo e das testemunhas que adeante som

<sup>168</sup> Parágrafo escrito por mão diferente.

<sup>169</sup> Rsicado: “nossa”.

escriptas perante Martim Marquiz priol de Sam Pedro do Moesteiro d Arganil pareceu Vicente Anes morador na Poboia dos Mosqueiros termho do Couto de Sam Johane d Areas mostrou e per mim sobredicto tabeliam leer fez huã carta escripta em purgaminho de coiro e seelada do seelo pendente de cera branca em coreia de purgaminho e outra coreya de purgamynho seem seelo no qual seelo se nam declarava fegura nem lecteras segundo em ele parecia da qual carta o teor de vervo a vervo tal he:

¶ In Dei nomine, amen. Conuscam quantos esta karta virem e leer ouvirem como nos Domingos Martinz priol do Moesteiro de Sam Pedro d Arganil e o Convento do Moesteiro e otorgamos a vos Martim Johanes e a vossa molher Melhor Dominguez I<sup>a</sup> nossa vinha antre (?) a nossa aldeya de Sylvares no logo que é chamado Vinha da Varzia so tal condiçom que vos dedes ende em cada hum ano ao Moesteiro de susodicto oytava de vinho III<sup>es</sup> vezes o pee posto per foro de Sylvares beem e fylmente e I almude de jugada e nom façades ende outro foro des este dya ajades vos e os que de vos veerem por compercaia (?) e possades ela vender e doar aa tal omem que faça ende este foro ao Moesteiro de susodicto e se veender quyserdes e o Moesteiro quiser comprar venda por venda soer do Moesteiro se a quiser tanto por tanto. E vos esa vinha valade a redor e des que for valada poermos eela tal degredo que toda besta que en la achardes de dya V soldos e de noyte X soldos e boy e vaca page de dya quatro e meyo e de noyte V soldos, todo gaado meu VI VI dinheiros quada I<sup>a</sup> cabeça. Essa vinha senpre deve a seer vinhas e por esta coussa seer mays firme damos ende a eles esta nossa karta aberta de nosos seelos seelada em testemunho de verdade.

Dada no Moesteiro d Arganil XII dias andados de Março, Era M. CCC<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> VIII<sup>va</sup>.

A qual carta asy perleuda o dicto priol pedyo a mim sobredicto tabeliam que lhy desse o tralado dela so meu sygnal e eu dixhe que lho daria. Fecto foy no dicto logo e dya e mes e Era sobredictos.

Testemunhas Afomso Martinz de Sylvares e Domyngos Johanes Maranho e Domyngos Johanes Bicas e Joham Martinz Vigairo e Vasco Vicente de Sancta Coonba e outros. E eu sobredicto tabeliam que a esto pressente foy e aa petiçom do dicto priol a dicta carta aqui com mha mão traladey e aqui meu siygnal fyz que tal (*senal*) he em testemunho de verdade.

Pagos quatro soldos.

## Doc. 35

1421 JANEIRO, 18, Arganil – *D. Fernando Coutinho, bispo de Coimbra, a pedido de D. Fr. Lopo, bispo de Salmacia, faz pública-forma da carta de sentença pronunciada por Geraldo Peres, noutro tempo vigário da Diocese de Coimbra, sobre seis quarteiros de pão e seis puçais de vinho que o Prior de S. Gens de Arganil alegava dever receber, anualmente, do Mosteiro de S. Pedro de Folques.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Mº 1, Doc.31.

Fernandus Dei et apostolice sedis gratia Colimbriensis episcopus. Universis et singulis tam presentibus quam futuris presentes literas inspecturis. Salutem in Domino que est omnium vera salus. Noveritis quod constitutus in nostra presencia reverendus pater Domino Frater Lopus eadem gratia Samascensis episcopus et perpetuo administrator Monasterii Sancti Petri de Folques Ordinis Sancti Augustini nostre diocesis, ostendit legi ac publicari fecit coram nobis quandam literam sentencie latam per quedum Gerardum Petri olim canonicum dicte nostre ecclesie ac vicarium generalem bone memorie Domni Petri quondam episcopi dicte ecclesie Colimbriensis predecessoris nostri super quadam sumam panis et vini scriptum in pergameno manu dicti Gerardi Petri signatum ac sigillo audiencie dicte Ecclesie Colimbriensis sigillatum non viciatum non cancelatum nec in aliqua sui parte suspectum prout in ea prima facie videbatur cuiusquidem litere sentencie tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

Gerardus Petri canonicus Colimbriensis ac generalis vicarius in spiritualibus reverendi in Christo patris ac domini Domni Petri Dei et apostolice sedis gratia episcopus Colimbriensis. Universis et singulis presentis sentencie literam inspecturis. Salutem in Domino qui est omnium vera salus. Noveritis quod causa fuit aliquandiu ventilata coram venerabili viro Johane Roderico canonico Colimbriensis olim vicario generali reverendi in Christo patris ac domini domni quondam episcopi Colimbriensis inter discretum virum Martinum Garsie priorem parrochialis ecclesie Sancti Genesii de Arganil diocesis Colimbriensis tanquam auctorem ex una parte per venerabilem virum Martinum Dominici archidiaconum de Vouga eius procuratorem substitutum et venerabiles viros Garsiam Gunsalvi priorem et conventum Monasterii Sancti Petri de Folques predictis diocesis tanquam reos ex parte altera per discretum Gunsalvum de Merloo eorum procuratorem substitutum ut apparet per procuraciones et substitutiones eorumdem, quarum tenores inferius secuntur super sex quartariis panis mediati et sex puçalibus vini annuatim solvendis dicto priore dicte ecclesie

Sancti Genesii de Arganil et eius ecclesie per dictos priorem et conventum dicti Monasterii de Folques super quibus fuit ex parte ipsius auctoris libelus oblati in scriptis cuius tenor talis est:

Coram vobis venerabili ac discreto viro Johane Roderici canonico Colimbriensis ac generali vicario in spiritualibus reverendi in Christo patris ac domini Domni Valascus Dei et apostolice sedis gratia Colimbriensis episcopus. Ego Johannes de Pena procurator venerabilis viri Martini Garsie rectoris parrochialis ecclesie Sancti Genesii de Arganil diocesis Colimbriensis eius nomine et nomine dicte sue ecclesie ac procuratoris nomine dico contra venerabiles et honestos religiosos viros dominos Garssiam Gunsalvi priorem et conventum Monasterii Sancti Petri de Folques de Colimbriensis diocesis et contra eos et contra dictum suum Monasterium in iudices propono quod dictus Martinus Garsie rector predictae ecclesie Sancti Genesii de Arganil per se et suos predecessores nomine suo et dicte sue ecclesie habebat<sup>170</sup> et percipiebat ac habere et percipere consueverat a predictis Garsia Gunsalvi priore et conventu dicti Monasterii de Folques et suis predecessoris et dicto suo Monasterio annis singulis pro festo Beati Martini sex quartarios de pane mediato videlicet tres quartarios de tritico et tres quartarios de centeno per mensuram antiquam seu veterem que ante in dicto loco de Arganil currebat, et tres puçalles de vino per dictam mensuram veterem. Ita tamen quod dictus prior et conventus dicti Monasterii de Folques de predictis quartariis panis seu puçalibus vini dediicerent pro se annis singulis terciam partem unius quartarii panis seu unius puçalis quam magis ducerent eligendum et in hac possessione percipiendi levandi et habendi predictos quartarios panis et puçales vini ut predictus fuit dictus Martinus Garsie dominus meus nomine suo et dicte sue ecclesie per se et suos predecessores per X, XX, XXX, XL, L annos citra et ultra per tantum tempus cuius in contrarium memoria <hominum> non existit pacifice et quiete et sine aliqua contradictione usque ad festum Sancti Martini de Novembris de Era millesima CCCC quinta exclusive in quo festo predicti anni et ab eo tempore usque nunc dicti prior et conventus dicti Monasterii de Folques recusierunt et recusant dare et solvere dicto Monasterio domino meo Martino Garsie priori dicte ecclesie de Arganil et dicte sue ecclesie predictos quartarios de pane et puçales de vino. Ita quod iam [sunt] tres anni elapsi quod nichil ei de predictis pane et vino solvant licet plures ad hoc fuissent requisiti spoliando dictum

---

<sup>170</sup>Corrigimos de: "habebant".

dominum meum et dictam suam ecclesiam a sua possessione percipiendi et habendi et levandi dictos quartarios de pane et dictos puçales de vino in quibus tribus annis iam preteritis contingerant dicto domino meo et dicte sue ecclesie de Arganil XVIII<sup>o</sup> quartarii de pane mediato scilicet medietate tritici et medietate centeni [et] IX puçales vini. Ita tamen quod de predictis quartariis panis seu puçalibus vini habeant deducere predicti prior et conventus dicti Monasterii de Folques de predictis tribus annis unum quartarium panis seu unum puçalem vini quod magis duxeret eligendum quiquidem quartarii panis et puçales vini de predictis tribus annis valent secundum communem extimacionem et valere poterent sexentas libras Portugalie monete. Quare peto nomine quo supra solum possessorium intentando quanto vos domine vicario per vestram deffinitivam sententiam restituatis dictum dominum meum Martinum Garsie priorem dicte ecclesie de Arganil et dictam suam ecclesiam ad possessionem percipiendi huiusmodi et levandi annis singulis pro festo Beati Martini dictos sex quartarios de pane mediate scilicet medietate tritici et medietati centeni et tres puçales vini, tercia partis unius quartarii panis seu unius puçalis vini de predictis ut quod dicitur deducta. Et eos reductis ad prestimum statum possidendi in quo antea erant tempore quo fuerunt spoliati et censura ecclesiastica compellatur dictus Garsiam Gunsalvi priorem et conventum dicti Monasterii Sancti Petri de Folques ut eis donet et solvat predictos XVIII<sup>o</sup> quartarios de pane mediato scilicet medietate de tritici et medietate de centeno et dictos IX puçales vini de predictis tribus annis, uno quartarii de pane seu uno puçali de vino quod ipsi prior et conventus magis eligerint de predictis tribus annis deducto quibus pane et vino dictus dominum meum et suam ecclesiam in debitu spoliauerunt seu dictas sexcentas libras Portugalie monete pro eis ad quas predictos quartarios panis et puçales vini extimo seu id quod medietate iusticia duxerit arbitrandum. Et hoc dico propono et peto una cum expensis factis de faciendis nihilominus protestando salvo iure pluris vel minoris.

Et cum fuissent super dicto libellum conclusum fuit per dictum Johanem Roderici pronunciatum quod procedebat de iure et fuit contestati per clasulam generalem ac pronunciatum per dictum vicarium quod contestabatur sufficienter super quo fuerunt articuli in iudico oblatis et pro pertinentibus per dictum Johanem Roderici vicarius quamdam deffinitivam sententiam per suam manum scriptam promulgavit et recitavit cuius tenor talis est:

Viso et examinati huius cause processu die ac termino partibus assignatis et sententiam audiendam Christi nomine invocato habitoque consilio peritorum quaere prior ecclesie Sancti Genesii de Arganil satis clare suam intentionem probavit ipsum priorem ecclesie predictae de Arganil nomine ecclesie sue restituendam esse pronuntio hiis quibus asserebat spoliatis et ipsum ad ius

percipiendi a priore Monasterii predicti Sancti Petri quaque conventu nomine ipsius Monasterii annuatim tres quartarios de blado et tres quartarios de saligine ad mensuram antiquam olim in dicto loco de Arganil usutatam seu currentem et tres puçales vini ad mensuram predictam restituo auctoritate huius sentencie prout possidebat tempore spoliationis sibi facte iuxta modum in libello contentum et nichilominus de consensu prioris et conventus et eorum beneplacito priorem et conventum Monasterii Sancti Petri de Folques predictus nomine ipsius Monasterii et suos successores addendum et solvendum petita in libello teneri annuatim declaro ut a modo a tempore scilicet date huius sententis ipsi prior et conventus Monasterii predicti eorumque successores nomine ipsius Monasterii Martino Garsie predicto nomine sue ecclesie suisque successoribus anno quolibet realiter dent atque solvant in perpetuum tres quartarios bladi et tres quartarios de saliginis ad mensuram predictam et tres puçales vini iuxta eandem mensuram deductis tamen quolibet anno ab ipso priore et conventu tertia parte unius quartarii panis vel unius puçalis vini que magis ipsi priori placuerit et quod solvant predicti in festo Beati Martini de mense Novembris annis singulis sub pena interdicti ad que omnia et singula facienda ac etiam ad implenda ipsos priorem et conventum Monasterii Sancti Petri eorumque successores nomine ipsius Monasterii sui in termino et terminis predictis sentencialiter condepono.

Et de consensu prioris <ecclesie> Sancti Genesii predictis omnia illa ad que tenebantur sibi et sue ecclesie ipsi prior et conventus et causis in libello contentis de annis iam elapsis in libello declaratis relaxatione facio et etiam expensarum ex causa in qua sententiam prefati procuratores consenserunt expresse. Et procurator dicti prioris de Arganil petiit unam sententiam sub sigillo curie Colimbriensis quam dictus vicarius sibi dari mandavit ut omnia ista plenius in processu cause continetur verum quia dicta sententia non fuit facta nec de processu extracta morte dicti Johannis Rodericis vicarii proveniente que ipsum de medio subtraxit et asserebatur discretus vir Johannes Stephani nunc prior seu rector dicte ecclesie Sancti Genesii de Arganil petiit reverenter a me prefato Geraldo Petri vicario ut dictam sententiam copiari et fieri ac de dicto procesum extrahi et sibi dari mandarem sub sigillo curie Colimbriensis pro conservacione iur sui et dicte sue ecclesie.

Ego vero prefatus vicarius attendens suam petitionem fore iustam et iuridicam et quaerte mihi per processum cause ac per Johannem Dominici scriptorem dicti processus de predictis omnibus fuit facta plena fides dictam sententiam sibi fieri et dari mandavi iuxta suam petitionem, tenor vero procuracionem et substitutionem dictorum Martini Dominici et Gonsalvi de Merloo talis est:

Sabham todos os que esta presente procuraçom virem como eu Martim Garcia clerigo del Rei Dom Pedro de Castella et prior de Arganil do Bispado de Coimbra do senhorio de Portugal faço e ordeno e stabelleço por meus certos procuradores perfectos liidimos e avondosos sufficientes pella guisa que o elles melhor e mais compridamente podem e devem seer e de direito mais valer Joham de la Pena coonigo de Lixboa e Pascoal Sanchez vigairo de Sam Pedro d Evoramonte e de Sancta Maria do Redondo do Bispado d Evora os portadores ou portador desta procuraçom asi que a condiçom de huum nom seia mayor nem meor que a do outro mais que o que huum começou que o outro o possa acabar, aos quãaes dou todo meu cumprido poder que elles por mim e em meu nome possam pedir e demandar e receber e procurar todollos beens rendas e fructos e novos da dicta mhã egreja tam bem dos tempos passados come dos que som e ham de viir de quãaesquer procurador ou procuradores e de outros quãaesquer que as rendas e beens da dicta egreja ouvessem de veer per qualquer maneira. E dar por quites aquelles de que receberem alguãs cousas das dictas rendas per mão de qualquer tabaliam que esta procuraçom vir. Ao qual eu mando que lhe faça estormentos e cartas de quitaçoes quantos e quãaes os dictos meus procuradores e cada huum delles mandarem fazer. E se lhe comprir de entrar a preyto que possam demandar quãaesquer pessoas que lhi quiserem poer embargo sobre os dictos beens e rendas e fruytos e novos da dicta minha egreja nos tenerem e forem theudos et obligados per qualquer razom perante quãaes justiças de quãaesquer lugares tam bem ecclesiasticos come sagrãaes quinhavees aos dictos factos ou facto que delles de direito devam e ajam de conhecer e livrar. E pera citar, demandar e deffender, pedir e receber aviir e recouviir, quitar, espaçar, compoer, comprometer, exempçom ou exempçoes poer, libelos dar, lides contestar, petiçoes poer e aas postas responder, arrtigos, testemunhas, letras e outras quãaesquer provas<sup>171</sup> em juizo e fora del aduzer. E aas da outra parte ou partes adverssas jurar, veer, reserva llas e contradice llas en dictos e en pessõas, dāpnos, interesse, retituçom, absoluçom, interesse. E pera jurarem em mhã alma qualquer juramento que lhes de directo for demandado. E pera o pedirem e receberem da outra parte ou partes se comprir. E pera ouvirem sentença ou sentenças asi por mim come contra mim, e dellas appellarem e agravarem e em ellas consentirem. E as appellaçoes e agravos seguirem e renunciarem se comprir perante el Rei ou perante sa corte e perante aquelles que das dictas appellaçoes e agravos ouverem de livrar com directo. E pera sobstabelecerem outro ou outros procurador ou procuradores em seu nome logo e em meu nome se comprir, e os revogarem se quiserem. E despois

---

<sup>171</sup> Riscado: “dnt” (?).

da revogaçom o officio da procuraçom em si filharem e hirem per o fecto ou fectos em deante. E pera tomar posse da dicta igreja de Arganil e pera gaanhar cartas del Rei e do Bispo se comprir em esta razom. E pera fazerem e dizerem por mim e em meu nome todo aquello que eu faria e diria se a todo presente fosse, e o fezesse e dissesse posto que tãaes cousas seiam que lhe demandem e requeiram e ajam mester special mandado. E eu hei e prometo aver por firme e stavel pera sempre todo aquello que pellos dictos meus procuradores e per cada huum delles ou per os seus soestabeçudos for fecto e dicto e procurado nas cousas susodictas e em cada huã dellas so obrigaçom dos beens da dicta minha igreja que eu pera esto obliigo.

Fecta esta procuraçom na cidade d Evora em nas pousadas de Diego Fernandez arcediagoo de Celorico, dous dias d Abril. Era de mil IIII<sup>c</sup> e seis annos. Testemunhas: Diego Fernandez arcediagoo de Celorico e Afonso Garcia e Garcia Martinz e Roy Mosqueira e outros. E eu Rodrigo Stevez tabaliam del Rei na dicta cidade que per mandado e outorgamento do dicto Martim Garcia esta procuraçom screpvi e aqui meu signal fiz que tal he.

Item nas costas da dicta procuraçom andava huum soestabelecimento fecto per mão de Lourenço Dominguez scripvam da dicta audiencia do qual o theor de verbo a verbo tal he:

Era de mil e quatrocentos e oyto annos, sete dias do mes d Agosto, em Coiimbra, na casa em que fazem a audiencia presente mim Lourenço Dominguez scripvam jurado em na audiencia do bispo de Coimbra e as testemunhas adeante scriptas, Joham de la Pena contheudo em esta procuraçom que presente stava disse que elle em nome de Martim Garcia prior da igreja de Arganil do Bispado de Coimbra cuja procurador he, em seu logo del e em nome da dicta igreja de Arganil e per poder desta procuraçom soestabeleceo por procurador Martim Dominguez arcediagoo de Vouga e conigo de Coimbra e Fernando Afonso seu clerigo. E deu lhes e outrogou todo aquello comprido poder que a el era dado em esta procuraçom com todallas clasulas em ella contheudas e perante quãaesquer juizes que sejam tam bem eclesiasticos come sagrãaes e ha[si] promete a aver firme e stavel todo aquello que pellos dictos seus soestabelecidos for fecto e dicto e procurado nos dictos fectos e cada huum delles so obrigaçom dos beens do dicto Martim Garcia e da dicta sua igreja que pera esto obliigou.

Fecto o dicto soestabelecimento na dicta cidade, dia, logo e mes e Era sobredictos. Os que presentes foram: Lourence Anes e Joham Lourenço e Pero Stevez scripvãaes na dicta audiencia. E eu Lourenço Dominguez scripvam sobredicto que esto screpvi. Laurentius Dominici.



Sabham quantos esta presente procuraçom virem que nos Garcia Gonçallvez prior e convento do Moesteiro de Folques dapres d Arganil do bispado de Coimbra, sendo juntos em cabudo per campãa tangida segundo he de nosso costume e fazendo cabudo especialmente pera esto que se adeante segue, fazemos, ordenamos e estabelecemos por nossos certos procuradores, verdadeiros, liidimos, avondosos, sufficientes em todo como o elles melhor e mais compridamente podem e devem seer e mais valer Domingos Martinz vigairo da igreja de Sam Pedro d Esparis e Johane Anes procurador no Concelho de Coimbra moradores anbos na dicta cidade de Coimbra que elles ambos e cada huum delles per si asi que a condiçom dhuum nom seja melhor que a do outro mais o que huum delles começar outro o possa seguir e acabar, posam procurar e pedir e demandar e receber todallas dividas e fruytos e novos e rendas e directos e direyturas e todallas outras cousas e beens asi moviis come de raiz em quãaesquer lugares que sejam que nos e o dicto nosso Moesteiro avemos e de directo devemos a aver e que a nos de directo perteencer devem per qualquer guisa e razom que seia. E entrar a preyto ou preytos ou demanda ou demandas per razom das sobredictas cousas e cada huuã dellas se mester for, e sobre todollos outros preytos e demandas asi nomeados como por nomear que nos e o dicto nosso Moesteiro avemos e entendemos d aver com qualquer pessoa ou pessoas quãaesquer que sejam ou como quer que ajam nomes e elles contra nos por qualquer razom e sobre qualquer cousa asi perante nosso senhor el Rei ou perante sua corte ou perante seu sobrejuiz ou sobrejuizes ou ouvidor ou ouvidores come perante outros quãeesquer juizes e justiças que dos dictos factos ou demandas de directo devam conhecer asi eclesiasticas come segrãaes convenhavel aos factos ordenados e defender, dizer, responder, pedir, receber, aviinr, compoer, razoar, recouviir, contradizer, recusar, recontar, querer comprometer, excepçom ou excepções e recusações poer e replicar lle ou libellos dar [e] enpunar, lide contestar, artigos, composições poer e aas postas contradizer e responder. E pera pedirem beneficio de absoluçom e de restituçõis in integrum, enqueredor ou enqueredores filhar, testemunhas, leteras, estormentos e outras quãaesquer scripturas dar ou provas em juizo e fora de juizo dar, testemunhas da outra parte veer jurar e em ellas consentir se quiser e reprova llas e contradize llas em dictos e en pessõas, despesas, dãpnos, interesses receber, replica ou [trepli]cas dar e absoluçam dellas pedir e receber. E o officio do juizo empunar, termhos, delações pedir, sentença ou sentenças ouvir asi intralocutorias come diffinitivas asi por nos come contra nos. E dellas appellar, agravar, supplicar e aas [apellações] e agravos seguir e renunciar [se as quiser (?)] fiar, apostolos pedir e em elles consentir em aquelles que contra nos conterem verdade directa. E os outros contradizer e pera fazerem e dizerem

e soestabelecer em seu logar e em nosso nome et do dicto nosso Moesteiro procurador ou procuradores. E pera meter vogado ou vogados quãaes quiser e vir que lhes faz mester. E pera os revogar, e despois da revogaçom o officio da procuraçom em si filhar. E pera jurarem em nossas almas juramentos de calumpnia e de verdade dizer e doutro juramento qualquer e special genero que lhis demandado for. E pera fazer e dizer todallas outras cousas e cada huuã dellas que verdadeiros, liidimos e sufficientes procuradores podem e devem fazer, dizer e que nos fariamos e diriamos se per nossas pessoas presentes fossemos ainda que tãaes cousas sejam que directo devam e requeiram e ajam mester special mandado e ainda damos todo nosso comprido poder aos dictos nossos procuradores ou seus soestabelecidos pera fazerem aveença ou aveenças, composiçom e composiçõoes com quem elles quiserem e por bem tenerem. E pera dar por quite ou quites e por livres aquelles de que alguã cousa receberem. E relevamos os dictos nossos procuradores e os que elles soestabelecerem de todo encarrego de satisfaçom. E prometemos a pagar e comprir todo aquello que for julgado como o directo quer e aver por firme e stavel pera todo senpre todo aquello que pellos dictos nossos procuradores e pellos seus soestabelecidos for facta, dicto e procurado em nas cousas sobredictas e cada huã dellas com as clasulas acostumadas em directo so obrigamento de todollos nossos beens e do dicto nosso Moesteiro que nos pera esto obligamos. Em testemunho desto damos aos sobredictos Domingos Martinz e Johanne Anes nossos procuradores esta nossa procuraçom seellada dos nossos seellos pendentes de nos prior e convento.

Dada no dicto nosso Momsteiro primeyro dia de Mayo. Era de mil e IIII<sup>c</sup> annos.

Item nas costas da dicta procuraçom andava huum soestabelecimento facta e assignado per mão d Afonso Colaço tabaliam del Rei na dicta cidade de Coimbra que tal he:

Sabham quantos este estormento de soestabelecimento virem que dez e oyto dias d Outubro da Era de mil e IIII<sup>c</sup> e oyto annos na Alcaçova del Rei da cidade de Coimbra em presença de mim Afonso Colaço tabeliam del Rei na dicta cidade e das testemunhas que adeante som scriptas, Johane Anes que foi tabeliam, procurador do numero da dicta cidade, contheudo em esta procuraçom desta outra parte scripta, per poder da dicta procuraçom soestabeleceo por procurador Gonçalo de Merloo procurador na audiencia del Rei. E deu lhe todo o poder que na dicta procuraçom avia. E ouve por firmes e stavees pera sempre todo aquello que per o dicto soestabelecido for facta e dicto e procurado e tractado

nas cousas contheudas na dicta procuraçom so obligamento dos beens dos dictos prior e convento que pera esto obrigou com entendimento de nom seer renunciado de procurador.

Fecta foi no sobredicto logo, dia, mes e Era. Testemunhas que presentes foram: Gomez Lourenço, tabaliam e Matheus Perez da dicta cidade e outros. E eu Afonso Collaço tabaliam sobredicto que este presente fui e este estormento de soestabelecimento per mandado do dicto Johanne Anes screpvi e aqui meu signal fiz que tal he.

Dante em Coimbra quando asi foi pedida, dous dias do mes d Outubro. Era de mil e III<sup>c</sup> e doze annos. Gerardus Petri. Johannes Dominici notator.

Quaquidem littera sentencie sic ostensa ac lecta et publicata prefatus Dominus episcopus Samascensis et administrator dicti Monasterii dixit et exposuit quod ipse intendebat se de dicta littera sentencie diverssis partibus adiuvari. Et timebat ne predicta littera deperire aqua, furto, incendio, corrusione, murium aut aliquo alio periculo viarum seu locorum. Idcirco instanter requisivit nos quae transumptum dicte littere eidem in formam publicam sigillo nostro sigillatam. Et dicto transumpti quod fidem faceret in iudicio et extra originale predictam auctoritatem nostram ordinariam prestando duceremus concedendum. Nos vero episcopus supradictus visa et examinata per nos dicta littera sentencie ac manibus nostris palpata quia ipsam invenimus omni vicio et suspicionem carere prefato dicto episcopo Samascensi et administratori transumptum huiusmodi littere in publicam formam manu Martini Valasci notarii apostolici scriptum et manibus nostris signatum et sigillo nostro sigillatum duximus concedendum. Et isti transumptui quod<sup>172</sup> fidem faciat in iudicio et extra tamquam originale predictum si intersit, sibi que auctoritatem nostram ordinariam prestaumus et prestamus pariter et assensum.

In cuius rei testimonium sibi has testimoniales litteras scriptas ac sigillatas ut supra duximus concedendas.

Datum in<sup>173</sup> camera nostra de Arganil, XVIII<sup>a</sup> die mensis Januarii. Anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo vicesimo primo.

(Assinatura)

Martinus apostolicus notarius.

---

<sup>172</sup>Risco: “faciat”.

<sup>173</sup>Riscado: “dicta civitate Colimbriensis”.

## Doc. 36

1425 MARÇO, 17, Mosteiro de S. Pedro de Folques – *D. Lopo, bispo titular de Salmacia e perpétuo administrador do Mosteiro de S. Pedro de Folques, faz foro do casal de Monsalaziva a Afonso Domingues e sua mulher, Margarida Anes, da Póvoa de Montalto.*

AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 78v<sup>o</sup>-80.

Saibão os que este estormento de foro para sempre virem que na Era do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e vinte e cinco annos, dezasete dias do mez de Março em o Mosteiro de Sam Pedro de Folques, estando hi de presente o honrado padre senhor Dom Lopo, bispo de Samitra, perpetuo aministrador do Moesteiro de Folquez, outrosi estando hi Alvaro Affonso, Gonçallo Pires, Lopo Gonçalves, conegos do dito Moesteiro na crasta do dito Moesteiro em cabido segundo seu costume per campa tangida e cabidoo fazendo, logo o dito Senhor Bispo e conegos disseram que assi era que o dito seu Moesteiro tinha e havia hum cazal que hé da meza do dito Moesteiro que chamão de Mansalaziva aprez do dito Moesteiro, o qual cazal estava leixado por leixamento que delle fezera Gil Pires que o dito cazal tinha aforado [e] era todo do dito Convento, em como o dito cazal ficara ermo elles todos juntamente aforaram o dito cazal com todas suas pertenças erdamentos a Affonso Domingues e sua mulher Margarida Annes moradores na Póvoa de Montealto para elles todos, e que depos elles virem pera sempre com tal preito que o dito Affonso Domingues, sua mulher, seus herdeiros morem o dito cazal corporalmente com fogo, lôgo e bois, gado e lavrem e semeem e lhe dem em cada hum anno ao dito Moesteiro de todo o pão e linho que Deus em elle der d'onze dous por foro de Folquez assi como ao tempo que o dam os de Folques e mais em cada hum anno por dia de Natal hum alqueire de trigo e huma galinha assi em cada hum anno pera sempre [e] os sobreditos Affonso Domingues por si [e] polla dita sua mulher filhou em si o dito cazal e se obrigou per si [e] seus bens de assi viver e morar, de dar e pagar ao dito Moesteiro para sempre o que susodito hé. E o dito Senhor Bispo e conegos se lhe obrigaram de lhes fazer de pax, defender de qualquer pessoa que lho embragase, das quais couzas lhe dello mandaram seer feito este estormento que foi feito no cabido do dito Mosteiro, dia Era e mez sobreditos.

Testemunhas: Affonso Martins, Johão criado do dito Bispo, Gonçalle Annes de Folquez, Johão Pires, Johão Dominguez, Affonso Annes de Sima d Aldea. Eu Diogo Vasques tabalião del Rey em a dita villa que este estormento escrevi e em elle meu signal fiz que tal hé.

## Doc. 37

1449 JULHO, 24, Caria – *D. Luís Coutinho, bispo da Guarda, confirma a apresentação de Vicente Lourenço, cónego regrante de S. Pedro de Folques, no curato da igreja paroquial de S. João de Manta in Collo, da Covilhã.*

TT – Santa Cruz de Coimbra, Pasta 38, Doc. não numerado.

Dom Luis per mercee de Deus e da Sancta Egreja de Roma bispo da Guarda. A quantos esta nossa carta de confirmaçom virem saude em Jhesu Christo.

Fazemos saber que seendo vaga a egreja de Sam Joham de Manta en Colo da villa de Covilhãa do dicto nosso bispado per renunciaçam que della fez em nosas mãaos sagradas Alvaro Esteves e Vecente Lourenço nossos criados e procuradores d'Alvaro Afonso prior que foy da dicta egreja tendo sua procuraçam abastante per'a dicta renunciaçam perante nos pareceo Vecente Lourenço nosso criado e capellam conigo regrante do Mosteiro de Follques e natural da dicta villa de Covilhãa e nos mostrou huã presentaçom do Mosteiro de Follques e de Gil Vaasquez seu prior que ora he do dicto Mosteiro em que nos apresentava a dicta egreja de Sam Joham de Manta en Collo o dicto Vecente Lourenço conigo regrante professo do dicto Mosteiro o qual he boo e ydonyo e tal que sabera bem reger e manteer no spiritual e temporal pidindo nos o dicto prior de Folques<sup>174</sup> por mercee que lha confirmassemos a sua presentaçom do dicto seu Mosteiro e que lhe cometessemos a cura e regimento da dicta egreja e dos freguesses della e que na carta que lhe sobre ello mandassemos dar fizesse mençam que lha confirmavamos a presentaçom do dicto Gil Vaasquez prior e do dicto Mosteiro de Sam Pedro de Folques, Porem nos por empossiçom do nosso barete que sobre a quabeça do dicto Vecente Lourenço possemos lha confirmamos a dicta ygreja de Sam Joham de Manta en Collo asi vaga como dicto he ao sobredicto Vecente Lourenço cometendo lhe nos a dicta cura e regimento della no spiritual e temporal.

O qual dicto Vecente Lourenço nos jurou aos Sanctos Avangelhos corporalmente per elle tanjudos em nossas maaos sagradas que elle sera hoberdiente a nos e a nossos mandados e dos nossos sucessores que canonicamente entrarem e os directos da dicta nossa ygreja da Guarda pagua llos ha compridamente chamado, asinado tanto <as sentenças nossas> e dos nossos hoficiaaes e estatutos per sinodãaes gardara os beens da dicta sua egreja nom arrendara nem emprazara nem aforara sem nossa licença ou dos nossos vigayros nem dara delles a nenhuã pesoa emprestimo nem os enalheara nem estranhara mais

---

<sup>174</sup>Riscado: “qlhe”.

ante aquello que sentir enalheado demandar e cobrar a todo seu poder nom se absentara da dicta sua ygreja mais ante fara em ella regidencia pessoal como de direito he tihudo salvo da dicta nosa licença. E fez outrosy todollos outros juramentos em tal caso em direito acostumbrados.

Porem mandamos aos fregueses governadores caseyros foreyros e rendeyros da dicta ygreja em virtude d'obediencia e so pena d'excomunham que daqui em diante ajam e recebam o dicto Vecente Lourenço por verdadeiro prior e reytor da dicta ygreja e lhe respondam e acudam com todallas dizimas, primicias, ofertas, foros e rendas e com todollos outros direitos que a dicta egreja inteiramente pertencer e de direito pertencer devam por qualquer guissa que seja asy e pella guissa que os priores que ante elle foram ouveram. E porem mandamos a qualquer clerigo do dicto nosso bispado que pera esto for requerido em virtude d'obediencia e so pena d'excomunham que meta o dicto Vecente Lourenço em corporal posse da dicta ygreja e dos fruytos e rendas e beens della per livro e calezes e altar e ornamentos e campãa tangida e per dinheirros e ofertas da dicta ygreja e per todollas cousas que a ella pertençam e pertencer devam em qualquer guissa que seja.

Em testemunho desto lhe mandamos seer fecta esta nossa carta de confirmaçom e de posse asinada por nos e aseellada de nosso seelo.

Dante em a nossa camara de Caria aos XXIII dias de Julho. Jorge Taavares a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Ihesuu Christo de mil e IIII<sup>c</sup> e R<sup>ta</sup> e IX annos.

(Assinatura)

Ludovicus episcopus Egitanienensis.

#### Doc. 38

1462 ABRIL, 14, Santarém – *Traslado e confirmação reais, a requerimento do Mosteiro de Folques, da carta do foral dos moradores do Concelho de Álvares (c. Pampilhosa da Serra), dada por Martinho Gonçalves e sua mulher, Maria Viegas, e confirmada pelo rei D. Dinis, em Setembro de 1291, Coimbra.*

TT – Corpo Cronológico, Parte 2, Mº 1, Doc. 31.

Dom Affomso pella graça de Deus rey de Portugall e do Algarve, senhor de Cepta e d Alcacer em Africa. A quantos esta carta virem fazemos saber que os moradores [do Concelho d Alvararriz] do Mosteiro de Folques nos enviarom dizer como nam h[am] forall por ser ja velho e cediço em alghuuns lugares que

lhe nom queriam a elle dar fe nem abtoridade pidindo nos [por mercee lhe man] dassemos dar outro do nosso Tombo. E nos visto seu [agravo] e pedyr querendo lhe fazer graça e mercee mandamos Gomez Eanes de Zurara comendador do Pinheiro Grande nosso cronista e guarda moor do dicto Tombo que lhe desse o dicto<sup>175</sup> <trelado> per alvara que foy fecto em esta villa a X dias d Abril per Pero Afomso.

O quall Gomez Eanes em cumprimento de nosso mandado fez buscar o Livro dos Foraes que se acertou de aqui teer pera buscar outras cousas onde foy achado hum registro de forall que diz assy:

¶ Im Dey nomine etc. Esta he a carta de foro perpetuum que mandamos fazer eu Martim Gonçallvez e minha molher Maria Viegas a voos homeens que povoaes essa nossa herdade d Alvares damo lla e outorgamo lla a vos per foro perpetuum que a lavredes e chantedes e edifiquedes de vinhas e d arvores, como parte de contra o oriente com o Souto de Santa Maria per Coomieira antre Carvalho e Pissegeiro e vay a Midoes e despos acima do moinho de Martim Viegas. E descende ao Zezer. E parte com Alvaro per vea do Zezer e filha a foz de Vinhaaes. E dende vay aa foz de Murta e parte com Pedrogom per vea de Murta e dende vay aa Cabeça de Pera assy como parte com termo de Gooes. Com tall preyto e condiçom que pera senpre cada hum de vos que lavrar com hum boy ou com vacas de ende a nos hum quartoeiro de pam a meatade de triigo e a meatade de segunda na eira e nom mais. E se o nom quisermos receber na eira que o percamos. E o que nom lavrar com boys de a nos huã<sup>176</sup> metade de teyga de triigo e outra meatade de segunda. E de linho de a nos huuã verga e meia e nom mais. E de vinho quallquer morador e outros que vinha tenha ou lavrar nos de hum puçall e nom mais. E os homeens que nom lavrarem com boys e bestas ou vezer e per ellas gaanharem seu pam façam a nos senhas carreiras no ano per tall guisa que esse meesmo dia venham dormir a suas casas e nom mais. E o que fezer moynho de a nos a decima parte. E o coelheiro que entrar filhe huuã noyte pera tomar coelhos de a nos hum coelho com sua pelle. E por omizio e por rausso e merda em boca e casa rota quem quer que o fezer per testemunho de homeens boons peyte LX soldos, scilicet, a terça parte pera o concelho e a terça parte pera a Igreja e a outra terça parte pera nos. E quem fezer furto peyte segundo custume. E o cavalleiro nom de nhuuã jugada. E se perventura perder seu cavallo ataa tres anos conpridos nom de jugada.

---

<sup>175</sup>Palavra riscada.

<sup>176</sup>Riscado: "meotade".

E todo esto acima scripto confirmamos e abtorizamos e mandamos firmemente que nhuum seja da nossa parte nem da estranha que nhuuã destas cousas quebrante. E quem quer que o contrairo quiser fazer seja malldicto a Deus e escomungado amen.

Fecta foy esta carta em Coymbra no mes de Setembro. E confirmada pello muy noble rey Dom Denis no ano de III<sup>c</sup> XIX<sup>177</sup>.

E nos sobredictos que esta carta fazer mandamos e confirmamos de nossos sinaaes.

A qual scriptura assy achada o procurador do dicto concelho requireo sua carta, a quall lhe o dicto comendador deu.

Dante na villa de Santarem, XIII<sup>l</sup> dias de Abril. El Rei o mandou per o dicto Gomez Eanes a que pera esto tem dado seu spiciall encarrego, o quall a fez e concertou per sy porquanto aqui nom era seu scripvam. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill IIII<sup>c</sup> LXII.

(Assinado)

Gomez Eanes, comendador – Christus (?).

#### Doc. 39

1472 NOVEMBRO, 9, Pampilhosa – *D. João Monteiro, prior de S. Pedro de Arganil, e Rodrigo Eanes, vigário da igreja de Santa Maria da Pampilhosa, aforam a Martim Anes as herdades da dita igreja de Santa Maria, pelo foro de, num ano, dez alqueires de cevada e cinco de trigo e, noutro ano, sete de cevada e três de trigo.*

TT – Mosteiro de S. Pedro de Folques, M<sup>o</sup> 1, Doc. 35.

Saibham quantos este estromento d emprazamento virem como aos nove dyas do mes de Novembro do ano do nascimento de noso senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e setenta e dous anos na villa da Panpilhosa terra de Gomez Martinz de Lemos dentrra nas casas da igreja de Santa Maria da dicta villa estando hi ho honrrado padrrre Dom Joham Monteyrro prioll do Mosteiro de Sam Pedrro de Folques eso mesmo estando hi Rodrrygo Anes vigayrro de Santa Maria da dicta villa. E dyserram ambos juntamente convem a saber o dicto prioll em seu nome e do seu convento coyo precurrador soficiente elle he e o

<sup>177</sup>Data emendada, mas que não pode deixar de se elr como fica nesta transcrição.



dicto vigayrro per sua vigayrria diserram que emprazavam e aforravam deste dia pera todo senpre a Martim Anes da Panpilhosa Velha Cymeyrra termho da dicta villa todallas herdades e herdamentos que a igreja de Sancta Maria da Panpilhosa ha e teem em a dicta aldea com todas suas emtrradas e saydas e pertenças servyntyas que lhe com dirreito pertencerrem os quaes errdamentos partem por esta guisa que se adeante segue convem a saber:

Huã coirella jaz honde chamam a Sellada de Joham Farynha e parte danbas as partes com e eyra da capella a quall cerrada poderra levar em semeanurra dous alqueyrres de pam.

Item outra coirella que jas honde chamam os Lameyrros da Foz da Cynha e parte de duas partes com a capella e levarra em semeanurra oyto alqueyres de pam.

Item outra coirella que jaz onde chamam o Vall do Espynho e parte danbas as partes com o dicto Martim Anes. E podera levar em semeanurra oyto alqueyrres de pam.

Esto todo com tal preyto e condyçom que elle dicto aforrador e todos seus socesorres dem e paguem em cada huum ano por pensam e traruto ao dicto prioll e convento e vigayrro convem a saber huum ano quynze alqueyres de pam convem a saber dez de centeo e cynquo de trygo e em outro ano dez alqueyrres por esta guysa convem a saber sete de centeo e tres de trygo asy que em cada huum ano pague convem a saber huum ano quynze e outro dez. E mais de forro em cada huum ano per dya de Natal meio alqueyrre de trygo e hua galynha com esta condiçom que o dicto aforrador e todos os que depoyz delle vierrem amanhe e repayrre as dictas herdades em guysa que se nom tornem a mato. E que amanhe e aproveyte ho curral que em ellas esta e que aquell pam susodicto pagarra na eyrra boom e de receber. E se perventuyrra o dicto emprazador quiser vender ou escanbar ou em outra pesoa trresmudar o dicto aforramento que o faça ante a saber a nos dicto prioll e convento e vigayrro se o querremos tanto por tanto. E nom o querrendo nos que vos o vendades com nosa lecença. E nom ho vendades a dona nem a cavaleyrrro nem a mosteyrrro salvo a tall pesoa que seya a nos sobrrredictos senhorryos vasallo, obydyente com o dicto pam e forro como dicto he.

Dyzendo o dicto prioll que elle por sy e pollo dicto convento e o dicto vigayrro que elles por sy e per todos seus beens e benefycyos que elles obrrygavam pera esto a vos fazermos ho dicto emprazamento boom e de paz em juizo e forra delle. E o dicto Martim Anes dyse que elle por sy e por todos seus sobcesorres que depoyz delle vierrem tomava e recebya em sy o dicto emprazamento com as crrausollas e condyçoes em elle conteudas e obrrygava todos seus beens moves e de rayz a pagar o dicto pam e forro e a manter o que

dicto he pera senpre dyzendo os dictos senhorryos e aforrador e outorgarrom que quallquer delles per sy ou per outrem em parte ou em todo que contra esto for que pague de pena e en nome de pena mill reais brrancos. E a dicta pena levada a dicta pena ou nam o dicto emprazamento ser fyrme estavell pera todo senpre. E porque todo he verdade mandamos asy ser fectos dous estroementos anbos de huum teor que forram fectos e outorgados na dicta villa dya e mes Era susodicta. E que o dicto Martim Anes pague os dictos quinze alqueyrres daquy avante como dicto he.

Testemunhas que hi estavam: Gomez Castynheyrra e Vasco Anes da Serra e Afomso Aires do Cabrill e Gill Andre de Carvalho e outros. E eu Joham Afomso do Lourreyrro publico tabeliam por El Rey noso senhor em a villa da Panpilhosa e seu termo que esto por mandado das dictas partes esprevy e aquy meu synal fiz que tall he (*senal*).

Este he o do prioll e vigayrro.

Pago com a nota xx reais.

#### Doc. 40

1484 MARÇO, 28, Mosteiro de S. Pedro de Folques – *D. João Monteiro, prior do Mosteiro de S. Pedro de Folques, pretendendo fazer obras de reforma na igreja do Mosteiro, mormente ao nível do campanário e da galilé, solicita aos representantes dos moradores de Folques, da Póvoa, de Monte Redondo, de Cepos e de Monsalaziva que cada um deles dê dez geiras em serviço para as ditas obras, no que é atendido.*

B) AUC – Mosteiro de S. Pedro de Folques, Livro 7, fls. 6-8vº.

Jezus.

Saibam quantos este estromento de protestaçon e perpetua memoria virem como aos vinte e oito dias do mez de Março Era do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quatrocentos e setenta e nove annos dentro no Mosteiro de Sam Pedro de Folques da Hordem de Santo Augustinho do Bispado de Coimbra e Conde de Arganil<sup>178</sup> prior de Santa Cruz nos seus Coutos da Beira, estando hy de presente o muito honrado padre Dom Johão Monteiro prior do dito Moesteiro e os conegos delle e estando isso meesmo hy a mayor parte dos

<sup>178</sup> *Sic.* Há falha evidente na cópia que usamo. “Conde de Arganil” é referência a D. João Galvão, bispo de Coimbra e também prior-mor de Santa Cruz de Coimbra.

freguezes do dito Moesteiro a saber: de Folques, Lourenço Affonso manteiro, e João Alves cazeiro, e Alvaro Gil e outros, e da Povia, Johão Martins e Johão Affonso, e do Monte Redondo, Johão Lourenço e Vasco Martins, e dos Cepos, João Lourenço e Vasco Martins, e de Meensalaviza, Fernão Annes, estes todos em seus nomes e dos outros que eram auzentes que se louvarom no que estes fizeram, logo pelo dito senhor prior foi dito que elle prazendo a Deus queria fazer de novo o corpo da igreja do dito Moesteiro, a qual estava [der]ribada e esto por serviço de Deus e sua devação. E isso meesmo tinha vontade de fazer o campanario de novo e hum alpendere de teer agoa ante a porta principal da igreja, onde suya d'estar a gualilee, cujo repario e corregimento do campanario e sinos e galilee pertence aos freguezes do dito Moesteiro ou do dito alpendere se se fazer em ves de galilee. Porem que elle dito senhor prior protestava que posto que elle fizesse na dita igreja e campanario e alpendere algumas couzas que perteencessem aos freguezes no[m] obrigar si nem seus sobcessores mais daquello que eram obrigado atee a feitura do presente per direito e costume e para ajuda desto rogava aos ditos freguezes que o ajudassem com dez geiras cada hum graciozamente com os corpos enquanto se a dita igreja fizesse, e elles disserom que lhes prazia de lhe darem graciozamente por serviço de Deus e por sentirem dello amor e lhes fazer merce quando quer que o requerião.

Porem que protestavão de nom obrigarem sy nem os que depos elles vierem a dar geiras, nem reparar, nem afzer a dita igreja senom quanto era ao repario dos synos e campanario e alpendere se se fazer em nome de galile a qual confissão que erão teudos a reparar e correger quando fosse necessario e outras couzas algumas meudas que som contheudas nas vezitações assi como cirios para as festas do Corpo de Deus e outras festas principaaes e a arca em que os tenham e gayola eleito e outras couzas meudas que a elles pertencem e com esta protestaçom lhes prazia de lhe darem as ditas dez geiras cada hum como dito he. E o dito senhor prior e freguezes pedirom a mim tabaliam que lhes desse senhos estromentos ambos de hum theor por reguardo de seu direito e por depois nom vir duvida antre seus sobcessores, e os freguezes que depos elles vierem. E esto he o do dito senhor prior.

Testemunhas a esto presentes: os sobreditos e Pero Monteiro, escudeiro, irmão do dito senhor prior, e Fernão da Matta, morador em Coja, e Affonso Esteves, creligos de missa e outros. E eu sobredito tabaliam que este estormento per outorgamento das ditas partes escrevi e aqui meu sinal fiz que tal he. = Lugar do signal publico. =

Pagou com nota dezaseis reis.

